

Luiz Carlos Bresser Pereira

**O COLAPSO
DE UMA ALLANÇA
DE CLASSES**

**A BURGUESIA E
A CRISE DO AUTORITARISMO
TECNOBUROCRÁTICO**

Editora Brasiliense

1978

**O COLAPSO
DE UMA ALIANÇA
DE CLASSES**

ALGUMAS OBRAS DO AUTOR

- *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 7ª Edição, Editora Brasiliense, 1977, São Paulo.
- *As Revoluções Utópicas – A Revolução Política na Igreja Católica e a Revolução Estudantil*, 2ª Edição parcial de *Tecnoburocracia e Contestação*, Editora Vozes, 1978, Petrópolis.
- *Tecnoburocracia e Ideologia*, 2ª Edição parcial de *Tecnoburocracia e Contestação*, Editora Vozes, 1978, Petrópolis.
- *Empresários e Administradores no Brasil*, Editora Brasiliense, 1974, São Paulo.
- *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, Editora Brasiliense, 1977, São Paulo.

Capa:

TIDE HELLMEISTER

Revisão:

NEWTON TADEU LOUZADO SODRÉ

Editora Brasiliense Soc. an.
01042 – Rua Barão de Itapetininga, 93
São Paulo – Brasil

Introdução		9
1ª Parte: Pressupostos e Condicionantes		
I	Os Pressupostos Teóricos	15
II	Da Colônia ao Subdesenvolvimento Industrializado	22
III	Desaceleração Econômica e Crise Política em um Modelo Tecnoburocrático Autoritário	37
IV	Apenas uma Burguesia Local	45
V	A Reestruturação da Economia Internacional	53
VI	O Imperialismo Esclarecido	58
2ª Parte: A Desaceleração Econômica		
VII	Uma Nova Fase de Substituição de Importações	65
VIII	Debate sobre o Fim do "Milagre"	69
IX	A Recessão Econômica de 1974-1975	77
X	A Redução Relativa do Excedente	90
XI	Da Política Econômica à Crise Política	97
3ª Parte: A Crise Política		
XII	Estatização ou Redefinição do Modelo Político?	113
XIII	Uma Definição Oficial do "Modelo"	122
XIV	A Ruptura de uma Aliança Política	125
XV	A Crise Política Estrutural	132
XVI	As Alternativas de um Episódio Burocrático	139
XVII	O Dom, a Conquista e a Legitimidade	144
XVIII	A Retomada da Crise Política	150
XIX	Os Militares e a Crise Política	155
XX	Os Trabalhadores e a Crise Política	160
XXI	O Projeto Político da Burguesia	165

XXII	Autoritarismo ou Liberalismo da Burguesia	170
XXIII	O Sentido de Duas Candidaturas	176

4ª Parte: Perspectivas e Alternativas

XXIV	Do que ter Medo	185
XXV	Perspectivas para o Socialismo após a Redemocratização	190
XXVI	Um Modelo Econômico Alternativo	197
XXVII	A Crise Intelectual da Esquerda	200
XXVIII	As Transformações da Esquerda	206

INTRODUÇÃO

Os períodos de crise são momentos privilegiados para a análise econômica e política. A desaceleração econômica e a crise política que ocorrem no Brasil entre 1974 e 1978 constituem uma dessas situações especiais. Podemos então ver como interagem dialeticamente o plano econômico e o político em uma economia em que o Estado tem um papel fundamental. Por outro lado, na análise da crise política que domina o período, podemos ver com muito mais clareza como se relacionam as diversas classes sociais na medida em que o modelo político autoritário capitalista-tecnoburocrático entra em colapso. Na verdade assistimos ao colapso de uma aliança de classes, estabelecida em 1964, entre a burguesia local e a tecnoburocracia estatal, ambas associadas às empresas multinacionais.

Este livro é constituído pelos artigos por mim publicados desde 1974 até o primeiro semestre de 1978 em *Opinião*, *Jornal de Debates*, *Movimento*, *Última Hora* e principalmente na *Folha de S. Paulo*, além de

alguns trabalhos inéditos. Não se trata de uma simples coletânea de artigos, na medida em que procurei analisar de forma relativamente sistemática o processo de desaceleração econômica e crise política que o país atravessa. Comecei examinando o fenômeno inicialmente mais evidente: a desaceleração econômica que tem início em 1974. Depois de sete anos de "milagre" e de abundância, em que os lucros dos capitalistas e os ordenados da tecnoburocracia crescem de maneira extraordinária, ao mesmo tempo em que a taxa de acumulação de capital e o processo de endividamento internacional aumentam rapidamente, voltamos ao regime da escassez e a taxas de crescimento econômico muito menores. Analisei então as causas da desaceleração, relacionadas seja à modificação do panorama internacional, seja ao esgotamento do padrão de acumulação que tinha suas bases na expansão da indústria automobilística e na concentração de renda das camadas médias para cima, seja à política de intervenção do Governo para controlar as pressões inflacionárias e restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A desaceleração econômica somada a uma certa elevação da taxa de salários, ocorrida em 1975, após a derrota governamental nas eleições de novembro de 1974, irá provocar o que chamei de uma "redução relativa do excedente". O excedente é representado no Brasil por lucros e ordenados. Quando desacelera-se a taxa de crescimento da renda por habitante ao mesmo tempo em que o total de salários por trabalhadores cresce ou pelo menos pára de baixar, é claro que se produz uma redução relativa da taxa de ordenados e da taxa de lucros. As eleições de 1974 já haviam sido o primeiro sintoma da crise política. A redução relativa do excedente irá se encarregar de desencadeá-la.

Começo a analisar a crise política ainda no primeiro semestre de 1975, quando examino a campanha da burguesia contra a estatização como um primeiro sinal do desejo da burguesia de redefinir o modelo político da qual participa visando ao aumento do seu próprio poder. Falava então em uma "fissura" da aliança entre a burguesia e a tecnoburocracia. No primeiro semestre de 1977, depois das medidas autoritárias e casuísticas do "pacote de abril", a cissura se transforma em ruptura. A burguesia já não

pleiteia uma simples suspensão do processo de estatização, mas propõe diretamente a redemocratização do país. Os artigos publicados a partir dessa data traduzem essa ruptura ou essa crise estrutural do modelo político autoritário brasileiro. Procuram também analisar de maneira sistemática o processo político em curso, não apenas em função do interesse que cada assunto me despertava, mas também tendo em vista a publicação deste livro.

E óbvio que não se trata de uma ruptura definitiva. Conforme procurarei demonstrar, a crise política deverá culminar em um processo de redemocratização que será tanto mais radical quanto maior for a resistência da tecnoburocracia estatal no poder. Em seguida processar-se-á um rearranjo no pacto social vigente. A burguesia aumentará seu poder em detrimento da tecnoburocracia estatal, mas ambas permanecerão as classes dominantes. Simplesmente a burguesia, que continua a principal classe dominante, será também a principal classe dirigente. Os trabalhadores continuarão a classe dominada, mas sua participação política tenderá a aumentar, assim como os setores de esquerda ou mais genericamente os setores críticos da sociedade,

situados entre os intelectuais, os estudantes e a Igreja, tenderão também a aumentar sua participação política. A passagem da burguesia à condição de classe dirigente não significa que os empresários irão, eles próprios, assumir a liderança política. Para isso eles sempre contaram e continuarão a contar com intelectuais orgânicos nos parlamentos, nos cargos políticos executivos principais, na universidade, na imprensa, na Igreja. O trabalho ideológico de dominação sempre é realizado por intelectuais em nome da classe dominante. O fato de os empresários não assumirem direta e abertamente a liderança do processo político de redemocratização não significa, portanto, que a nova tomada de posição da burguesia não seja o fato novo a determinar a crise política e a apontar no sentido da redemocratização do país.

Para a realização destes artigos quero agradecer em primeiro lugar a meus editores Fernando Gasparian, Octávio Frias de Oliveira e Raimundo Pereira, que publicaram os artigos originalmente. Não só seu apoio mas também sua coragem foram em certos momentos importantes para mim. Os primeiros artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, por exemplo,

antes foram recusados pela Censura, quando procurei publicá-las em Opinião.

Agradeço também aos amigos que me estimularam a escrevê-los e debateram comigo suas principais proposições, como Eduardo Matarazzo Suplicy, Antonio Angarita Silva, Robert Cajado Nicol, Yoshiaki Nakano, Fernando Prestes Motta, Jorge da Cunha Lima, Plínio Arruda Sampaio, Orlando Figueiredo, Luiz Ferreira França, Sylvio Luiz Bresser Pereira, Fernão Carlos Botelho Bracher, Sonia Sawaya Bracher, Caio Graco Prado, Candido Sawaya Botelho Bracher, Sylvio Pereira e Vera Cecília Bresser Pereira. Tenho um agradecimento especial para com os jornalistas e estudantes com os quais, em entrevistas, debates, conferências, discuti todos os assuntos aqui tratados.

1ª PARTE

**PRESSUPOSTOS E
CONDICIONANTES**

CAPÍTULO I

Os Pressupostos Teóricos

A interpretação aqui apresentada parte de alguns pressupostos teóricos que não cabiam discutir neste livro dedicado a uma análise conjuntural determinada. Estes pressupostos foram em sua maior parte discutidos em um outro trabalho, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (Editora Brasiliense, 1977, São Paulo). Neste livro procurei, a partir da experiência brasileira, realizar o que aparece prometido no subtítulo do livro: *Esboço de uma Economia Política Periférica*. Esta tentativa teórica é agora utilizada na análise de um processo econômico e político concreto: a desaceleração econômica e a crise política verificadas no Brasil entre 1974 e 1978.

O pressuposto mais geral é de que o Brasil é uma formação social mista, predominantemente capitalista, mas crescentemente tecnoburocrática. Segundo esta análise existem no Brasil três classes sociais básicas: a burguesia ou classe capitalista, a tecnoburocracia e os trabalhadores. A burguesia, que pode ser dividida em pelo menos duas camadas - alta burguesia e média burguesia -, é constituída por um grande número de proprietários de meios de produção. A inserção na classe burguesa deriva da propriedade do capital, através do qual é possível se apropriar da mais-valia produzida por trabalhadores assalariados, seja diretamente através de lucros, seja indiretamente através de juros, aluguéis e da remuneração de profissionais liberais autônomos. A tecnoburocracia, que também pode ser dividida em duas camadas - a alta tecnoburocracia dos diretores, gerentes gerais, altos funcionários públicos e oficiais superiores das forças armadas e a média tecnoburocracia de gerentes, técnicos, funcionários e oficiais em início de carreira -, é constituída por aqueles que, coletivamente, têm a propriedade ou o controle efetivo crescente das grandes organizações burocráticas públicas ou privadas. Enquanto o

capitalista, para obter lucros aproximadamente proporcionais ao capital que possui, acumula capital, o tecnoburocrata, para se apropriar de ordenados crescentes, que dependem da dimensão da organização burocrática em que opera e de sua posição na hierarquia organizacional, procura acumular ou expandir organização. Se a relação de produção capitalista é o capital, a tecnoburocrática é a organização. Os trabalhadores por sua vez, nesta formação social mista, recebem salários que, dado o caráter subdesenvolvido da economia, correspondem ao custo da reprodução da mão-obra. Em síntese a formação social brasileira é mista, tendo o modo capitalista de produção como dominante e o modo tecnoburocrático ou estatal de produção como emergente. Temos portanto um capitalismo tecnoburocrático ou um capitalismo de Estado, em que a burguesia é a classe dominante, mas o papel de Estado é decisivo no processo de acumulação de capital. Esse capitalismo de Estado não deve ser confundido com formações sociais onde já desapareceu o capitalismo e temos apenas um estatismo ou um tecnoburocratismo, como é o caso da União Soviética.

Um segundo pressuposto diz respeito ao caráter subdesenvolvido e dependente da economia brasileira. Prevalece aqui o modelo de subdesenvolvimento industrializado. A economia caracteriza-se pela heterogeneidade estrutural ou pelo dualismo intrínseco, dividindo-se em um setor moderno, predominantemente capitalista, mas crescentemente tecnoburocrático, e um setor tradicional, também predominantemente capitalista, mas com restos de formações sociais pré-capitalistas. O setor moderno compreende as empresas multinacionais, o Estado tecnoburocrático moderno e um número crescente de empresas nacionais. A tecnologia é sofisticada e capital-intensiva, o mercado é oligopolístico, a produção concentra-se nos bens de consumo de luxo e nos bens de capital, o crescimento é dinâmico, muito acima da taxa de crescimento da população. O setor tradicional, por sua vez, é constituído por pequenas e médias empresas locais, pelo setor agrícola, pelos restos da economia de subsistência no campo e pelo amplo setor marginal nos centros urbanos. A tecnologia é simples, o trabalho intensivo, o mercado é competitivo, a produção concentra-se nos bens e serviço de consumo dos trabalhadores, o crescimento

é lento, pouco superando a taxa de crescimento da população.

A tecnoburocracia concentra-se no setor moderno, onde também operam as empresas multinacionais; a burguesia existe nos dois setores, mas demanda bens principalmente no setor moderno. A renda, nestes termos, concentra-se na burguesia, nas empresas multinacionais e na tecnoburocracia e, através do mesmo processo, no setor moderno. A compatibilização entre um forte processo de concentração de renda, em que os salários dos trabalhadores são mantidos constantes ou mesmo reduzidos, e o crescimento da economia é assegurada seja pela ênfase na produção de bens de consumo de luxo e mais recentemente, a partir de 1973-74, pela ênfase na produção de bens de capital, seja pela exportação dos "excedentes" de bens de consumo dos trabalhadores. Neste processo, as empresas multinacionais desempenham uma função desenvolvimentista na medida em que criam emprego e produzem para o mercado interno, ao mesmo tempo em que condicionam a concentração de renda ao facilitar a reprodução dos padrões de consumo de centro pelas classes capitalista e

tecnoburocrática. Estabelece-se, assim, a nova dependência em relação às multinacionais, muito diversa do velho imperialismo antiindustrializante que mantinha o país primário-exportador e transferia o excedente para o centro via comércio internacional.

A transferência de excedente continua a realizar-se nos quadros do modelo de subdesenvolvimento industrializado e da nova dependência, mas esta transferência decorre do aumento de produtividade. O sistema econômico, ao contrário do que ocorria nos quadros do velho imperialismo, reproduz-se através de forte processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, no qual o papel das multinacionais é importante. Nestes termos, é equivocada a tese de alguns grupos radicais segundo a qual, dada a necessidade de transferir excedente para as empresas multinacionais e devendo ainda ser apropriada uma parte do excedente pela burguesia local, é necessária a superexploração dos trabalhadores. Em decorrência, as duas únicas alternativas que se abriram para o Brasil seriam o fascismo capitalista ou o socialismo, não se podendo admitir uma etapa intermediária de democracia burguesa. Esta tese é equivocada porque ainda que a

superexploração dos trabalhadores tenha ocorrido, ela não é necessária para a manutenção da taxa de lucro e da taxa de acumulação capitalista. A superexploração foi possível, dadas as condições políticas favoráveis para a burguesia e a tecnoburocracia, a partir da derrota das esquerdas e da marginalização política dos trabalhadores em 1964. Em consequência da redução dos salários reais e do aumento da produtividade, a taxa de lucros e a taxa de acumulação cresceram rapidamente. Entretanto, desde que se possa considerar "satisfatórias" essas duas taxas, dado o elevado nível que já alcançaram no Brasil, os salários poderão agora crescer ao mesmo ritmo da produtividade. Sabemos perfeitamente que, pressuposto o aumento da produtividade do trabalho, dada a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico e pressuposta a constância ou neutralidade da produtividade do capital, ou seja, da relação produto-capital, os salários poderão crescer à mesma taxa do crescimento da produtividade sem que baixem a taxa de lucros e a taxa de acumulação. A longo prazo, portanto, não há necessidade do fascismo ou mesmo de um regime autoritário para a

burguesia local associada às multinacionais extrair excedente em forma de mais-valia e acumular capital.

Nessa linha de raciocínio outro pressuposto de nossa análise diz respeito à tendência democratizante da burguesia detentora do capital industrial. Ao contrário do que ocorria nas formações sociais pré-capitalistas ou mesmo no capitalismo mercantil, quando a apropriação do excedente pela classe dominante era realizada através da violência ou da especulação, exigindo a vigência de um regime autoritário, no capitalismo industrial a apropriação da mais-valia pode ser realizada nos quadros do Estado Liberal. O essencial é que a força de trabalho seja considerada uma mercadoria, à qual se paga um salário correspondente basicamente ao seu valor ou seja ao custo de reprodução da mão-de-obra. E para isto basta o controle dos aparelhos ideológicos da sociedade e do aparelho repressivo do Estado pela burguesia, nos quadros do Estado Liberal. Quando o capitalismo passa de competitivo a monopolista, o Estado, no plano econômico, deve assumir funções de política e planejamento econômico, transformando-se no Estado Regulador, mas no plano político pode perfeitamente continuar a adotar

as práticas liberais. Na verdade é obrigado a aperfeiçoá-las, como mostra a experiência dos países centrais, na medida em que setores das camadas médias e a classe trabalhadora o exigem. Na medida em que no Brasil o capital industrial se tornou dominante e que a extração do excedente se realiza em forma de mais valia, através da exploração do trabalho assalariado e do aumento da produtividade, não há porque atribuir à burguesia local, tendências inerentemente fascistas ou mesmo autoritárias. Estas só surgem nos momentos em que a burguesia se sente gravemente ameaçada, como aconteceu no início dos anos sessenta no Brasil. Por outro lado, dadas as características do novo imperialismo industrializante, o caráter dependente da economia brasileira também não significa a necessidade de autoritarismo para garantir o processo de acumulação.

Já as tendências da tecnoburocracia emergente são claramente autoritárias. A ideologia tecnoburocrática, baseada no conceito de eficiência, administração e planejamento, tende a subordinar todos os demais valores, inclusive o de liberdade, ao de eficiência técnica e administrativa. Por outro lado, também é

pressuposto desta análise que o poder da tecnoburocracia tende a ser crescente no Brasil, na medida em que crescem as organizações burocráticas e em especial a organização burocrática maior: o Estado.

Entretanto, é preciso não pensar linearmente. Toda análise política presente neste livro parte da reação da burguesia que, sentindo-se ameaçada e tutelada por uma tecnoburocracia estatal civil e militar cujo poder político excede seu efetivo significado econômico e social, decide postular a redemocratização do país como uma forma de aumentar seu próprio poder político. A crise política atual é assim desencadeada pela burguesia. A ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia é uma iniciativa da burguesia em busca de maior autonomia política nos quadros de um regime democrático.

É preciso, entretanto, relativizar esta ruptura, como é preciso compreender que, embora distintas, estas duas classes, a burguesia e a tecnoburocracia, estão profundamente entrelaçadas. O modo de produção dominante, na formação social mista, capitalista-

tecnoburocrática, brasileira, é o capitalista. A burguesia, embora não tenha ainda alcançado um poder político compatível, é a classe dominante. A tecnoburocracia é uma associada menor, cuja tendência é ainda a de agir como funcionária do capital. Por uma série de circunstâncias aleatórias, ela alcançou no Brasil, a partir de 1964 e em especial a partir de 1968, um poder político excepcional. Mas o desenrolar desta crise política deverá demonstrar que esse poder é transitório.

Por outro lado, é preciso observar que estas duas classes aparecem muitas vezes de forma confusa e entrelaçada. Alguém é tecnoburocrata ou burguês na medida em que seus rendimentos derivam principalmente de ordenados ou de lucros, juros e aluguéis. Mas é comum, em uma mesma família, vermos representantes das duas classes, ou vermos indivíduos que recebem os dois tipos de rendimentos. Além disso, embora possamos distinguir com clareza no plano teórico as relações de produção e a ideologia burguesa das relações de produção e da ideologia tecnoburocrática, é preciso salientar que a hegemonia ideológica ainda é detida pela principal classe dominante, a burguesia, que a transfere para a

tecnoburocracia em maior grau do que a tecnoburocracia consegue transferir sua nova ideologia para a burguesia.

A ruptura da aliança de classes que analiso neste livro, portanto, está longe de ser uma ruptura definitiva. E apenas uma crise porque passa esta aliança e, em consequência, o modelo político autoritário capitalista-tecnoburocrático vigente no Brasil desde 1964. O resultado imediato dessa crise deverá ser um rearranjo ao nível das classes dominantes, através do qual a burguesia livre-se da atual tutela tecnoburocrática a alcance um maior nível de autonomia política.

Quanto aos trabalhadores, permanecerão em sua condição de classe dominada, mas, através da redemocratização e desde que sua luta de classes ganhe crescente substância ideológica, ao nível dos sindicatos e dos partidos políticos, poderão lograr a curto prazo uma maior participação política e melhores salários. Neste quadro o problema da implantação do socialismo se coloca em um prazo mais longo, embora a luta por esse objetivo pelos

adeptos de um socialismo democrático deva continuar a ser a tarefa política de todos os dias.

CAPÍTULO II

Da Colônia ao Subdesenvolvimento *Industrializado*

O Brasil é o quarto país do mundo em extensão territorial contínua, o sexto em população e o décimo em produto nacional bruto. Estes dados já o situam entre os países econômica e politicamente importantes do mundo atual. Não é nem necessita ser o "Brasil potência" de alguns projetos autoritários, mas sem dúvida já é um país dotado de um peso significativo no quadro mundial. Além disso, a taxa

* Este artigo baseia-se em conferência pronunciada no 3º Congresso Latino-Americano dos Organismos Católicos de Migrações, realizado em São Paulo, em julho de 1978. Agradeço a Vivianne Osterreicher pelo trabalho editorial realizado.

de crescimento histórico de sua renda tem girado em torno de 7 por cento nas últimas décadas, o que revela uma economia fortemente dinâmica.

Já a taxa de crescimento da renda *per capita* não cresce de modo tão rápido quanto a renda total. Isto se deve ao fato de termos uma população crescendo a pouco menos de 3% ao ano, taxa esta bastante alta. Esta taxa deve ser deduzida da taxa de crescimento da renda total, obtendo-se, assim, a taxa de crescimento por habitante. Por outro lado, não só a renda *per capita* não cresce a taxas consideráveis, como também seu nível é baixo. Em outras palavras isto significa baixa produtividade, uma vez que, se imaginarmos a população do país como mais ou menos proporcional ao número de trabalhadores, a produção por trabalhador será proporcional à renda *per capita*.

Esta baixa produtividade constitui-se em uma das características essenciais do subdesenvolvimento brasileiro. Outra característica é a existência de desequilíbrios estruturais muito profundos em nossa economia. Estes desequilíbrios são consequência de diferenças entre grupos sociais e entre regiões.

Principalmente entre as classes sociais essas diferenças são muito marcantes e se refletem, entre outros indicadores, numa distribuição de renda das mais desiguais do mundo. A distribuição regional da renda também é muito desigual. Por outro lado, ao mesmo tempo em que existe um setor bastante dinâmico ou moderno na economia, responsável pela geração de altos lucros e altos ordenados, lucros dos capitalistas e ordenados dos tecnoburocratas, existe também um setor tradicional onde uma imensa massa da população vive a nível de subexistência, recebendo salários muito baixos. Estes três desequilíbrios somados à baixa produtividade transformam o Brasil num país subdesenvolvido, um país dinâmico mas subdesenvolvido.

As classes sociais

O Brasil é um país capitalista; possui uma formação social basicamente capitalista mas crescentemente tecnoburocrática, ou crescentemente estatizada. Em outras palavras, podemos definir a formação social brasileira como sendo uma forma de capitalismo de Estado, ou seja, o capitalismo tecnoburocrático. Ele se

constitui num sistema social e político em que o modo de produção dominante é o capitalista. Isto significa que a forma dominante de organizar a produção é através da propriedade privada dos meios de produção pela classe capitalista, e também através da obtenção de lucros, da obtenção de mais-valia através dos mecanismos de mercado, em benefício dessa classe capitalista. Apropriando-se do excedente econômico a classe capitalista ou burguesa é a classe dominante. Abrange desde os pequenos proprietários, que não precisam mais trabalhar diretamente na produção para acumular e consumir, e os pequenos rentistas até os grandes empresários e os grandes rentistas.

Além desta burguesia temos um outro grupo emergente, que defino como classe social: a classe tecnoburocrática. (; a classe dos gerentes, dos técnicos, dos engenheiros, dos administradores, dos economistas, de todos que trabalham por um ordenado em organizações burocráticas. Estas podem ser o próprio Estado ou organizações privadas; podem constituir-se em fundações, empresas, Igrejas, associações, repartições, quartéis.

A classe tecnoburocrática é uma classe crescente no Brasil. Os tecnoburocratas planejam e coordenam a produção, produzem e divulgam a ideologia do sistema, legitimam a ordem e mesmo a revolução. Não trabalham diretamente na produção. O trabalho direto cabe à classe trabalhadora, que atua na agricultura, na indústria, no comércio ou nos serviços.

São estas as classes que constituem a formação social brasileira; e aqui definimos classe em termos de inserção nas relações de produção. Classe é um grupo social que se define em função da forma pela qual seus componentes participam ou se inserem nas relações de produção de uma sociedade. Desta forma, no modo de produção capitalista puro temos somente duas classes sociais: os capitalistas e os trabalhadores. Da mesma maneira, no modo de produção feudal tínhamos também duas classes sociais: os senhores feudais e os servos. A nossa formação social já não é mais puramente capitalista, tendo agora várias características de um modo estatal ou tecnoburocrático de produção. Na União Soviética esse novo modo de produção já é dominante. A URSS só tem duas classes: a classe dos

tecnoburocratas dominante, e a classe dos trabalhadores.

No Brasil temos três classes sociais, assim como nos Estados Unidos, na França etc... Temos, além da classe capitalista e da classe dos trabalhadores, a classe tecnoburocrática em emergência, que se torna cada vez mais importante, tendo inclusive nos últimos anos assumido, através principalmente do exército, parte do domínio político do País.

Vimos, então, que, basicamente, a economia do Brasil é subdesenvolvida, porque possui baixa renda por habitante, porque é desintegrada, desequilibrada, e porque possui uma distribuição de renda muito desigual, sendo que capitalistas e tecnoburocratas recebem altos rendimentos na forma de lucros e ordenados, enquanto aos trabalhadores cabe a menor parcela da renda, na forma de salários. Mas, quais os motivos que levaram o Brasil a esta condição de subdesenvolvido? Quais os fatos que levaram à definição de um modelo de subdesenvolvimento industrializado, pois, contraditoriamente, o Brasil é industrializado e subdesenvolvido ao mesmo tempo?

O período colonial

Para entendermos estas questões faremos uma rápida incursão na história do Brasil, buscando as origens do nosso subdesenvolvimento atual no remoto período colonial, quando o Brasil se inseria no sistema mercantilista europeu. O mercantilismo foi a etapa intermediária entre o feudalismo e o capitalismo, quando o primeiro já estava em franco processo de decadência e o capitalismo não era ainda plenamente dominante. O mercantilismo foi também o período da Revolução Comercial, de cujo processo faz parte o próprio descobrimento do Brasil.

O mercantilismo estabeleceu durante o século XVI dois tipos de colonização: a colonização de benfeitoria ou de enclave comercial, que se realizou principalmente na Ásia e na África, e a colonização de exploração mercantil, que se verificou no Brasil e na América Latina de um modo geral.

Posteriormente, caracterizou-se um terceiro tipo de colonização, a de povoamento, que não ocorreu no Brasil. A colônia de povoamento foi especificamente a forma de colonização do norte dos EUA, para onde

os europeus emigravam não por motivação mercantil, mas por semelhanças de clima e solo e por motivos econômicos, políticos e religiosos que determinaram a evasão de grande número de pessoas, principalmente da Inglaterra, para esta região.

A colonização de benfeitoria verificou-se naquelas regiões da África e, principalmente, da Ásia, onde havia uma civilização organizada no aspecto produtivo, havendo, inclusive, uma certa produção artesanal de manufaturados. Em outras palavras, produzia-se sistematicamente em excedente.

Já nas colônias de exploração foi necessário que os europeus organizassem uma produção mercantil, baseada em latifúndios, com utilização de mão-de-obra principalmente escrava e de tecnologia bastante simples, importando desde já em baixa produtividade e eficiência. A mão-de-obra não era especializada, sendo controlada por uma elite de imigrantes portugueses que, sempre que possível, voltavam enriquecidos para Portugal.

Examinando este tipo de colonização que ocorreu até à Independência, verificamos que foi não só

predatória, uma vez que era a metrópole que tinha o monopólio da comercialização, estabelecendo preços e forçando a transferência da maior parte do excedente econômico, como também foi responsável pelas bases de uma sociedade desigual, formada por uma pequena elite de latifundiários, por uma oligarquia agrária de senhores de terra e por uma massa de trabalhadores não especializados, constituída em grande parte por escravos.

O quadro social e econômico que se formou difere completamente do criado por uma colônia de povoamento, como na Nova Inglaterra, onde realmente se reproduziu uma sociedade semelhante à inglesa, com o mesmo tipo de composição social, de propriedade e de produção. A colonização mercantilista estabelece as bases para o subdesenvolvimento brasileiro.

O modelo primário-exportador

Após a Independência, a Inglaterra sucedeu Portugal como nossa metrópole econômica, muito embora esse domínio já se dê com um pouco mais de

dificuldade, dado o grau de autonomia política das oligarquias locais, que agora se desdobram em dois setores interligados: o velho grupo dos latifundiários e o novo grupo de comerciantes que surgem com o fim do monopólio comercial.

A Inglaterra, para impor seus interesses, estabelece um pacto com estas oligarquias agrário-mercantis locais que prevaleceu até mais ou menos 1930. A estrutura social não passou por alterações significativas. O café foi introduzido a partir de 1830, aproximadamente, no sul do país e já em 1850 se constitui no grande produto de exportação do Brasil. O pólo de desenvolvimento econômico do País passa a ser a região Sul, sucedendo ao Nordeste que, até então, era economicamente mais importante.

Neste período, porém, tivemos realmente um processo de desenvolvimento muito modesto. Ele seria caracterizado mais tarde como modelo primário-exportador, e, a nível mundial, se inseriu no período da divisão internacional do trabalho e do auge do capitalismo industrial, que na Europa e os Estados Unidos se desenvolvia à base de trabalho assalariado, da acumulação sistemática de capital e

da necessária incorporação de progresso técnico. Nesses países a extração de mais-valia dos trabalhadores assalariados já ocorria no próprio processo produtivo, uma vez que o trabalho passa a ser tratado como mercadoria, cujo preço é o salário. Era o contrário do que ocorria no capitalismo ou, mais precisamente, no pré-capitalismo mercantil, quando a extração da mais-valia se baseava na acumulação primitiva, ou seja, na especulação, no comércio, a longa distância, no monopólio, na expropriação dos camponeses, na colonização, na escravidão colonial, sempre em formas violentas ou autoritárias de extração do excedente. Com a revolução industrial e o advento do modo especificamente capitalista de produção ocorre a divisão internacional do trabalho, organizando-se a produção de produtos primários, alimentos e matérias-primas nos países anteriormente sujeitos à colonização mercantil. O atraso provocado por aquela colonização facilitará aos países centrais, agora transformados em potências imperialistas industriais, situar e manter os países periféricos como primário-exportadores.

Com a produção do café inserimo-nos nesta divisão internacional de trabalho. Foi o café que se constituirá na base do desenvolvimento brasileiro neste período, propiciando aumentos da renda total e *per capita*. Esta última manteve-se, entre 1750 e 1850, estagnada ou até decresceu. Por volta de 1850 situava-se em torno de 100 dólares anuais.

O crescimento da renda proporcionou, entre outras coisas, a entrada de imigrantes europeus, vindos da Itália principalmente, suprindo a falta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira que se acentuara sobretudo por causa das limitações impostas ao comércio de escravos. Proporcionou também a formação de um certo mercado interno, pois, até então, a economia brasileira estava baseada no latifúndio que determinava um tipo de atividade econômica fechado e auto-suficiente, com produção para seu próprio consumo. Desta forma, o mercado brasileiro consumia apenas bens de luxo, importados pelas classes dominantes. Não havia um mercado interno que propiciasse a instalação de uma indústria no Brasil. Com o café, porém, começam a se desenvolver centros urbanos e uma população

assalariada, formando-se uma base para o desenvolvimento industrial.

O café foi, ainda, responsável pelo estabelecimento de toda uma infra-estrutura, de energia, de transportes, instalada principalmente na região Sul.

Todavia, a oligarquia cafeeira tinha, ainda, uma mentalidade tipicamente mercantil, uma visão especulativa que contrastava com a atuação dos capitalistas industriais dos países centrais, preocupados com eficiência, produtividade, competição no sentido de reduzir custos e aumentar lucros, o que é típico do capitalismo industrial. Devido a esta característica mercantil, a burguesia cafeeira não se interessava pela introdução de novas técnicas de produção. Em todo este período não houve nenhum desenvolvimento tecnológico na produção, sendo que as técnicas empregadas em 1850 continuavam, praticamente, as mesmas em 1930.

Através do modo pelo qual se realizava a formação das fazendas de café se podem definir as características peculiares do tipo de desenvolvimento ocorrido neste período. Estas fazendas eram abertas

quase sem necessidade de capital, uma vez que havia abundância de terras, das quais os fazendeiros, que controlavam o aparelho do Estado, se apoderavam de graça, ou quase. Estas terras eram cultivadas por trabalhadores não assalariados, primeiramente escravos e depois emigrantes europeus. Nas terras não exploradas chegaram estes trabalhadores, que derrubavam as matas e preparavam roças, seja como posseiros seja já como colonos. Permaneciam depois como colonos, trabalhando na plantação do café e em suas roças, nas quais, em dois ou três dias por semana, produziam para auto-consumo. No restante do tempo acumulavam capital gratuitamente para os latifundiários, desmatando, destocando, arando, abrindo estradas, construindo terreiros, plantando o café e cuidando dele até que chegasse o momento da produção. Quando já havia produção, aí então os colonos passavam a receber alguma remuneração.

Com isto, sem quase nada pagar pela terra e pelo trabalho, o fazendeiro acumulava capital, podia formar toda a plantação. Celso Furtado fez um estudo a respeito deste processo, segundo o qual apenas 10% da acumulação do capital, do investimento que se fazia na fazenda, eram

originários de poupança anterior. Os outros 90% eram acumulados a partir de trabalho não remunerado. Era uma forma de acumulação primitiva de capital, de acumulação típica do período mercantil, que se realizava fora do mercado, assim como do sistema monetário, sem pagamento de salários, o que sem dúvida permitiu que o capital, assim como a terra e o trabalho, se constituíssem em fatores de produção muito baratos. E deste modo não havia nenhuma preocupação com a produtividade, o que demonstra quão diferente era a burguesia agrário-mercantil brasileira comparada às classes capitalistas dos países que se industrializavam.

Neste período, definiram-se basicamente duas classes sociais. De um lado, a classe dominante burguesa, que denominamos oligarquia agrário-mercantil, constituída de proprietários de terras, de fazendeiros de café e de comerciantes que se dedicavam principalmente à importação e exportação nos portos do Rio de Janeiro, de Santos, Salvador e Recife. Era uma burguesia mercantil com pretensões à aristocracia, uma vez que nunca tinham sido perfeitamente capitalistas. De outro lado, existia uma grande massa de trabalhadores rurais, que na

maior parte se constituíam de escravos. Entre 1880 e 1890, ganhou impulso um processo de industrialização significativo ainda que de pequenas proporções. Foi quando se estabeleceram, pela primeira vez de modo sistemático, as indústrias têxteis. Anteriormente, houvera principalmente as tentativas, entre 1850 e 1860, empreendidas pelo Barão de Mauá.

De fato, todas as iniciativas anteriores visando à industrialização fracassaram não apenas devido ao baixo nível de acumulação existente, mas também porque tanto o imperialismo inglês quanto a oligarquia agrário-mercantil local não tinham interesse nela. O fracasso dos empreendimentos de Mauá, por exemplo, foi típica demonstração de um grande complô entre o imperialismo e a oligarquia sua associada contra a industrialização brasileira. Porém, à medida que se formava um mercado interno e se acumulava capital no país criavam-se condições para o surgimento de indústrias, o que passou a ocorrer, sistematicamente, em fins do século passado.

Estas indústrias surgiram inicialmente no Rio de Janeiro e no Nordeste. A medida que o centro de produção do café se transferiu para São Paulo, as indústrias também se desenvolveram, e, por volta de 1900, São Paulo já liderava o processo de industrialização no Brasil. As indústrias que se instalam são tradicionais: tecidos, alimentos, móveis.

Populismo e substituição de importações

Apesar da intensificação deste processo, o setor industrial era fraco, débil, sendo que a classe dominante no país ainda era, plenamente, a oligarquia agrário-mercantil. Só com a Revolução de 1930 ocorreram modificações importantes; ela aconteceu exatamente durante a crise do imperialismo que se inicia com a "quebra" da Bolsa de Nova York em 1929 e se estende por mais dez anos.

Os Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha entram em grande depressão econômica. A renda, nos EUA e na Inglaterra, cai à metade do que era nos anos anteriores. O desemprego é brutal e estas

economias se desorganizam profundamente. Os seus efeitos se refletem no Brasil, uma vez que dependíamos das exportações realizadas aos países centrais, sendo que o preço do café decresceu para, mais ou menos, 1/3 do anterior. Todavia, dada a existência de um mercado interno e devido à necessidade de substituir os produtos importados anteriormente, a industrialização ganha impulso e passa a se desenvolver muito rapidamente.

Com a Revolução de 30, a oligarquia agrário-mercantil ligada ao café deixa de ser hegemônica, estabelecendo-se, então, um novo pacto político, formulado fundamentalmente por Getúlio Vargas, que hoje podemos denominar de pacto populista. Deste pacto participavam as classes ligadas à industrialização, ou seja, a burguesia industrial e os operários urbanos; participavam também as camadas médias urbanas que, posteriormente, deram origem à tecnoburocracia. Os militares, que faziam parte destas camadas, tiveram participação acentuada na revolução, e já começava a se constituir uma elite de funcionários públicos importante ao nível do Estado. Além destas três classes, alguns setores da antiga oligarquia agrário-mercantil estavam também

presentes neste pacto populista. O setor cafeeiro da oligarquia, dominante até 30, foi fortemente hostilizado por Getúlio Vargas, que procurou e conseguiu dividir a oligarquia estimulando e apoiando suas diversas frações fora de São Paulo.

O Estado cresce de modo extraordinário, tendência que se acentua a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo. E quando este termina, em 1945, Getúlio Vargas criou dois partidos, o PTB, cujas bases eram populares, e o PSD, que, apesar de "social-democrático", era um partido bastante conservador. Vargas estimulou a criação desses partidos justamente para que se viabilizasse o pacto político populista que, apesar de bastante confuso, irá vigorar no Brasil até 1961 quando termina o governo de Juscelino Kubitschek.

Durante todo o período populista foi evidente o apoio dado pelo Estado à industrialização, inclusive subsidiando-a ou criando processos de transferência de renda que a favoreciam. Quem arcou com esta transferência foi a antiga oligarquia agrário-mercantil, principalmente a ligada ao café, pois as exportações

deste produto estavam sujeitas a um confisco cambial transferido pelo Estado às indústrias.

No populismo, devido à participação dos trabalhadores, foi desenvolvida toda uma legislação trabalhista que concedeu certas vantagens econômicas a esta classe, muito embora se apresentasse também como uma forma de ordenar e garantir um mercado de trabalho estável. Os trabalhadores rurais foram completamente excluídos deste processo, pois Getúlio Vargas os considerava politicamente sem importância.

A burguesia industrial foi, porém, a grande beneficiária do período, obtendo grandes lucros e contando com apoio crescente do Estado, cuja atuação visava facilitar o processo de acumulação de capital. No plano econômico definiu-se, então, o modelo de substituição de importações, nosso equivalente de Revolução Industrial.

O modelo de substituição de importações desenvolveu-se sempre graças ao estímulo do estrangulamento externo, da permanente falta de divisas que dificultava a importação de

manufaturados. A promulgação de uma lei de tarifas, impedindo a importação de bens que tivesse similar nacional, só ocorre no fim do período, em 1958. O tipo de indústrias que primeiramente foram instaladas era de bens de consumo simples, como no período pré-Revolução de 1930. À medida que o processo se aprofundou, a substituição de importações penetrou em setores cada vez mais complexos: bens de consumo duráveis, como os automóveis, cuja fabricação se iniciou já na segunda metade dos anos 50, e bens de capital avançados, com a implantação da indústria siderúrgica nos anos 40 e da indústria petroquímica nos anos 50.

A reformulação do pacto político

Porém, no fim da década de 50, o pacto populista, em seu aspecto político, perdia condições de vigência, devido à reestruturação da própria classe dominante, base política deste pacto. Esta classe dominante era formada não só pela burguesia industrial, mas também pela velha oligarquia agrário-mercantil, que durante muito tempo se opôs ao avanço da industrialização, com teses de que o Brasil era um

país essencialmente agrícola, que a indústria no Brasil era artificial etc. O próprio pacto político instituído por Getúlio afastava esta oligarquia do sistema econômico, transferindo parte da renda auferida com a exportação de produtos agrícolas para o setor industrial e para o Estado. Com o governo de J. Kubitschek, todavia, apresentam-se condições para a integração da burguesia, por dois motivos essenciais. Primeiro porque ocorria um considerável avanço industrial, e agora continuar a apresentar o Brasil como país essencialmente agrícola era causa de riso. Era evidente que o País já contava com uma indústria considerável.

Por outro lado, novamente o setor cafeeiro passava por grande depressão. O preço do café no mercado internacional tinha caído bastante a partir de 1954, obrigando à redução do confisco cambial sobre o produto. O Estado já interferia em sua produção, financiando novas plantações, erradicando as antigas etc., o que contribuía para o enfraquecimento da oligarquia agrário-mercantil, que passou a aceitar, como dominante, a burguesia industrial.

Contribuiu também para esta reunificação a própria presença das empresas multinacionais, que no final dos anos 50 se instalaram no Brasil, fabricando eletrodomésticos, automóveis, produtos farmacêuticos etc... Estas empresas rapidamente se aliaram à burguesia industrial local, que se tornou sua fornecedora e associada.

O quadro de alterações torna-se completo com a própria situação dos trabalhadores que, durante a década de 50, foram ganhando autonomia sindical, apesar da tutela que o Estado, desde os anos 30, exercia sobre eles. Formaram-se pactos de unidade sindical, aumentou o número de greves, e a burguesia começou a se preocupar. A revolução cubana, em 1959, surgiu como um derradeiro aviso à burguesia que, a partir desse momento, definitivamente se une, excluindo os trabalhadores do pacto. Foi o fim do populismo.

João Goulart tentou restabelecer este pacto, mas obviamente não o conseguiu. Setores de esquerda e de direita começaram a se radicalizar; a união PTB-PSD perdia sentido. Enfim, havia um vazio de poder

no Brasil. Estava deflagrada uma crise que teve seu desfecho na Revolução de 1964.

Foi a Revolução que determinou a formação de um novo pacto político, com a participação preponderante dos militares no processo político, contando com o apoio da burguesia local e das empresas multinacionais. A Revolução de 1964 determinou também profundas modificações na formação social brasileira, com a afirmação crescente da tecnoburocracia como classe. E o pacto político que se formou, entre a tecnoburocracia, a burguesia local e as empresas multinacionais, exclui completamente a participação dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais e de setores da Igreja.

O Estado, que já no populismo se fortalecera, tornou-se ainda mais relevante, passando a intervir diretamente na orientação econômica do país e multiplicando sua presença no próprio setor produtivo. Neste setor também aumenta consideravelmente a presença das multinacionais, cabendo à própria burguesia local uma atuação menos importante, em atividades secundárias do processo produtivo. Define-se a partir daí um novo

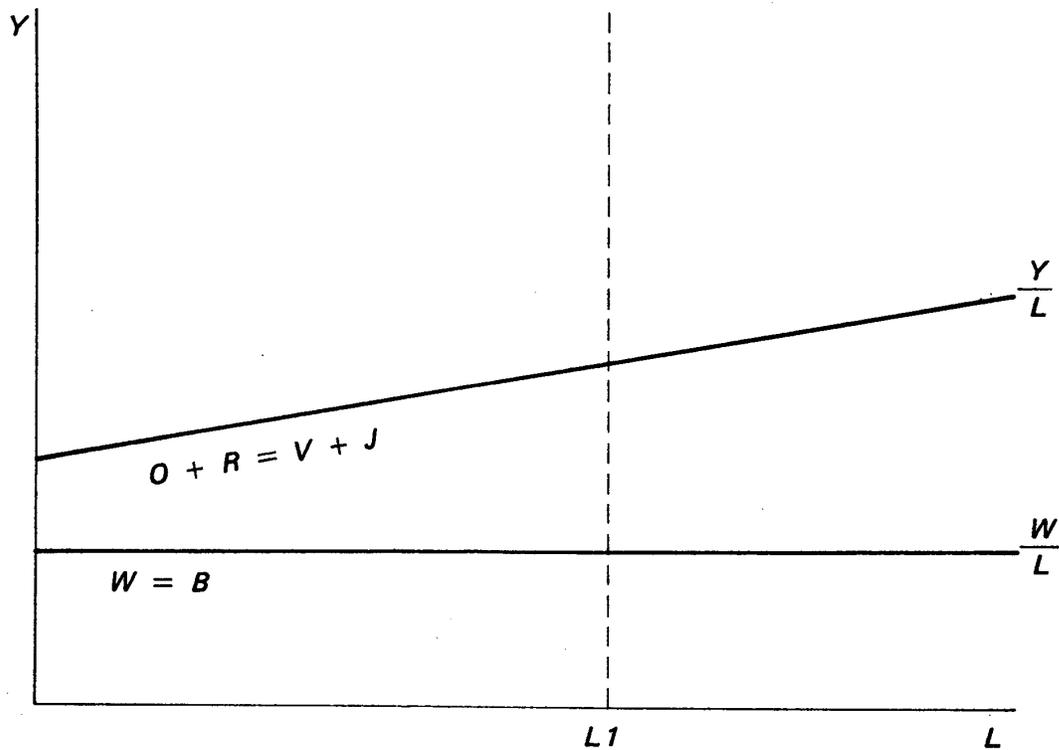
modelo de desenvolvimento, que podemos denominar modelo de subdesenvolvimento industrializado.

O modelo de subdesenvolvimento industrializado

O modelo de subdesenvolvimento industrializado já começou a se definir em meados dos anos cinquenta, no final do processo de substituição de importações. A entrada das empresas multinacionais, produzindo bens de consumo de luxo, em particular automóveis, é um marco econômico fundamental. O desenvolvimento do Estado produtor e financiador da acumulação privada, que se acelera nos anos cinquenta, é outro fator econômico fundamental da definição de um novo modelo. No plano político, o acontecimento mais decisivo dos anos cinquenta é a morte de Getúlio Vargas e a dramática carta testamento que ele lega ao país. Mas nesse plano político a transformação só se completaria com a Revolução de 1964. Durante um certo período, enquanto a base econômica da sociedade continuava a avançar, a superestrutura política não se alterava correspondentemente.

O modelo de subdesenvolvimento industrializado, caracterizado pela presença de um Estado forte, autoritário, associado a empresas multinacionais também fortes e à burguesia local, será responsável por um implacável processo de concentração de renda, ao mesmo tempo que continua acelerado o processo capitalista de acumulação e incorporação de progresso técnico. A concentração da renda é facilitada pela exclusão política dos trabalhadores a partir de 1964. O Estado autoritário garante o pagamento de salários baixíssimos aos trabalhadores, possibilitando assim que os lucros e ordenados dos capitalistas e tecnoburocratas cresçam de forma acelerada.

O produto, que pode ser dividido em bens de consumo simples ou dos trabalhadores, S, bens de consumo de luxo, V, e bens de capital, J, irá crescer rapidamente, tendo como setores dinâmicos os dois últimos. A demanda para esses setores é assegurada através do crescimento não apenas dos lucros, R, mas também dos ordenados dos tecnoburocratas, O. Ocorre, assim, a compatibilização entre a concentração da renda,



MATRIZ I

		DEMANDA		
		Salários <i>W</i>	Ordenados <i>O</i>	Lucros <i>R</i>
OFERTA	Bens de consumo simples <i>B</i>	Consumo de bens pelos trabalhadores		
	Bens de consumo de luxo <i>V</i>		Consumo de bens de luxo	Consumo de bens de luxo
	Bens de Capital <i>J</i>			Investimentos

expressa pelo aumento da relação entre lucros mais

ordenados sobre salários, e o aumento da produção de bens de consumo de luxo e de bens de capital. O Gráfico I e a Matriz I expressam com clareza esse processo. O Gráfico I mostra como, dada uma taxa de salário constante, W/L , em que L é o emprego, à medida que cresce a renda vai crescendo o total de salários e ordenados. A Matriz I mostra como a produção de bens de consumo simples depende da demanda originada nos salários dos trabalhadores, enquanto a produção de bens de consumo de luxo e bens de capital depende da demanda derivada dos ordenados dos tecnoburocratas e dos lucros dos capitalistas. Mostra também como a economia pode manter-se dinâmica, aumentando a produção de bens de luxo e bens de capital, ao mesmo tempo que a taxa de salários permanece estagnada.

A compatibilização entre uma demanda agregada sustentada e um forte processo de concentração de renda é garantida adicionalmente do lado de a economia voltar-se novamente para fora, para as exportações. Enquanto o modelo de substituição de importações fora um modelo de desenvolvimento para dentro, dá-se o inverso no de subdesenvolvimento industrializado. A exportação

de bens de consumo dos trabalhadores - bens agrícolas e bens manufaturados de indústrias trabalho-intensivas - e a importação de bens de capital e consumos básicos é o mecanismo através do qual se completa essa compatibilização entre o equilíbrio das ofertas e da demanda agregada com a concentração da renda.

Este modelo de subdesenvolvimento industrializado tem início nos anos 50. Sua primeira crise econômica e política ocorre entre 1961 e 1966, estabelecendo-se em consequência um novo pacto político mais consentâneo com a base econômica estabelecida anteriormente. A segunda iniciou-se em 1974. Novamente é uma crise econômica e política cujo desfecho não foi ainda atingido.

CAPÍTULO III

Desaceleração Econômica e Crise Política em um Modelo Tecnoburocrático Autoritário

A formação brasileira poderia ser definida pelo caráter predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrático. Já do ponto de vista mais estritamente econômico, poderíamos definir o Brasil como um caso exemplar de subdesenvolvimento industrializado, que provavelmente é a melhor caracterização para uma série de países periféricos que desde os anos trinta e quarenta realizaram um processo de industrialização sem, todavia, haver logrado superar sua condição de subdesenvolvidos. Um setor industrial moderno e relativamente integrado foi implantado nesses países,

mas beneficiou uma pequena parcela da população: os empresários capitalistas nacionais, as empresas multinacionais e uma nova classe média tecnoburocrática recebendo ordenados.

Este modelo de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento tende a apresentar taxas elevadas de crescimento e relativa estabilidade política, nos quadros de um seguro autoritarismo, desde que as classes dominantes estejam unidas. Um estado nacional forte, onde se localizam os tecnoburocratas civis e militares, permite o controle político e econômico da sociedade. No Brasil o modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado já se define a partir dos anos cinqüenta, quando as empresas multinacionais e o estado tecnoburocrático-capitalista responsabilizam-se pela montagem de um setor industrial moderno. Inicia-se então o novo modelo de desenvolvimento brasileiro, concentrador de renda em favor da burguesia e da tecnoburocracia, baseado na produção de bens de consumo de luxo, principalmente na indústria automobilística, e na exportação. É o modelo de subdesenvolvimento industrializado que, no plano econômico, vai, desde

o início dos anos cinquenta, tomando o lugar do modelo de substituição de importações. A crise econômica de 1962-67 e a Revolução de 1964 definem definitivamente o novo modelo econômico e ao mesmo tempo lhe oferecem um modelo político correspondente, baseado na aliança entre a burguesia dominante e a tecnoburocracia emergente.

Entretanto, este tipo de economia dependente está sujeito aos ciclos econômicos peculiares ao sistema capitalista. Além disso, é extremamente vulnerável às flutuações da economia mundial, na medida em que, através das empresas multinacionais, tende a internacionalizar-se e tornar seu setor moderno cada vez mais solidário com as economias capitalistas centrais.

Quando um processo de desaceleração tem lugar em uma economia desse tipo, ainda que as taxas de crescimento permaneçam positivas, ainda que se configure uma simples recessão econômica e não uma depressão, a tendência do sistema político é para a crise, e a válvula para a crise é o aumento do autoritarismo e da repressão. A crise política ocorre principalmente ao nível da cúpula dirigente. Os

grupos marginalizados econômica e/ou politicamente desse tipo de sistema não são atores da crise política, mas acabam sendo suas maiores vítimas. Em uma formação social tecnoburocrático-capitalista como a brasileira, o planejamento e a política econômica estatal substituíram, em parte, os mecanismos de mercado na apropriação e divisão do excedente, ou seja, da renda nacional que excede o consumo necessário dos trabalhadores. Este fato vai tornar esta formação social tecnoburocrático-capitalista dependente mais sujeita ao autoritarismo e muito mais sensível politicamente a processos de desaceleração econômica.

Em certos momentos, e por uma série de razões que não cabe agora aprofundar, o modelo de subdesenvolvimento industrializado entra em fase de desaceleração econômica. Esta recessão não precisa ser necessariamente uma depressão. A renda por habitante pode continuar a crescer, ainda que muito mais moderadamente. O desemprego pode aumentar, mas ainda permanecer dentro dos amplos limites "toleráveis" que caracterizam este tipo de modelo político, em que o poder político e econômico dos trabalhadores é mínimo.

Esta desaceleração da atividade econômica pode ser considerada relativamente normal, no plano econômico, exigindo apenas que se revisem os planos, que se apertem os cintos, que se alterem certas escalas de prioridade, para que a economia volte a crescer em ritmo normal, mais baixo. Não mais a 10 por cento ao ano, como aconteceu com o Brasil entre 1968 e 1974, por exemplo, mas a 5 ou 6 por cento.

Entretanto, o plano político e o plano econômico estão, nesta formação social, intimamente ligados. A redução da taxa de crescimento não se resolve tão facilmente no plano político. Pelo contrário, provoca crise, cria desassossego nos setores governamentais e nos setores empresariais, possibilita o surgimento de divergências nos setores dominantes, as quais afinal tendem a se resolver não pela solução desses conflitos, mas por um aumento desordenado das atividades repressivas sobre estudantes, intelectuais, trabalhadores, ou seja, os grupos que neste modelo permanecem marginalizados. O espectro do comunismo surge novamente, ainda que o próprio comunismo soviético, que provavelmente é o único

relativamente organizado, venha perdendo cada vez mais cunho revolucionário na medida em que depende de uma superpotência nacionalista e conservadora, dominada por uma tecnoburocracia totalitária, como é o caso da União Soviética. Nestes termos, através de um típico processo de transferência de objeto de agressão, os grupos políticos marginalizados, cuja possibilidade de ação efetiva é geralmente muito pequena, tornam-se as vítimas dos conflitos que ocorrem ao nível da cúpula do sistema. Caso exemplar de desaceleração e crise política no contexto de um regime autoritário é dado pelo Brasil a partir de 1975.

Por que não é preciso a depressão econômica, a queda no produto, o aumento violento do desemprego, mas a simples desaceleração da taxa de crescimento da renda para que o sistema político entre em crise? Há várias razões para este fenômeno.

Em primeiro lugar, temos o problema central da divisão do excedente. Não estamos em um modelo capitalista clássico, em que a apropriação e divisão do excedente, ou seja, da mais-valia, entre os capitalistas se realiza basicamente através das leis do

mercado. Mesmo aí, essas regras não funcionam com perfeição, na medida em que o grau de monopólio obtido por alguns competidores garante-lhes uma parcela mais que proporcional do excedente. Mas os desvios não são tão grandes a pôr em risco o sistema. Já no modelo capitalista-tecnoburocrático que estamos estudando o mercado tem pouca importância para a divisão do excedente. Este passa antes pela intermediação do Estado, de um Estado extremamente poderoso, que controla o crédito, distribui subsídios, autoriza ou não investimentos, define salários e ordenados, taxa lucros.

Nestes termos, o modo de divisão de excedente entre os grupos dominantes - capitalistas locais, empresas multinacionais e tecnoburocratas -, e dentro de cada um desses grupos, deixa de ser determinado em termos econômicos para ser definido em termos políticos. Não é a oferta e a procura, não são os custos e os preços, a produtividade e a capacidade de especular, nem mesmo o grau de monopólio que determinam primeiramente a divisão do excedente. Em seu lugar, e como primeiro intermediário, temos o puro e simples poder político. Só a partir da divisão básica realizada ao nível político é que os

demais instrumentos alocativos de mercado podem funcionar.

Ora, quando este processo de divisão de excedente ao nível dos grupos dominantes deixa de ser principalmente econômico para ser principalmente político, deixa de depender em primeira instância do mercado para depender do poder, o processo de divisão torna-se muito difícil. Não há regras claras. Não há justificativas plenamente legítimas. Há apenas pressões e contrapressões, baseadas sempre em argumentos discutíveis, em tentativas de legitimação sempre sujeitas a contestação.

Entretanto, quando a economia está crescendo a altas taxas, como o excedente cresce muito rapidamente, é relativamente mais fácil distribuir esse excedente. Quando todos estão ganhando - excluídos sempre os trabalhadores - não importa que em determinados momentos uns ganhem mais do que os outros. Capitalistas locais, tecnoburocratas e empresas multinacionais estão associados em um projeto geral, estão também muitas vezes associados ao nível da produção, e acabam entendendo-se.

Quando a economia se desacelera, porém, é o excedente que principalmente sofre. Os salários dos trabalhadores não podem sofrer muito porque já estão ao nível de subsistência. São os lucros e os ordenados que diminuem. Colocam-se então as questões: Diminuirão mais os lucros ou os ordenados? Lucros dos capitalistas locais ou das empresas multinacionais? E os novos projetos de investimento, que exigem amplos financiamentos e que devem agora ser reescalonados, a quem caberá realizá-los? Quais são as novas prioridades? Quem deve apertar os cintos? A luta contra a estatização, que se desenvolveu no Brasil durante 1975, tem como base conflitos e incertezas, exatamente quando a taxa de crescimento da economia se desacelerava.

A situação agrava-se ainda mais se os tecnoburocratas, que possuem o controle direto do aparelho do Estado, decidem que o aperto de cintos não deve ser feito através do método clássico de reduzir salários. Seja porque os salários já chegaram a um limite insustentável, seja porque a insatisfação generalizada da população começa a se manifestar, tal como ocorreu no Brasil, onde a derrota do Governo nas eleições de novembro de 1974 e as

depredações dos trens de subúrbios cariocas em 1975 são exemplos significativos desta insatisfação.

Não diretamente políticos, os tecnoburocratas governamentais podem, no momento em que a economia se desacelera, não tentar reduzir ainda mais os salários. Têm para isto inclusive uma justificativa econômica: a necessidade de sustentação da demanda agregada.

Neste momento, quando o excedente diminuiu relativamente, quando não é possível recorrer a maiores reduções dos salários, quando a taxa de lucros e a taxa de ordenados sofrem reduções e ao mesmo tempo quando as novas oportunidades de investimentos se identificam com os novos e escassos projetos que dependem da decisão política do Estado, define-se a crise política ao nível da cúpula dirigente. Obviamente, essa crise não se vai manifestar abertamente através dos conflitos sobre a divisão do excedente. Mas sem recorrermos a esta causa básica, não teremos condições de compreender o aumento das tensões políticas que acompanham o processo de desaceleração econômica.

Em segundo lugar, a desaceleração econômica provoca a crise política porque ela põe em jogo toda a própria legitimação do sistema de poder vigente. O que legitima o poder autoritário que caracteriza o modelo de subdesenvolvimento industrializado são as altas taxas de crescimento do produto interno bruto, é o "desenvolvimento econômico" transformado em monstro sagrado, em mito de uma tecnoburocracia em ascensão.

O autoritarismo do subdesenvolvimento industrializado não depende, senão secundariamente, de tradições autoritárias nos países subdesenvolvidos, como pretendem os culturalistas. Não é também simples decorrência das desigualdades econômicas e sociais, como uma visão economicista proporia. O autoritarismo é fundamentalmente decorrente da necessidade dos grupos dominantes de estabelecer um marco institucional que lhes permita a apropriação tranqüila do excedente.

Em uma formação social capitalista pura a apropriação e a divisão do excedente econômico são feitas através do mercado. Por isso esse sistema tem

condições de estabelecer a democracia burguesa, a qual, ainda que formal, reduz o nível de autoritarismo vigente. A apropriação do excedente está apoiada em uma violência básica - o trabalho é identificado com as demais mercadorias e transformado em trabalho assalariado. A partir deste ato autoritário básico, porém, o sistema capitalista clássico estabelece uma forma de produção, apropriação por uma minoria e divisão entre ela do excedente que não necessita mais recorrer diretamente à força. Quando, entretanto, a formação social deixa de ser puramente capitalista, quando a emergência de uma classe tecnoburocrática e o concomitante crescimento do Estado fazem com que o mercado vá sendo substituído pelo próprio Estado na regulamentação da apropriação e divisão do excedente - nesse momento é de se esperar que o autoritarismo ganhe força. E o que vem ocorrendo nos países caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado, entre os quais está o Brasil.

A fonte material do autoritarismo tecnoburocrático está, portanto na necessidade de apropriação política do excedente por uma minoria. Entretanto, este autoritarismo necessita de uma legitimação

ideológica. Esta legitimação é, em geral, proposta em termos de combate à corrupção e da aceleração da taxa de crescimento do desenvolvimento econômico. O tecnoburocrata assume o poder nas organizações burocráticas estatais ou privadas em nome de uma pressuposição de competência técnica. Ele tem poder porque é eficiente, porque organiza, planeja e controla a produção mais racionalmente. Porque introduz inovações técnicas mais rapidamente. Porque comanda a acumulação de capital mais tecnicamente. Porque garante uma maior taxa de crescimento de cada empresa e do país como um todo. A estas pressuposições ajunta-se a de que o tecnoburocrata odeia a corrupção própria do capitalismo especulador e a combate sem tréguas.

Nestes termos, quando a taxa de crescimento da economia se desacelera, a legitimação do poder autoritário começa a esvaziar-se. Se a este fato soma-se um aumento significativo da taxa de corrupção existente no sistema, é óbvio que a crise política ganha todos os seus contornos. Os tecnoburocratas civis e militares já não têm uma justificativa tranqüila para seu poder autoritário. Os capitalistas já não têm uma explicação tão boa para seus altos padrões de

consumo. E é preciso encontrar causas para a desaceleração ou descobrir os culpados. É necessário rever políticas, redefinir estratégias. Importa recuperar a legitimação perdida. E tudo isto importa em um aumento dos conflitos e das tensões no seio do sistema dirigente. Agrava-se a crise deflagrada pela luta pela divisão do excedente econômico.

Em conclusão, desaceleração econômica, crise política e autoritarismo são fenômenos interdependentes num modelo tecnoburocrático-capitalista de subdesenvolvimento industrializado como o brasileiro. O sistema capitalista clássico tem condições de manter uma relativa estabilidade política em condições de baixas taxas de crescimento econômico, na medida em que a apropriação do excedente e a sua divisão entre os membros da classe dominante é feita principalmente através dos mecanismos automáticos do mercado. Já na formação tecnoburocrático-capitalista dependente, em que o excedente deve ser distribuído entre tecnoburocratas, capitalistas locais e empresas multinacionais, de acordo com regras definidas em termos de poder político direto, a compatibilização de baixas taxas de crescimento com estabilidade política é mais difícil.

O autoritarismo, que permite a uns grupos dominantes apropriar-se do excedente, não fornece regras sobre como distribuí-lo. Se ele fosse crescente, a taxas elevadas, estes problemas poderiam ser minimizados. Mas quando a desaceleração é pronunciada, quando o excedente pode chegar a parar de crescer em termos por habitante, não é preciso que haja uma diminuição do excedente e um amplo desemprego, não é preciso que a recessão se transforme em depressão para que a crise política se manifeste, para que a inquietação nos níveis superiores do Governo, das classes empresariais e do capitalismo internacional aumentem consideravelmente.

Com a desaceleração, a própria condição de classe da tecnoburocracia, disputando com as demais classes e grupos sociais o excedente, torna-se mais clara. Sua inserção estratégica nas relações de produção e no sistema de poder, ocupando cargos técnicos e administrativos nas grandes organizações públicas e privadas e apropriando-se do excedente através do recebimento de ordenados crescentes, torna-se mais vulnerável. A crise, entretanto, permanecerá ao nível da cúpula do sistema. Os trabalhadores tenderão a se

manter marginalizados, na medida em que subsistem as condições de oferta ilimitada de mão-de-obra e que sua capacidade de participação política efetiva continua firmemente limitada.

Não há razão, todavia, para que a crise política seja permanente. Ela poderá ser resolvida desde que a economia volte a acelerar-se ou que o sistema se acomode a um ritmo de crescimento mais lento. O processo de normalização, entretanto, tenderá a ser penoso, na medida em que as regras do jogo, dentro de um sistema autoritário, são por definição arbitrárias e imprevisíveis. A alternativa de se caminhar para um processo de efetiva liberalização do sistema está, naturalmente, sempre aberta, na medida em que o autoritarismo perde legitimidade. Mas este é um sonho, mais do que uma realidade, quando nos lembramos que as formas de apropriação do excedente dependem tão fortemente do poder político.

(Folha de S.Paulo, 4 de Janeiro de 1976.)

CAPÍTULO IV

Apenas uma Burguesia Local

A burguesia brasileira, ao mesmo tempo em que atende aos seus próprios interesses, associa-se e serve de representante ao capitalismo internacional. Suas frações politicamente mais ativas, que se fazem representar nas principais associações de classe, adotam hoje claramente essa posição. Os grupos com uma orientação nacional, no seio do empresariado, ou desapareceram ou deixaram de fazer ouvir sua voz. Isto, entretanto, não significa que a "burguesia nacional" tenha sido um mito sem nenhuma base na realidade, nem se pode deduzir daí que a burguesia brasileira sempre tenha sido consular. Estas seriam generalizações históricas apressadas.

Por outro lado, não faz mais sentido falar-se em burguesia industrial, para distingui-la da burguesia agrário-mercantil. A burguesia é uma só hoje no Brasil. As divisões em seu seio não são significativas a ponto de merecerem uma distinção. Devemos apenas distinguir a burguesia local das empresas multinacionais ou transnacionais. Mas se a burguesia está hoje unificada, nada mais incorreto do que afirmar que isto sempre foi assim. É outra generalização histórica incorreta.¹

Por que a burguesia local é hoje consular e está unificada? O que a leva a subordinar-se ao novo imperialismo das empresas multinacionais manufatureiras? Por que desapareceu o conflito entre a burguesia agrário-mercantil e a industrial? Como se relaciona a burguesia local com a tecnoburocracia civil e militar emergente ao nível do Estado brasileiro?

¹ O método histórico de análise dos fenômenos sociais implica no reconhecimento de que estão sempre ocorrendo fatos novos, seja ao nível do desenvolvimento das forças produtivas, seja ao nível das relações de produção e das correspondentes relações entre as classes sociais. Estes fatos novos ocorrem também ao nível da superestrutura jurídico-institucional e ao nível das ideologias. A identificação destes fatos novos é essencial para a compreensão do processo histórico. Utilizei pela primeira vez a metodologia dos fatos novos quando, em 1963, examinei a crise do populismo em O Empresário, o Industrial e a Revolução.

Não vou responder a todas estas questões neste momento. Mas algumas sugestões podem ser feitas.

Antes de mais nada, devemos distinguir o papel da burguesia nas diversas formas históricas sob as quais se revestiu o Estado capitalista dependente no Brasil. De 1808 a 1930, temos o Estado Oligárquico, que corresponde no plano econômico à divisão internacional do trabalho e ao modelo primário-exportador. De 1930 a 1964 temos o Estado Populista, concomitante com a industrialização substitutiva de importações. A partir de 1964 temos o Estado Tecnoburocrático-capitalista e o respectivo modelo de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado.

No Estado Oligárquico, a burguesia agrário-mercantil é dominante de forma absoluta no plano interno. Está aliada ao capitalismo internacional, no contexto do modelo primário-exportador. Importa os bens de consumo de luxo de que necessita e não está interessada no desenvolvimento industrial. Apropria-se do excedente através do controle da terra e a exploração de mão-de-obra barata. Aplica o excedente no consumo de bens de luxo e na

ampliação dos latifúndios. Marcada por traços tradicionais e ao mesmo tempo inserida em um contexto de divisão internacional do trabalho que lhe é propícia, não acumula capital para incorporar progresso técnico, pois sua perspectiva do processo econômico é especulativa ou mercantil.

A formação social brasileira foi sempre predominantemente mercantil. Toda a colonização brasileira foi feita sob a égide do mercantilismo escravista. Este processo começou a se alterar com o desenvolvimento do café, mas continuou basicamente mercantil-escravista até quase o fim do século. Com a introdução do café no Oeste paulista e em seguida com a Abolição, desaparece o caráter escravista do mercantilismo, mas não entramos ainda em um período de capitalismo moderno. O mercantilismo é uma formação social de transição do feudalismo para o capitalismo, caracterizada pela manutenção ao nível da produção de processos tradicionais de trabalho, nos quais não há lugar para o progresso técnico. O lucro comercial é obtido pela expansão da fronteira agrícola, pela especulação e pela exploração através de várias formas de violência do trabalho. As características mercantis da

economia brasileira permanecem dominantes até 1930 no Brasil.²

O subdesenvolvimento brasileiro se define nesse período. Em sua parte final, começa a surgir uma burguesia industrial, que inicialmente se confunde com alguns elementos da burguesia agrário-mercantil. Quando, entretanto, a partir do fim do século, a industrialização se concentra em São Paulo, a distinção social entre a burguesia industrial descendente de imigrantes e a burguesia agrário-mercantil dominante com pretensões aristocráticas torna-se clara. Nesse período, a burguesia industrial é econômica e politicamente pouco significativa. Está subordinada à oligarquia agrário-mercantil, ainda que com ela entre em conflito vez ou outra. Depende do Estado, que é dominado pela oligarquia agrário-mercantil. A indústria nascente, quando usa insumos

² Para uma análise brilhante do caráter mercantil da economia brasileira ver Fernando A. Novaes, "Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial XVII-XVIII," Cadernos CEBRAP, nº 17, 1975, São Paulo. Para uma análise do caráter dual desse mercantilismo, baseado no latifúndio que é ao mesmo tempo mercantil-capitalista em suas relações com o exterior e pré-capitalista em suas relações internas, ver Ignácio Rangel, A Dualidade Básica da Economia Brasileira, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957, Rio de Janeiro, pp. 25 a 30.

importados e produz bens de consumo de luxo, depende das exportações de café para prosperar. Já a indústria que utiliza insumos nacionais e se orienta para a produção de bens de consumo simples prospera quando o café entra em crise, de acordo com o clássico mecanismo de socialização das perdas analisado por Celso Furtado. Em qualquer hipótese, a burguesia industrial nascente está subordinada e dependente da burguesia agrário-mercantil.³

Com o início do modelo de industrialização substitutiva de importações e a instauração do Estado Populista, a burguesia agrário-mercantil entra

³ O fato de a burguesia industrial estar subordinada à burguesia agrário-mercantil não significa que a primeira tenha-se originado da segunda do ponto de vista étnico e social. Em São Paulo principalmente os empresários industriais descendem fundamentalmente de imigrantes, muitos dos quais dedicaram-se antes ao comércio. Warren Dean tentou demonstrar, de forma extraordinariamente contraditória, tese oposta em *A Industrialização de São Paulo, Difusão Européia do Livro*, 1971, São Paulo. Diz ele, inclusive, que muitos fazendeiros que fundaram firmas não foram bem sucedidos e as venderam a imigrantes (p. 55). A origem imigrante dos empresários paulistas foi por mim demonstrada em "Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas," *Revista de Administração de Empresas*, nº 11, junho de 1964, São Paulo e transcrita em *Empresários e Administradores no Brasil*, Brasiliense, 1974, São Paulo, onde publico também informações sobre a origem do capital empregado, derivado fundamentalmente (78,4%) de fundos próprios ou da família do empresário (p. 211).

em declínio, enquanto a burguesia industrial vê seu poder crescer rapidamente. Os dois setores da burguesia agora se distinguem com razoável clareza. E entram em conflito, principalmente, devido à transferência de renda que então ocorre, da agricultura de exportação para a indústria.

O pacto social populista que então se estabelece tem como principais atores a própria burguesia industrial, os operários e parte das classes médias urbanas. A burguesia agrário-mercantil também participa do pacto social, exceto o setor cafeeiro, com sede em São Paulo. O industrialismo é a ideologia dominante. É a afirmação de viabilidade do desenvolvimento industrial para o Brasil, em contraposição ao agriculturalismo, ou seja, à tese de que o Brasil era um país essencialmente agrícola, sem condições de industrializar-se. O nacionalismo que então surge é uma ideologia auxiliar do industrialismo. É um instrumento para legitimar a proteção cambial e tarifária de que os industriais necessitam para se proteger das mercadorias importadas. Enquanto a burguesia agrário-mercantil decadente continua subordinada ao velho imperialismo comercial, a burguesia industrial reveste-se, em um certo

momento, de um caráter nacionalista. Alguns chegam a pretender que ela poderia encarnar um projeto nacional.

Esta ilusão dura pouco. Uma série de fatos novos, que ocorrem principalmente durante a segunda metade dos anos cinqüenta, liquidam com o pacto social populista e com o ensaio de projeto nacional da burguesia industrial. De um lado, a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro e a crise do setor cafeeiro tornam superado o conflito econômico e ideológico no seio da burguesia. Ela se reunifica sob a liderança precária da burguesia industrial. Esta reunificação é acelerada em face à ameaça representada pela crescente organização e representatividade dos sindicatos e pelo aumento da atividade dos setores da esquerda na política nacional. O fato novo mais importante, todavia, é a entrada em massa, nessa época, de capitais estrangeiros no setor manufatureiro. A indústria de transformação de bens de consumo leves fora implantada por nacionais; a indústria de bens de consumo duráveis passa a ser dominada pelas multinacionais. O imperialismo, que entrara em crise durante os anos trinta e continuara em crise durante

a Segunda Guerra Mundial, ressurgiu agora sob novas vestes, a cavaleiro das multinacionais manufactureiras. A burguesia industrial abandona qualquer veleidade de nacionalismo nesse momento e se associa, seja em *joint ventures*, seja principalmente como fornecedora das multinacionais.

O colapso do pacto social populista provoca um vácuo político, no início dos anos sessenta, que só será preenchido em 1964, com a emergência do Estado Tecnoburocrático-capitalista.

Desde a Segunda Guerra Mundial desenvolvia-se, ao nível do Estado, entre civis e militares, uma tecnoburocracia com capacidade de organização e competência técnica crescentes. Em 1964 esta tecnoburocracia assume o poder, destrói o pacto social populista, estabelece um novo pacto, em que os trabalhadores são excluídos. Tecnoburocratas, burguesia local e capitalismo internacional constituem o novo pacto, que vai propiciar um tipo de liderança autoritária ao nível de um modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado. A marginalização política e econômica dos trabalhadores é radical.

Nesta nova aliança, a burguesia local sente-se muito mais solidária com o capitalismo internacional do que com a tecnoburocracia estatal. A luta contra a estatização, deflagrada em 1975, é uma excelente indicação deste fato. A burguesia local retoma plenamente seu caráter consular, que já caracterizava a burguesia agrário-mercantil, na época do imperialismo via comércio internacional.

O novo imperialismo exerce-se através da dependência tecnológica e da imposição de padrões de produção e consumo que beneficiam apenas uma minoria da população. A burguesia local não concorre com as multinacionais, mas é sua associada e principalmente sua fornecedora. Além disso, existe uma solidariedade ideológica fundamental. A presença das multinacionais no país é a garantia da sobrevivência e consolidação do capitalismo. As empresas multinacionais são o único aliado certo da burguesia local, e vice-versa. A própria tecnoburocracia não é totalmente merecedora de confiança.

A burguesia brasileira ganha assim seu caráter plenamente consular. Cabe a ela a atividade política aberta, já que as multinacionais não se devem expor. Quando seus interesses econômicos não são diretamente comuns, seus interesses ideológicos o são. Não há problema maior de concorrência. Se uma multinacional entrar no setor, provavelmente comprará a nacional por bom preço. A burguesia local está associada, é fornecedora ou é vendedora potencial de sua empresa. Por isso, quando a tecnoburocracia estatal impede que uma empresa nacional seja vendida a uma multinacional, como aconteceu no caso da Companhia de Refrigeração Consul, impossibilitada de ser vendida à Phillips, a burguesia local protesta em coro.

Pode haver algumas vozes discordantes. Existem ainda alguns empresários que aspiram a desenvolver um projeto nacional. Que preferem a aliança com a tecnoburocracia estatal, ainda que esta esteja também amplamente alienada, à aliança com o capitalismo internacional. São principalmente algumas grandes empresas que desenvolveram relações íntimas com os apoios estatais, que recebem grandes financiamentos e/ou são grandes fornecedoras do

Estado. Mas o mais importante para a burguesia é preservar o capitalismo. E como sente perfeitamente que não tem condições de agir sozinha, que no sistema de aliança em que está envolvida é a peça mais fraca, prefere submeter-se ao comando das empresas multinacionais. Procura, ao mesmo tempo, conservar-se sob a proteção do Estado, do qual sempre foi dependente. Em qualquer hipótese, participa de um jogo de equilíbrio instável, que apenas serve para ressaltar sua fraqueza política, sua incapacidade de definir um projeto nacional e de realizá-lo.

A tecnoburocracia estatal, diante desse comportamento dúbio da burguesia local, sente-se cada vez mais perplexa. Desde 1964 adotou como estratégia associar-se e pôr-se a serviço dessa burguesia. Ainda recentemente, em junho de 1976, através do documento oficial "Ação para a Empresa Privada Nacional" reafirmou essa posição. Mas é óbvio que a firmeza da associação é cada vez menor. O debate sobre a estatização, no qual aquele documento pretendeu dar um ponto final, foi um claro ataque da burguesia local à tecnoburocracia, em seu próprio nome e em nome das multinacionais.

Apesar de todas as suas manifestações de subordinação ao capitalismo, a tecnoburocracia é vista com crescente temor. Estatização e socialização tendem-se a confundir na perspectiva do capitalismo local, apesar de todo o apoio dado pelo Estado à acumulação privada de capital.

Por outro lado, na medida em que o sistema econômico começa a enfrentar dificuldades crescentes, a divisão do excedente econômico torna-se cada vez mais difícil e o sistema político entra em crise. Esta se agravou com a derrota nas eleições de 1974. A legitimidade do sistema estava apoiada em um desenvolvimentismo sem freios, no qual a participação da burguesia local e das multinacionais era peça essencial. Quando o desenvolvimentismo é denunciado pelos críticos do "modelo", por seu caráter concentrador de renda e desperdiçador de recursos, e em seguida perde vigor, a aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as multinacionais também é abalada. Na medida, entretanto, em que o poder político dos trabalhadores é reduzido, a tecnoburocracia procura ainda aliar-se a seus erráticos e indecisos aliados locais.

A falta de liberdade e a concentração de renda tornam-se, entretanto, cada vez mais inaceitáveis em termos políticos não só para os trabalhadores, mas também para amplos estratos médios. A opção democrática, entretanto, ameaça o autoritarismo tecnoburocrático, a reivindicação social ameaça a acumulação capitalista. Às dificuldades econômicas se acrescenta a crise política. Na busca de soluções ou de culpados os conflitos se acentuam ao nível da cúpula do sistema, sem que seus protagonistas consigam divisar uma saída. Não há coragem ou disposição nem para a opção democrática nem para a revisão radical do modelo econômico. Ambas são soluções ameaçadoras para o "modelo". Apesar das crescentes divergências internas, prefere-se manter o sistema do tripé, nos quadros de um padrão de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado. E óbvio, porém, que esta tentativa de manter um modelo que já não tem mais vigor econômico e principalmente que perdeu legitimidade política revela uma particular falta de visão tanto da tecnoburocracia estatal quanto da burguesia local.

A burguesia local, principalmente, embora continue a grande beneficiária do sistema, pouco tem a oferecer. Abandonou um projeto apenas esboçado de ser uma burguesia nacional, perdeu a liderança econômica para as empresas multinacionais e para o Estado, e continua não revelando maior disposição para apoiar seja o processo de democratização seja a reforma social. A história, entretanto, ensina que a miopia política não é apenas um problema de visão curta; tem também curta duração.

(Folha de S. Paulo, 9 de setembro de 1976.)

CAPÍTULO V

A Reestruturação da Economia Internacional

A Assembleia Geral da ONU foi palco de uma discussão econômica em que, de um lado, o chanceler francês, o chanceler alemão e o delegado britânico manifestavam suas apreensões sobre os rumos do comércio internacional, com a extraordinária elevação dos preços das matérias-primas, enquanto os representantes da China e da Argélia incentivavam os demais países produtores a elevar ainda mais seus preços.

Os representantes dos países industrializados propunham medidas, como o controle da ONU sobre os preços, o estímulo à industrialização dos

subdesenvolvidos, a assistência técnica. E advertiam que uma recessão mundial teria graves conseqüências sobre os países subdesenvolvidos, especialmente sobre aqueles que não produzem petróleo e outras matérias-primas escassas. Estas advertências, conselhos e sugestões, entretanto, parecem não ter comovido os representantes dos países produtores.

Na verdade, este tipo de discussão é apenas um reflexo da nova estruturação da economia internacional, cujos principais traços começam a se tornar claros. A divisão da economia mundial entre países desenvolvidos ou industrializados e países subdesenvolvidos ou exportadores de produtos primários deu-se no século passado, como fruto direto da revolução industrial dos países centrais e da decorrente divisão internacional do trabalho.

O século XIX, que se estende até a grande crise do capitalismo, que tem início em 1930, é marcado pelo domínio das burguesias industriais metropolitanas, pela ideologia liberal que desenvolveu como instrumento de dominação e pelo imperialismo econômico e político, através do qual subjugam,

direta ou indiretamente, as nações que se atrelam à divisão internacional do trabalho através do modelo de subdesenvolvimento primário exportador.

Com a grande crise do capitalismo, que tem como prenúncio a Primeira Guerra Mundial, que eclode na depressão dos anos trinta e que concluiu com a Segunda Guerra Mundial, o antigo sistema econômico internacional definido pelo imperialismo entra em crise. Como decorrência, surgem, de um lado, os países comunistas, a partir da revolução soviética, os quais rapidamente se definem como sistemas tecnoburocráticos. De outro lado, alguns países periféricos, entre os quais o Brasil, começam a ter êxito em um processo de desenvolvimento industrial caracterizado pela substituição de importações.

Esta industrialização de tipo capitalista é realizada concomitantemente com uma crescente intervenção do Estado na Economia.

Em quase todos os países subdesenvolvidos, o volume global de investimentos estatais começa a superar os investimentos privados, o planejamento

econômico é implantado, um complexo sistema de controles administrativos sobre a economia é colocado em funcionamento. Os imensos aparelhos estatais e paraestatais que se vão formando propiciam o desenvolvimento de um grupo tecnoburocrático, civil e militar, cujo poder é crescente. Este grupo, em pouco tempo, começa a participar ativamente do poder, seja expulsando as velhas potências imperiais, como foi o caso da Argélia, seja marginalizando as antigas oligarquias, como sucede hoje no Peru, seja aliando-se ao capitalismo em expansão, como aconteceu no Brasil.

Estas elites tecnoburocráticas têm como ideologia fundamental o desenvolvimento. Não lhes foi difícil, portanto, perceber que o problema central do subdesenvolvimento estava na dependência estabelecida através do comércio internacional. Passaram, então, no plano interno de seus respectivos países ou em associação com outros países subdesenvolvidos, a organizar e aumentar seu grau de controle sobre a área do comércio internacional. Com esse objetivo, colocaram a taxa de câmbio sob controle, estabeleceram sistemas tarifários e de subsídios, passaram a controlar

quantitativamente as exportações de seus produtos primários, criaram organizações de produtores e consumidores para estabilização de preços, ou simplesmente organizações de produtores.

Ao mesmo tempo, nos países centrais, a partir do após guerra, ocorriam dois fenômenos fundamentais: suas economias presenciavam o crescente poder das empresas multinacionais, as quais passavam a investir diretamente na indústria dos países subdesenvolvidos; e eram alcançadas taxas sem precedentes de desenvolvimento econômico nos países centrais, muito superiores às do século passado e início deste século. Este crescimento implicava imediatamente em um forte aumento na demanda de produtos primários, o qual se agravou pela passagem dos Estados Unidos de uma posição de relativa auto-suficiência para a de importador líquido desses produtos.

Este aumento da demanda aliado à passagem dos Estados Unidos de exportador para importador de petróleo foram provavelmente os dois fatores básicos que levaram a comunidade das nações, praticamente nestes dois últimos anos, a tomar consciência clara de

um fenômeno que alguns cientistas sociais nacionalistas dos países subdesenvolvidos vinham anunciando há muito tempo: os recursos naturais são todos limitados e parte deles não é reprodutível.

Enquanto todos esses fenômenos ocorriam no após guerra, o comércio internacional, que se havia recuperado da crise, continuava a reger-se, no que diz respeito aos produtos primários, pelas mesmas leis do século passado: os preços continuavam altamente instáveis; tendiam a deteriorar-se ou pelo menos a não melhorar, como deixava prever a lei das vantagens comparativas do comércio internacional; os preços continuavam a ser definidos unilateralmente, a partir das metrópoles.

Tudo indica, porém, que a partir do ano passado esta situação está em franco processo de mudança. Todas as condições para isto estavam previamente estabelecidas. As condições institucionais nos países subdesenvolvidos haviam mudado radicalmente com o surgimento, no lugar dos velhos caudilhos e oligarquias, de tecnoburocracias autoritárias controlando o aparelho estatal e organizando o comércio externo. Nos países desenvolvidos

aumentava violentamente a demanda de produtos primários e tomava-se, enfim, consciência de que os mesmos eram limitados e em parte não reprodutíveis. O conflito árabe-israelense serviu apenas de estopim para um processo que estava prestes a deslançar. Os preços do petróleo e da maioria das demais matérias-primas começaram a crescer violentamente.

Não acreditamos que este seja um fenômeno conjuntural. Representa, pelo contrário, o início de uma reestruturação da economia internacional, através da qual os preços dos recursos naturais tenderão a ser definidos cada vez mais politicamente, por mais de um processo de barganha entre produtores, (ou seja, os Estados Nacionais dos países subdesenvolvidos liderados por tecnoburocracias modernizantes, eficientes e autoritárias) e os países consumidores (ou seja, os países industrializados metropolitanos). Em outras palavras, pode-se considerar à vista um novo equilíbrio de forças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir da relativa escassez dos produtos primários e da crescente capacidade de organização dos Estados Nacionais dos países subdesenvolvidos .

Dentro desse quadro, um fator perturbador serão as empresas multinacionais instaladas nos países subdesenvolvidos. Na medida em que são ao mesmo tempo produtoras e consumidoras, tenderão a intervir no processo, pretendendo provavelmente desempenhar um papel de "mediadoras". Dependerá do vigor das tecnoburocracias locais a aceitação ou não de uma mediação e inclusive a associação ou não com as mediadoras. O imperialismo tem recursos infinitos. Os tecnoburocratas dos países subdesenvolvidos não estão ainda plenamente definidos. Seu autoritarismo, seu efficientismo ou desenvolvimentismo, sua preocupação com a segurança, sua tendência a aliar-se aos capitalismos locais, quando estes existem, são fenômenos conhecidos e provados - sua resistência às formas disfarçadas e abertas de dominação externa estão agora à prova, quando se abre uma imensa oportunidade para uma reestruturação da economia internacional mais favorável aos países periféricos.

(*Última Hora*, 29 de abril de 1974.)

CAPÍTULO VI

O Imperialismo Esclarecido

O imperialismo da segunda metade do século XX é muito diverso, mais ameno e envolvente do que o imperialismo do século passado. Enquanto este usava sem maiores hesitações das forças das armas, o novo imperialismo, especialmente quando em contato com países já industrializados, mas ainda subdesenvolvidos como o Brasil, é muito mais sutil e contraditório em sua estratégia de dominação. O objetivo é sempre transferir para a metrópole uma parte, a maior possível, do excedente gerado no país periférico; mas, ao contrário do que ocorria no passado, essa transferência é hoje feita deixando-se uma parte ponderável do excedente no país.

Na presente crise política brasileira, caracterizada pelo colapso da aliança política entre a burguesia local e a tecnoburocracia estatal, a posição de terceiro parceiro do esquema de poder - as empresas multinacionais - tem sido contraditória, assim como é contraditório o imperialismo norte-americano dos nossos dias. O Governo Carter apóia claramente a implantação de regimes democráticos na América Latina. Embora esta posição não seja extremada, e o governo norte-americano esteja sempre disposto a fazer concessões em torno do problema, não há dúvida sobre o sentido democratizante de sua política latino-americana. Em contrapartida as empresas multinacionais continuam prudentemente solidárias com os regimes autoritários vigentes, inclusive o brasileiro.

Existe uma tese segundo a qual as empresas multinacionais dariam todo o seu apoio e seriam o principal suporte de regimes autoritários nos países subdesenvolvidos. Esta tese é verdadeira quando o país encontra-se em um nível muito baixo de desenvolvimento social e político, quando o capitalismo local é ainda no máximo mercantil, quando não existe ainda nem um mercado de

trabalho com a generalização do trabalho assalariado, nem uma estrutura de empresas que garantam a extração da mais-valia pelos mecanismos clássicos do sistema capitalista. Em outras palavras, quando domina um sistema de acumulação primitiva, de extração do excedente pela força, para o qual os regimes autoritários são necessários para as oligarquias dominantes. A tese autoritária é também verdadeira em relação ao imperialismo, quando o país subdesenvolvido vive momentos de crise política e instabilidade social, em que as empresas multinacionais se sentem ameaçadas. Foi o caso do Brasil em 1964 e principalmente do Chile em 1973.

No momento, entretanto, em que o país alcança uma relativa estabilidade política, ao mesmo tempo em que o sistema capitalista já desenvolveu um setor "moderno" suficientemente capitalista para permitir às empresas multinacionais a apropriação da mais-valia no mercado, os regimes autoritários deixam de ser necessariamente funcionais para as empresas estrangeiras. Podem continuar a ser úteis para estas e para a burguesia local, na medida em que ajudem a enfraquecer os sindicatos e a manter os salários em níveis muito baixos. Mas sabemos que o capitalismo

não necessita de regimes autoritários para extrair mais-valia dos trabalhadores. Basta um mercado livre de trabalho e uma razoável estabilidade política. Basta que a força de trabalho seja mantida na condição de mercadoria.

Por outro lado, os regimes autoritários podem ser perigosos para as multinacionais, da mesma forma que para a burguesia local. A tutela tecnoburocrática é tão reconfortante quanto ameaçadora. O nacionalismo não é precisamente uma ideologia de esquerda. Pelo contrário, seria em princípio uma ideologia de direita. Na verdade é uma ideologia populista ou fascista. Para um regime autoritário, de base tecnoburocrática, assumir uma ideologia nacionalista não é difícil. Os sonhos de Brasil potência, a vontade de obter apoio popular, os interesses de alguns setores minoritários da burguesia local são a base para um eventual projeto dessa natureza. Já nos quadros de um regime democrático, em que a burguesia local assuma a hegemonia política, uma mudança desse tipo é muito mais difícil. A burguesia local é consular. Está intimamente associada aos interesses das multinacionais.

Há uma outra tese segundo a qual as empresas multinacionais, explorando o Brasil, transferindo grande parte do excedente aqui produzido para as metrópoles, seriam a principal causa não apenas do autoritarismo, mas também do subdesenvolvimento brasileiro. Ora, uma tese radical dessa natureza se teve uma relativa validade no passado hoje não tem nenhuma. O imperialismo contemporâneo, no seu relacionamento com o Brasil, e também com outros países onde vige um modelo de subdesenvolvimento industrializado, é um imperialismo desenvolvimentista, industrializante. As empresas multinacionais produzem principalmente para o mercado local, de forma que o crescimento desse mercado é essencial para o seu próprio desenvolvimento. E óbvio que uma parte do excedente é transferida para os países centrais. t óbvio que esse excedente não deriva apenas de mais-valia obtida no mercado através dos mecanismos clássicos do sistema competitivo. Esse excedente é também extraído graças a condições de oligopólio e cartelização. E as pressões de toda natureza sobre os órgãos governamentais para obter vantagens incompatíveis com o interesse nacional em absoluto

deixaram de existir. Mas, apesar disso, tanto a burguesia local quanto a tecnoburocracia estatal - seus associados - já dispõem de amplos meios econômicos, técnicos e institucionais para garantir que a maior parte do excedente fique no país.

Em conseqüência o imperialismo vai-se transformando. Adapta-se às novas condições vigentes no Brasil. Assume os ares de um "imperialismo esclarecido", democratizante, desenvolvimentista, e até preocupado com uma melhor distribuição de renda no país. A radical desigualdade na distribuição de renda, além de moralmente inaceitável, é sentida como potencialmente perigosa em termos políticos.

Mas por que continuar a chamar esse fenômeno de imperialismo, se é democratizante e desenvolvimentista, se é "esclarecido"? Simplesmente porque ele se apóia fundamentalmente na associação com as classes dominantes locais para marginalizar e explorar os trabalhadores. O objetivo fundamental da burguesia local e da tecnoburocracia tanto estatal quanto privada é reproduzir os padrões de consumo dos

países centrais. Ora, este objetivo só é realizável com a marginalização dos benefícios de desenvolvimento da grande maioria da população. As empresas multinacionais, associando-se à burguesia e à tecnoburocracia locais, viabilizam esse objetivo, ao mesmo tempo que participam da divisão do excedente. São as empresas multinacionais as interessadas diretas na manutenção do modelo de subdesenvolvimento industrializado, na medida em que produzem principalmente bens de consumo de luxo - os mesmos bens que nos países centrais são bens de consumo de massa. Sua preocupação, ou mais precisamente a preocupação do governo norte-americano com direitos humanos e com distribuição de renda, ainda que autêntica não modifica o fato básico de que as empresas multinacionais, em conjunto com a tecnoburocracia e a burguesia local, estão comprometidas com um padrão de acumulação de capital modernizante, exportador, e intrinsecamente marginalizador da grande maioria da população brasileira.

Nestas circunstâncias, as ideologias e as práticas nacionalistas radicais tendem a se constituir em um equívoco, que a rigor não é nem de esquerda nem de

direita, mas ou é de origem estalinista ou de origem populista ou fascista. O nacionalismo de origem estalinista vê nesta ideologia uma forma de combater os Estados Unidos e os demais países capitalistas centrais. O nacionalismo de origem populista ou fascista é uma forma de desviar a atenção dos verdadeiros conflitos de classe e de apresentar o país como uma nação unida em sua luta contra a exploração estrangeira. A verdadeira ideologia de direita apóia as empresas multinacionais, porque assim está dando suporte à burguesia local. Em contrapartida, a esquerda, embora criticando em termos moderados ou radicais as multinacionais, não é particularmente "nacionalista", na medida em que percebe que sua luta política deve ser realizada, tanto contra a alta burguesia local quanto com suas associadas empresas multinacionais.

Por outro lado, é possível compreender porque o imperialismo permanece relativamente à margem da crise política brasileira atual. À medida que as condições do velho imperialismo primário-exportador vão desaparecendo, as empresas multinacionais tendem cada vez mais a reduzir sua interferência na política interna dos países

subdesenvolvidos. A não ser que a situação esteja especialmente perigosa para elas, como novamente foi o caso do Chile em 1973, sabem que as interferências podem ser-lhes mais prejudiciais do que benéficas. Sabem ainda que têm condições de realizar lucros a longo prazo, em regimes políticos muito diversos. Por outro lado, se, no caso brasileiro atual, as empresas multinacionais estão intimamente associadas à burguesia e a tecnoburocracia, é claro que um conflito entre ambas as classes dominantes locais, que tende a rearranjar, mas não a modificar profundamente o pacto político vigente, não afeta a posição das empresas multinacionais. A democracia, embora possa eventualmente ser incômoda, obviamente não atemoriza as empresas multinacionais, como não atemoriza hoje a burguesia local. O imperialismo representado pelas multinacionais não é nem um tigre de papel nem o lobo mau. Como a burguesia e a tecnoburocracia, é apenas um elemento integrante da formação social capitalista-tecnoburocrática dependente brasileira da segunda metade do século XX.

2ª PARTE

**A DESACELERAÇÃO
ECONÔMICA**

CAPÍTULO VII

Uma Nova Fase de Substituição de Importações

O atual Governo parece já ter definido sua principal estratégia de desenvolvimento econômico a médio prazo. Trata-se do estímulo ao crescimento e à diversificação da indústria de bens de capital.

O desenvolvimento econômico ocorrido nos últimos sete anos no Brasil baseou-se na expansão e diversificação da indústria dos bens de consumo de luxo. O automóvel foi o símbolo principal dessa expansão. As indústrias que mais cresceram foram aquelas que tinham condições de produzir para a classe alta e para a classe média bens ou serviços de luxo, em vez de produzir os chamados bens de subsistência ou bens de salário, consumidos pelos

trabalhadores não especializados e pelos trabalhadores rurais.

Um desenvolvimento apoiado em uma aliança entre, de um lado, tecnoburocratas civis e militares originários das classes médias e, de outro lado, empresários capitalistas nacionais e estrangeiros deveria naturalmente ter este resultado. O esquema interessava a ambos os grupos. Permitia que a renda se distribuísse entre os participantes privilegiados da aliança, de maneira razoavelmente eqüitativa. Produzindo bens de consumo de luxo, os empresários capitalistas necessitavam da classe média para consumi-los. Por outro lado, utilizando tecnologias sofisticadas, que empregam pouca mão-de-obra, e esta em sua grande maioria especializada, estas indústrias e serviços empregavam principalmente elementos da classe média, inclusive operários especializados.

Em conseqüência disto, a indústria de bens de capital desenvolveu-se de forma insuficiente nesse período. Mais precisamente, as indústrias de máquinas, ferramentas e de equipamentos industriais em geral cresceram menos do que seria necessário. No setor

dos bens de capital, desenvolveram-se apenas as indústrias ligadas à indústria automobilística (caminhões, tratores, máquinas de terraplenagem) e à indústria de equipamentos elétricos para usinas hidrelétricas. Estes setores, porém, eram dominados por capitais estrangeiros. O setor de equipamentos, em que a participação nacional é ainda ponderável, permaneceu relativamente estagnado. Sempre que as indústrias necessitavam de equipamentos, obtinham liberação do CDI com grande facilidade.

Sem dúvida, na medida em que nossas exportações se multiplicavam por três e por quatro em poucos anos, era preciso também aumentar as importações. Um dos setores cujas importações foi mais fácil liberar, na medida em que os produtores locais estavam menos organizados para se defender, foi a indústria de bens de capital. O princípio da similaridade pode inclusive ser interpretado com flexibilidade nesse setor. O resultado foi que a indústria de bens de capital, que em fins dos anos cinquenta já alcançara um respeitável nível de diversificação e sofisticação tecnológica, cresceu lentamente nos últimos anos.

A época em que o problema era estimular as importações, já que as exportações cresciam em ritmo espantoso, já não mais existe. A conjuntura internacional mudou, surgiu a crise do petróleo que fará aumentar nosso déficit comercial em mais de dois milhões de dólares. As importações em geral, dada a prosperidade da economia e as fáceis condições para importar, começaram a crescer mais rapidamente do que as exportações. Por outro lado, os encargos financeiros, os *royalties*, os lucros remetidos, os fretes, os seguros, as viagens turísticas da classe média afluyente começavam a pesar de forma crescente em nosso balanço de pagamentos. Prevê-se para este ano um déficit na balança de transações correntes de mais de quatro bilhões de dólares.

Nesse momento, uma mudança de política econômica se impunha. Algumas restrições às importações foram levantadas, cujos efeitos a curto prazo poderão ser moderadamente benéficos. Mas a política de médio prazo realmente importante que o governo parece ter tomado foi sua decisão de estimular a indústria de bens de capital. Entraríamos, assim, em uma nova fase de substituição de

importações. O objetivo, agora, seria complementar a substituição das indústrias de equipamentos que ganharam impulso nos anos cinqüenta, mas que arrefeceram em seguida.

Em sua primeira reunião, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, órgão criado pelo novo governo para coordenar a política econômica, criou três empresas ligadas ao BNDE, entre as quais a Mecânica Brasileira S.A. - Embramec, a qual terá como objetivo participar minoritariamente das empresas de bens de capital e estimular seu desenvolvimento. O Presidente da República, por sua vez, fez recomendações específicas na segunda reunião do COE para que as empresas governamentais e os ministérios "colocassem o maior número possível de encomendas de máquinas e equipamentos relativos aos projetos em andamento à indústria nacional".

O Ministro do Planejamento, por sua vez, em entrevista aos jornais, declarava que seria dada grande ênfase à indústria de equipamentos no novo governo. A participação da produção nacional de equipamentos na despesa total deverá crescer em

quatro anos de 60 para 70%. Na produção de bens de capital sob encomenda, essa participação deverá crescer de 45 para 60%.

Não há dúvida quanto ao acerto destas medidas. O desenvolvimento da indústria de bens de capital é essencial para que o desenvolvimento brasileiro ganhe maior autonomia. E agora que o problema da carência de dólares volta a surgir, a escolha desta área para substituir importações é perfeitamente correta.

E preciso, todavia, observar que o eventual êxito destas medidas não vai mudar as características concentradoras de renda e marginalizadoras dos benefícios do desenvolvimento do nosso atual modelo de crescimento econômico. Pelo contrário, estas características tenderão só a agravar-se. Quando se desenvolve a indústria de bens de capital, não se necessita sequer do mercado de classe média como acontece para a produção de bens de consumo de luxo.

O acerto destas medidas, portanto, só seria real se fosse complementado com outras medidas que

tendessem a distribuir melhor a renda, através da taxaço dos recipientes de rendas mais elevadas, do aumento da poupança pública e do estímulo às indústrias de bens de subsistência ou bens de salário. Mas semelhante política já foi apelidada indiscriminadamente de "distributivismo prematuro". Tudo indica, portanto, que continuaremos com o "concentracionismo previdente".

(*Última Hora*, 18 de julho de 1974.)

CAPÍTULO VIII

Debate sobre o Fim do "Milagre"

A economia brasileira, depois de sete anos de grande expansão, entrou em recessão a partir do segundo trimestre de 1974. No terceiro trimestre de 1975, a conjuntura ainda continua recessiva. Em sua edição de 18 de agosto de 1975, o Jornal da Tarde publicou uma longa entrevista com cinco jovens e brilhantes economistas brasileiros: Afonso Celso Pastore, da Universidade de São Paulo, Carlos Langoni, da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, e João Manoel Cardoso de Mello, Luciano Coutinho e Luiz Gonzaga Belluzzo, os três da Universidade Estadual de Campinas. Nestas entrevistas, provavelmente escritas ou pelo menos cuidadosamente ditadas, os economistas debateram diversos problemas

relacionados com a recessão econômica, ou seja, com o fim do "Milagre Brasileiro".

Os dois primeiros são economistas neoclássicos ou ortodoxos, herdeiros do liberalismo econômico de Adam Smith e de Alfred Marshall. Os três últimos são economistas neokeynesianos, herdeiros do pensamento crítico de Ricardo e Marx, e de toda a tradição estruturalista latino-americana. Depois da leitura do debate, surge a questão: até que ponto divergem neoclássicos e estruturalistas (assim os chamaremos neste trabalho) quando se trata de analisar um problema econômico concreto como a atual recessão? Além disso, cabe perguntar se a análise apresentada é suficiente para explicar o problema. Adiantando e resumindo as respostas a estas questões, veremos que há acordo em relação às causas imediatas e conflito em relação às causas básicas. Embora a análise estruturalista vá mais ao fundo da questão, ela ainda se revela incompleta.

Existe uma impressionante concordância entre os cinco economistas quanto às causas imediatas da recessão. Em síntese, a economia brasileira se viu, no início de 1974, com dois problemas graves: a pressão

inflacionária e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Diante desta situação, o Governo adotou medidas estabilizadoras violentas, reduzindo a oferta de moeda e os gastos públicos. Um pouco mais adiante, adotou também medidas restritivas às importações. Ora, estas medidas são todas altamente inibidoras do crescimento da renda. Observa Pastore: "O governo optou por uma diminuição nos índices de crescimento para poder controlar a inflação." Confirma Belluzzo: "O espectro da inflação incontrolável e os receios de uma grave deterioração do balanço de pagamentos implicaram o governo a adotar medidas de 'estabilização' que afetaram, naturalmente, já no segundo semestre de 74, o ritmo de expansão da economia." Cardoso de Mello fala em uma "ampliação persistente das importações de bens de produção, o que significa criar pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos" e em "crescentes pressões inflacionárias"; e conclui que a política econômica adotada foi a da aplicação de "medidas contracionistas que, salvo evidentemente os exageros eventuais, eram inevitáveis".

Estão todos de acordo, portanto, que em fins de 1973 haviam-se criado fortes pressões inflacionárias e o

déficit do balanço de pagamentos tornara-se ameaçador, levando o Governo à adoção de clássicas medidas de contenção da demanda agregada, através principalmente das restrições ao crédito. Ora, conforme observa Langoni, a política gradualista de controle da inflação implicava na "troca do déficit do Governo por expansão de crédito ao setor privado". Agora, também o crédito era restringido. Por outro lado, as empresas brasileiras são especialmente sensíveis às medidas restritivas de crédito porque uma proporção elevada de seu financiamento é constituída por empréstimos de curto prazo. Deve-se ainda assinalar que a acumulação de capital depende cada vez mais da capacidade de importar. As restrições ao crédito e, secundariamente, as dificuldades em importar criadas pelo Governo teriam deflagrado a recessão.

Mas as concordâncias entre neoclássicos e estruturalistas sobre as causas da recessão param aí. Porque resta saber que fatores levaram a economia às pressões inflacionárias e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. E quando chegamos a este ponto da discussão, as posições divergem claramente. Para os neoclássicos, para os quais uma visão histórica e

estrutural do processo econômico não faz sentido, aqueles fenômenos são conjunturais e têm origens exógenas. Conforme afirma Langoni, "as dificuldades enfrentadas atualmente pelo Brasil são 'conjunturais', associadas a uma necessidade de conter a inflação e de corrigir o desequilíbrio no balanço de pagamentos". Pastore não é menos explícito. Para ele, "a desaceleração atual não tem causas endógenas na economia". O que, então, determinou as pressões inflacionárias e o desequilíbrio do balanço de pagamentos? Foram simplesmente a importação da inflação estrangeira, através da elevação dos preços dos produtos importados, e particularmente a crise do petróleo. Devem-se ainda adicionar as grandes e descontroladas entradas de capitais externos durante 1973, obrigando o Governo a aumentar muito além do desejado o volume de meios de pagamentos. Não fossem estes fatores aleatórios e a economia brasileira teria continuado tranqüilamente sua marcha ascensional.

Diversa é a posição dos três economistas estruturalistas. A recessão deve ser explicada a partir do ciclo de expansão porque passou a economia brasileira. Este ciclo, iniciado em 1968, foi

denominado "modelo brasileiro" e contém em seu bojo as contradições que levaram à recessão. Segundo essa perspectiva, a recessão mundial teria um papel acessório embora importante na determinação da crise. Conforme afirma Luciano Coutinho, "na sua raiz, a crise atual decorre dos problemas inerentes ao padrão de crescimento recente. O papel da recessão mundial foi, na verdade, o de precipitar e aprofundar as contradições que já estavam latentes no que se denominou 'modelo brasileiro'".

O ciclo de acumulação 68/74 foi caracterizado por uma grande expansão de alguns setores industriais. Destacaram-se dois setores produtores de bens de consumo de luxo: a indústria de bens duráveis de consumo, especialmente a automobilística, e a indústria de construção civil, orientada para a produção de residências caras. Cresceram ainda as indústrias estatais produtoras de insumos básicos e a indústria mecânica de maquinaria. O crescimento das indústrias de bens duráveis foi apoiado em um sistema de crédito ao consumidor; a indústria de construção teve como apoio financeiro o Banco Nacional de Habitação; as indústrias básicas foram

financiadas por créditos originários de poupança forçada e de empréstimos internacionais. Este crescimento estava baseado em setores já existentes. Não houve diversificação da produção mesmo no setor de bens de produção, onde a demanda cresceu violentamente. Por outro lado, observa Cardoso de Mello, “a taxa de salários se manteve praticamente congelada, o que acentuou o caráter acelerado da expansão”. Em outras palavras, crescia assim a taxa de lucros, na medida em que os ganhos de produtividade eram retidos em sua grande parte pelas empresas.

Esta extraordinária expansão implicou em um grande aumento na taxa de acumulação de capital. A taxa de investimento global teria crescido de 17% em 68 para quase 30% em 1973. Nesse ano, a economia entra em regime de superaquecimento. Formam-se filas para compra de automóveis. Verifica-se escassez de insumos básicos. E o volume de inversões, que cresce sempre, de um lado já não encontra contrapartida suficiente no sistema financeiro montado; de outro lado, a expansão da indústria de bens de capital é absolutamente insuficiente para atender a demanda. Nestes termos, conforme

observa Cardoso de Mello, "(1) a subida contínua da taxa de investimentos exigiria uma ampliação persistente das importações de bens de produção, o que significa criar pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos, que seriam tanto mais graves quanto menos favorável fosse a conjuntura internacional, (2) a subida contínua da taxa de investimento promoveria a intensificação crescente das pressões inflacionárias".

Estão assim explicados, em termos endógenos, as pressões inflacionárias e o desequilíbrio no balanço de pagamentos que provocaram as medidas estabilizadoras, ou melhor, contracionistas, por parte do Governo. Estes fenômenos são explicados não apenas endogenamente, mas também estruturalmente. As contradições do padrão de crescimento estariam nas próprias características estruturais do modelo. A inflação e em seguida a recessão externa, assim como a quadruplicação dos preços do petróleo, vão agravar e precipitar a crise, mas esta tenderia a ocorrer em qualquer hipótese, dentro da lógica dos ciclos de expansão do sistema capitalista. Observa Belluzzo que "houve coincidência entre os ciclos da economia mundial e

da brasileira. Esta coincidência, por um lado facilitou o rápido crescimento das exportações e um abundante fluxo de financiamentos externos. De outra parte encobriu, durante algum tempo, duas sérias deficiências latentes em nosso padrão de crescimento". Estas duas deficiências seriam a incapacidade do sistema financeiro doméstico em prover fundos de médio e longo prazo" e "O desequilíbrio da estrutura industrial expresso num relativo 'atraso' na diversificação das indústrias de bens de produção".

Nestes termos, a aceleração do processo de acumulação, coincidindo com o ciclo de expansão da economia mundial, colocava pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos e sobre os preços internos. Estas pressões eram agravadas pelas deficiências do sistema financeiro a longo prazo e pelo atraso relativo da indústria de bens de produção, a qual, embora se desenvolvesse, não acompanhava as necessidades da acumulação.

Esta análise histórico-estrutural é obviamente muito mais penetrante do que a análise neoclássica, em que a crise se torna conjuntural, senão aleatória. A visão

neoclássica é eminentemente a-histórica. Os fenômenos econômicos ou se explicam aleatoriamente, como no caso em que estamos analisando, ou então são resultados de medidas de política econômica mal conduzidas, tomadas por dirigentes incompetentes. Como este último tipo de análise não cabia no presente caso, a abordagem personalista não é utilizada, e adota-se a primeira alternativa. Os problemas são explicados ao nível de suas causas imediatas, não de suas causas mais profundas. Explica-se toda a crise a partir das pressões inflacionárias e do desequilíbrio no balanço de pagamentos. Estes fenômenos, por sua vez, ficam sem explicação, ou melhor, recebem uma explicação conjuntural e aleatória que reduz fortemente nossa capacidade de compreensão do problema.

A análise estrutural apresentada pelos três economistas de Campinas é bem mais profunda. Deixa, no entanto, a desejar em um ponto central. A impressão com que ficamos da leitura das entrevistas é a de que todas as contradições estruturais que levaram à recessão se encontram do lado da oferta, ou seja, do lado da estrutura de produção. A estrutura da demanda é completamente esquecida. A

recessão é provocada pelas pressões originárias do aumento da taxa de acumulação que não encontra respaldo, seja no sistema financeiro, seja no sistema de produção de bens de capital. Essas contradições provocam os desequilíbrios que levam às medidas contracionistas do Governo.

Vazada nestes termos, a análise acaba ressentindo-se também de um curioso personalismo ou a-historicismo. Levando o raciocínio às últimas conseqüências, se não fossem as medidas do Governo não teríamos a recessão. O ciclo de expansão perde assim seu próprio caráter cíclico. A fase de expansão só se interrompe quando as autoridades monetárias, preocupadas com as possíveis conseqüências dos desequilíbrios inflacionários e do balanço de pagamentos, intervêm. A crise de realização, que está no centro do ciclo econômico capitalista, fica assim sem explicação endógena. Temos que recorrer à explicação exógena das medidas governamentais. Estruturalistas e neoclássicos aproximam-se aqui perigosamente.

O ciclo econômico tem como característica estrutural a modificação na distribuição de renda, com

conseqüências imediatas sobre o perfil da demanda agregada. Em uma economia capitalista clássica, em que temos duas classes apenas, a dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, e a dos trabalhadores, a fase de expansão do ciclo caracterizava-se pela elevação da taxa de lucros e pela concentração da renda na mão dos capitalistas. Ao mesmo tempo, a taxa de acumulação cresce, a produção de bens finais aumenta muito mais que proporcionalmente ao poder aquisitivo dos trabalhadores e, de repente, vemo-nos diante de uma crise de subconsumo.

No modelo brasileiro de desenvolvimento, que preferimos chamar de modelo de subdesenvolvimento industrializado, foram encontradas duas estratégias básicas de compatibilização entre a concentração da renda e a sustentação da demanda agregada. A primeira foi a de beneficiar com a concentração da renda a camada tecnoburocrática ou mais genericamente a classe média que recebe ordenados. Nestes termos, esta camada consumia os bens duráveis que chegavam ao mercado, garantindo o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada. Isto é observado pelos três

economistas estruturalistas. A segunda estratégia consiste em dar uma grande ênfase ao crescimento do comércio internacional, de forma a poder exportar os excedentes de bens de consumo e importar bens de capital e bens intermediários. Compatibiliza-se, assim, mais uma vez, concentração de renda com sustentação da demanda.

Entretanto, é preciso não ir longe demais na crença de que a oferta cria sua própria procura. Nossos cinco economistas, estruturalistas e neoclássicos, afirmam que não há incompatibilidade nenhuma entre um aumento da desigualdade e expansão do mercado interno. Ora, isto é perfeitamente correto desde que os mecanismos de ajustamento, como os dois acima referidos, estejam funcionando perfeitamente. Entretanto, para que este ajustamento entre a demanda e a oferta agregada se mantenha, é essencial uma condição adicional - a de que se mantenha em equilíbrio a relação entre os lucros dos capitalistas e os ordenados da classe média. Porque são os ordenados que garantem, neste modelo, a demanda de bens de consumo duráveis, essencial para o equilíbrio do sistema. Ora, tudo indica que durante o ano de 1973 o superaquecimento da

economia brasileira, coincidindo com o da economia mundial, permitiu não apenas um grande aumento da taxa de acumulação, mas também um grande aumento da taxa de lucros. Os ordenados, diluídos pela taxa de inflação crescente, não conseguiram acompanhar o crescimento explosivo dos lucros e da acumulação. Estavam estabelecidas as condições estruturais para a crise de realização. Esta é precipitada pelas medidas contracionistas do Governo, assim como fora precipitada pela crise do petróleo, pela inflação e pela recessão mundial.

A explicação da crise torna-se assim plenamente estrutural e endógena. Não ficamos dependendo das medidas do Governo para compreendermos a recessão. O capitalismo engendra suas próprias crises. Estas são menos violentas do que no passado, dada a grande participação do Estado na economia. Mas o movimento cíclico do sistema capitalista continua vigente. Este movimento cíclico explica-se, em última análise, pelas alterações que provoca na estrutura da distribuição da renda. Se no Brasil desenvolvemos um modelo perverso de crescimento, em que a classe trabalhadora foi marginalizada dos seus benefícios e neutralizada quanto aos possíveis efeitos negativos

sobre o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada que pode causar a estagnação dos salários, isto não significa que os problemas relativos ao perfil da demanda agregada tenham sido superados. Simplesmente o problema foi transferido para um segundo nível - aquele do equilíbrio entre ordenados e lucros. Neste nível, em que circula o excedente econômico, os desequilíbrios que ocorrem determinam os movimentos do ciclo econômico e constituem uma parte essencial da explicação da atual recessão econômica brasileira.

É preciso, finalmente, observar que a análise econômica histórico-estrutural é eminentemente dialética. Uma análise linear de causa e efeito, ao nível apenas do processo de produção e acumulação, é insuficiente. Os movimentos da demanda agregada e os processos de concentração e reconcentração da renda devem ser relacionados com os processos de aumento rápido e, em seguida, declínio da taxa de acumulação de capital. O processo de inversão, por sua vez, não guarda uma relação linear com o surgimento de pressões inflacionárias e desequilíbrios no balanço de pagamentos. Estes fenômenos interagem entre si e só ganham seu total

significado quando as modificações na divisão do excedente entre os diversos grupos sociais e as conseqüentes alterações no perfil da demanda agregada são integradas na análise, na mesma medida em que fazem parte da realidade econômica e social que está sendo estudada.

(Opinião, 12 de setembro de 1975.)

CAPÍTULO IX

A Recessão Econômica de 1974-1975

O Brasil, no ano de 1975, não conseguiu manter as mesmas taxas de crescimento de, pelo menos, cinco anos anteriores. Nesse trabalho, tentaremos avaliar a recessão econômica através da determinação de suas causas e perspectivas. Procuraremos, ainda, analisar a política econômica do governo, principalmente face aos problemas surgidos com o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o recrudescimento da inflação, indagar sobre as relações entre a economia, a distensão política e as eleições de 1976 e avaliar as alternativas que se apresentam.

Já durante o segundo semestre de 1974 eram evidentes os sinais desse processo de desaceleração ou recessão econômica, o qual não deve ser confundido com uma depressão ou crise da

economia, uma vez que a renda continuou a crescer e não houve desemprego aberto em grandes proporções. Existe, porém, uma série de indicadores que deixam evidente a redução no ritmo do crescimento econômico, tais como o nível de emprego, que apresentou rápido crescimento no final de 73 e começo de 74, depois estabilizando-se e apresentando acentuada queda a partir do segundo semestre de 1974, principalmente nos setores técnico e de produção. E ainda, se considerarmos o relevante aumento nas importações de máquinas e insumos industriais, responsáveis em grande parte pelo acentuado déficit da balança comercial ocorrido nesse ano,¹ veremos que o desempenho industrial foi bem fraco no período, o que se constata examinando os níveis relativos ao consumo de energia nas indústrias (Quadro I).

¹ É nesse período que se ampliou grandemente o déficit da balança comercial que atingiu a cifra de 4,5 bilhões de dólares. Isto se deve não só à elevação do preço do petróleo, mas também à grande quantidade de bens de capital que foram importados nesse ano, ao que se aliou o desempenho pouco brilhante de nossas exportações (principalmente de produtos primários). Mesmo assim, a atuação do governo no sentido de refrear os gastos no exterior foi tímida, e se resumiu na eliminação da isenção ou redução do Imposto de Importação concedido a certos equipamentos e na extinção do financiamento concedido a viagens de turismo.

Quadro I

Energia Elétrica – Consumo Industrial da Região Rio-São Paulo
(Um mil MWh)

	1973	1974	1975
JANEIRO	955	1 082	1 142
FEVEREIRO	989	1 159	1 153
MARÇO	964	1 151	1 142
ABRIL	1 024	1 123	1 171
MAIO	998	1 200	1 226
JUNHO	1 074	1 229	1 243
JULHO	1 137	1 201	1 232
AGOSTO	1 090	1 261	1 281
SETEMBRO	1 114	1 247	1 268
OUTUBRO	1 106	1 154	1 330
NOVEMBRO	1 143	1 241	1 383
DEZEMBRO	1 166	1 157	1 249
	12 760	14 205	14 820

FONTE: LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. – publicado em
Conjuntura Econômica – Vol. 30 – nº 2 – Fev. 76 – FGV.

Se ainda alcançamos em 1974 uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 10%, isto se deve ao fato de o primeiro semestre deste ano ter sido uma continuação do auge econômico de 1973.

As causas desta desaceleração econômica já estavam embutidas no modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Este modelo, que prefiro chamar de

"modelo de subdesenvolvimento industrializado",² para acentuar o seu caráter contraditório, depois de passar pela crise de 1962-66, entrou na fase ascendente do ciclo econômico capitalista a partir de 1967. O Brasil conheceu, então, um período dourado de prosperidade. O produto interno alcançou taxas de crescimento elevadíssimas. Uma indústria moderna e tecnologicamente sofisticada desenvolveu-se sob a égide das empresas multinacionais e do setor produtivo estatal. Este orientava-se para a produção de energia e insumos básicos, enquanto as empresas multinacionais dedicavam-se principalmente à produção de bens de consumo de luxo. A indústria automobilística foi transformada no motor do subdesenvolvimento industrializado brasileiro. Por outro lado, como era preciso compatibilizar esse tipo de oferta, baseada na produção, nos bens de luxo e nos insumos básicos, com a demanda agregada, concentrou-se a renda da classe média para cima, ao mesmo tempo em que se procurava aumentar a taxa de acumulação de capital. Forte concentração da renda e marginalização da

² Cf. Luiz Carlos Bresser-Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, Editora Brasiliense, 1977, São Paulo.

grande maioria da população dos frutos do desenvolvimento foram os resultados mais evidentes deste padrão de desenvolvimento.

Para alcançar taxas de crescimento do produto de mais de 10% ao ano, a economia valeu-se, em uma primeira fase, de um reservatório de capacidade ociosa e, em uma segunda fase, do aumento da taxa de poupança estatal e da transferência de poupança externa. A própria taxa de poupança privada nacional pouco ou nada aumentou, a não ser, provavelmente, no fim do processo, em 1973. Como toda a economia estava voltada para a produção e o consumo de bens de luxo - principalmente de automóveis - não era possível esperar outra coisa. Aumentava a renda privada, mas aumentava proporcionalmente o consumo de bens de luxo, de forma que a taxa de poupança em relação à renda não se alterava. A taxa de poupança estatal, no entanto, aumentava graças ao aumento da carga tributária, ao aumento das tarifas e dos preços cobrados pelas empresas estatais, à racionalização geral dos processos administrativos tanto ao nível do governo quanto do setor produtivo estatal. Aumentava também a poupança forçada proveniente

de fundos como o FGTS, o PIS e o PASEP. Trata-se formalmente de um tipo de poupança privada, embora controlada pelo Estado. Finalmente, aumentava a poupança externa, graças a sucessivos déficits na balança de transações correntes. O hiato de recursos era coberto por investimentos diretos das empresas transnacionais e por um crescente endividamento externo, que servia também para a constituição de reservas de divisas estrangeiras.

Para lastrear esse aumento do endividamento externo e ao mesmo tempo para complementar o processo de compatibilização da concentração de renda com a sustentação da demanda agregada, adotou-se a estratégia de estimular as exportações, favorecidas por uma economia mundial em plena fase de auge, em que o comércio e o sistema financeiro internacional crescem a taxas jamais conhecidas, as exportações brasileiras aumentam rapidamente, multiplicam-se. A economia brasileira internacionaliza-se, seus vínculos com o sistema capitalista internacional aprofundam-se através da invasão das empresas multinacionais.

Reproduzimos para uma pequena parcela da população brasileira, constituída de tecnocratas e capitalistas, os padrões de consumo dos países centrais. Estas duas classes participam então de um movimento de euforia e de projetos de grandezas, que visam a legitimar a manutenção de um sistema de governo autoritário.

Mas os germes da recessão estavam todos aí. O acelerado padrão de crescimento adotado, sem que crescessem proporcionalmente as indústrias de bens de capital e de insumos básicos, o aumento explosivo da acumulação de capital, sem que a poupança interna acompanhasse no mesmo ritmo, levam a economia a fortes pressões inflacionárias e ao desequilíbrio progressivo do balanço de pagamentos. A quadruplicação dos preços do petróleo, a partir de outubro de 1973, vem apenas agravar um processo já em movimento.

O novo Governo, que se instala em 1974, dá inicialmente pouca importância aos problemas do balanço de pagamentos. Decide, entretanto, combater a inflação através de medidas clássicas de contenção de crédito. Desde 1967, o grande segredo da política

econômica governamental havia sido o de manter equilibrado o orçamento federal, mas ampliar inflacionariamente o crédito. Com a mudança de política, o corte de crédito teve efeitos quase imediatos sobre a demanda agregada. A redução do nível de atividade econômica no segundo semestre de 1974 e no primeiro semestre de 1975 está diretamente relacionada a estas medidas de restrição à expansão dos meios de pagamentos.

Estas medidas somadas à crise do petróleo e às incertezas causadas pela mudança de governo provocam uma reversão das expectativas otimistas dos empresários. Projetos de investimentos são suspensos ou adiados. O processo de acumulação de capital é assim limitado não apenas pelas medidas monetárias do governo, mas também pela mudança nas perspectivas dos capitalistas.

O decorrente debilitamento da demanda agregada, no entanto, tem provavelmente uma terceira causa. Com o auge de 1973 e com o aumento da taxa de inflação, os lucros dos capitalistas crescem aceleradamente e os ordenados dos tecnoburocratas deixam de acompanhar esse crescimento. Em

conseqüência, o mecanismo básico de compatibilização de concentração de renda com a sustentação da demanda deixa de funcionar plenamente. Ocorre o clássico fenômeno de estreitamento relativo dos mercados, limitado, porém, à classe média tecnoburocrática. Somem-se a isto a política monetária do governo durante 1974 e a reversão das expectativas dos empresários e temos as causas básicas da recessão. A própria crise do balanço de pagamentos não tem um papel direto nesta primeira fase do processo, já que as autoridades econômicas não tomaram então medidas significativas para fazer frente ao problema.

A maioria dos países capitalistas atravessou um período de acentuada recessão, agravada com a crise do petróleo no final de 1973. Todavia, o Brasil não sentiu de imediato os efeitos dessa situação, e somente no 2º semestre de 1974, quando o resto do mundo já retomava os caminhos na normalidade, a recessão econômica atingiu duramente o país. Ora, em 1974 estávamos ainda tão tomados pela euforia desenvolvimentista que imaginamos poder passar incólumes pela elevação dos preços do petróleo. Vamos exportar mais e estará tudo resolvido, dizia-

se, enquanto os países europeus entravam em um decidido processo de redução da atividade econômica e de contenção das importações. Vamos continuar a crescer a 10%, porque esta é a nossa "taxa histórica de crescimento", é a taxa mágica do Brasil grande, afirmava-se e projetava-se, com base em apenas 5 anos de êxito. Porém, dado o nível de poupança interna, esta taxa era obviamente inviável a longo prazo, na medida em que a capacidade ociosa havia-se esgotado, e que não é possível para o país continuar a endividar-se indefinidamente. Taxas ao redor de 6% ou 7% seriam provavelmente mais realistas. Agora, entretanto, que se produzia uma violenta deterioração das relações de troca, com o aumento dos preços do petróleo, não havia outra alternativa senão reduzir ainda mais essa taxa. Exportar mais é sempre uma boa solução, desde que não seja às custas do consumo interno necessário. E todavia uma solução acaciana. Estamos sempre querendo exportar mais. O problema é saber se existe produção exportável e compradores para nossos produtos. Ora, o aumento de produção exportável já estava sendo tentado antes do aumento dos preços do petróleo. E um objetivo permanente. Não era,

portanto, uma estratégia real para fazer frente ao novo problema surgido.

Dada uma certa taxa de crescimento da produção, a qual depende da taxa de acumulação de capital e da absorção de progresso tecnológico, quando ocorre uma deterioração das relações de troca, o decorrente déficit na balança comercial deve ser resolvido através da diminuição das importações ou então através do aumento das exportações com sacrifício do consumo interno. Em qualquer uma das duas hipóteses estaremos recebendo menor quantidade de mercadorias importadas para um mesmo esforço produtivo interno. Isto significa que a taxa de crescimento da renda deve necessariamente baixar em relação ao que vinha ocorrendo antes da deterioração. O máximo que se poderia esperar seria financiar a longo prazo o déficit, e assim diluir no tempo os efeitos negativos. No caso brasileiro, porém, não reduzimos as importações, nem aumentamos as exportações com sacrifício do consumo interno, nem financiamos o déficit a longo prazo. A última alternativa não era viável, ainda que fosse tentada. As duas primeiras implicavam reconhecer uma realidade desagradável. Optamos por uma quarta

alternativa: nada fazer durante dois anos. Propunha-se apenas, no II PND, uma solução do lado da oferta: o início de um novo processo de substituição de importações, com ênfase na indústria de bens de capital e nos insumos básicos, principalmente a siderurgia e os metais não-ferrosos. Mas esta, embora correta, era uma solução de longo prazo. Não resolvia os problemas imediatos. Só em fins de 1975, quando a situação do balanço de pagamentos se tornava insustentável, o governo decide agir mais enérgica e realisticamente.

As medidas de contenção das importações tomadas pelo governo no segundo semestre de 1975 ocorreram quando a economia começava a se recuperar da recessão da demanda do segundo semestre de 1974 e primeiro de 1975. Estas decisões foram acompanhadas do anúncio de uma nova medida de longo prazo: a realização de contratos de risco para a prospecção de petróleo.

As decisões foram tomadas de forma dramática, em tom de alarme. Os contratos de risco podiam ser interpretados como uma: "capitulação salvadora". O Brasil, de repente, era colocado diante da realidade:

taxas de 10% ao ano não eram viáveis a longo prazo, e mesmo taxas de 7% não eram viáveis a curto prazo, porque agora devíamos sofrer as conseqüências da deterioração das relações de trocas e, ao mesmo tempo, pagar as dívidas que havíamos contraído para crescer a 10%, mais juros que não paravam de crescer.

Entretanto as medidas de restrição às importações, tomadas pelo governo, não implicaram na entrada da economia em profunda recessão, conforme se acreditava que ocorreria quando essas começaram a se efetivar. Não significaram que estivéssemos condenados a crescimento zero, ou a um aumento violento do desemprego, conforme se previu em 1975. Mesmo que o governo, preocupado em conter a inflação, tenha adotado medidas de restrição ao crédito, a economia poderia, desacelerada, crescer a 5% ou 6%. Não havia razões para previsões mais baixas porque não estávamos mais diante de uma crise de realização, de uma recessão de demanda, ³

³ O setor de bens de consumo final voltou a apresentar saldo bastante favorável em suas atividades durante o 4º trimestre de 75. A expansão da demanda, mesmo sendo fato comum nesse período, superou as expectativas dos empresários e induziu ampliações da produção em quase todos os

mas diante de uma recessão de oferta, causada pelas dificuldades em importar bens de capital e insumos básicos. Ora, a teoria e a experiência econômica ensinaram-nos que limitações do lado da oferta não provocam grandes crises. Limitam-se a reduzir a taxa de crescimento industrial, como aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. As depressões ou as recessões mais prolongadas surgem sempre em virtude do debilitamento da demanda agregada, não do surgimento de empecilhos para a ampliação da capacidade produtiva.

Estas dificuldades estão relacionadas com uma dívida externa superior a 20 bilhões de dólares, que estará sempre funcionando como uma espada de Dâmocles sobre o desenvolvimento brasileiro. E poderá levar o governo a medidas ainda mais drásticas, que então se tornem contraproducentes. Uma desvalorização súbita do cruzeiro incluir-se-ia, provavelmente, nesse tipo de medidas. O cruzeiro estava artificialmente valorizado e o governo,

segmentos industriais desse setor. As empresas acusaram, ainda, declínio de seus estoques e algumas ampliações dos efetivos de mão-de-obra e da capacidade instalada.

durante 1975, procurou desvalorizar sistematicamente o cruzeiro, sem abandonar o princípio salutar das minidesvalorizações. Não havia, contudo, indicações de que uma desvalorização mais violenta fosse necessária. Não existiam indicações de que nossas exportações estivessem sendo sacrificadas pela baixa remuneração dos exportadores de produtos primários. Quanto às de manufaturados já estavam amplamente subsidiadas.

Não havia também porque falar em reescalonamento da dívida externa. A dívida já estava razoavelmente escalonada, e ainda tínhamos um volume substancial de reservas. O problema era reduzir drasticamente a taxa de crescimento do volume da dívida. Para isto, era claro que seria bom exportarmos mais, mas o mais realista seria importarmos menos. Com esse objetivo, havia razão para continuarmos a permitir a entrada no país, disfarçados como produtos intermediários, de grande quantidade de produtos supérfluos. E a manutenção de uma taxa de câmbio única, inclusive para turismo, só se explicaria por questões de prestígio e pelo desejo de participar em termos de igualdade com os países centrais inclusive em suas praticas monetárias.

O capital estrangeiro continua sendo encarado por amplos setores do governo como a solução para o problema do balanço de pagamentos, quando obviamente não o é. Não há nenhuma necessidade absoluta de capitais estrangeiros, muito menos para resolver nossos problemas de balanço de pagamentos. O afluxo de investimentos diretos pode ajudar a curto prazo a equilibrar o balanço de pagamentos. Mas já a médio prazo os problemas que traz para o país hospedeiro são enormes. As empresas multinacionais norte-americanas contribuem de forma clara para equilibrar o balanço de pagamentos dos Estados Unidos, recebendo muito mais divisas do que remetem para o exterior. No Brasil temos recebido mais do que remetido, mas é muito provável que logo esta situação se inverta.

Isto não significa que nos devemos opor de forma geral ao capital estrangeiro. Quando as multinacionais trazem efetivamente capital, quando transferem efetivamente tecnologia e quando o prazo de sua permanência no país é limitado, seus investimentos poderão ser bem-vindos. O que não faz sentido é termos empresas estrangeiras operando

indefinidamente no território nacional sem estar contribuindo com capital ou conhecimento técnico, limitando-se a funcionar como válvula de sucção de nossas divisas. Vários países têm estabelecido cláusulas de nacionalização progressiva das empresas multinacionais. Devíamos fazer o mesmo.

Os contratos de risco podem ser examinados sob esta ótica. Desde que possamos assegurar, através deles, uma real entrada de capitais e de conhecimento técnico, desde que os lucros e o tempo de permanência das empresas no país sejam limitados, os contratos de risco poderão ser aceitáveis. E não há razão para acreditarmos que a Petrobrás não tenha condições de celebrar contratos nessas condições.

Entretanto, nem a forma pela qual os contratos de risco foram autorizados nem a importância que lhes foi atribuída são aceitáveis. A medida foi autoritária, já que não foi precedida do amplo debate que o problema exigia. Atribuiu-se a ela o valor de uma medida de salvação nacional, quando obviamente não o é. Pretendeu-se com ela resolver o problema do balanço de pagamentos, que é antes de mais nada um problema de curto prazo. E também um problema de

longo prazo, mas aí muitas são as medidas que poderão ajudar a resolver o problema, inclusive e eventualmente - nunca principalmente - os contratos de risco.

A permanência no Brasil de muitas empresas multinacionais que nada contribuem em termos de novos capitais e conhecimento técnico e que se limitam a estimular a reprodução de padrões de consumo similares aos dos países centrais é, provavelmente, muito mais maléfica do que a celebração de contratos de risco. Tudo dependerá dos termos dos contratos.

A desaceleração econômica em curso ocorreu ao mesmo tempo em que aumentava o ritmo inflacionário. A inflação no Brasil é ora principalmente uma inflação de demanda, causada pela expansão dos meios de pagamentos e/ou pelo crescimento mais que proporcional da demanda real em relação à oferta, ora principalmente uma inflação administrada, provocada por aumentos autônomos de preços por parte de empresas monopolísticas. Em qualquer hipótese, porém, é uma inflação estrutural, provocada pelas imperfeições do mercado, pela

existência de pontos de estrangulamento na oferta que se alternam na provocação de altas de preços, os quais, em seguida, se espalham por toda a economia. Nestes termos, não tem sentido transformar o combate à inflação em uma questão de honra como fez o Governo em 1974. Era preciso mantê-la sob controle e saber conviver com ela. Era perigoso tentar acabar com a inflação à força. Quando a inflação é principalmente de demanda, o controle do crédito é essencial. Quando é principalmente de oferta ou de custos, o controle administrativo dos preços é a única solução viável. Mas nem uma das medidas deve pretender extinguir a inflação de uma hora para outra.

O fim da distensão e a crise política

O Governo que se instalou em 1974 com o declarado propósito de promover a distensão política logo suspendeu esse projeto, provavelmente por duas razões: porque foi derrotado nas eleições de novembro de 1974 e porque se viu a braços com uma recessão econômica. A conjugação desses dois fatores levou a um fortalecimento dos setores autoritários dentro do sistema, levando à suspensão da distensão

política. Dentro do sistema dominante podemos, provavelmente, distinguir três grupos: os democratas, que acreditam na distensão e na democratização do país como valores últimos; os pragmáticos, que imaginavam que a distensão poderia servir aos objetivos de sua própria sustentação no poder; e os autoritários. Os pragmáticos constituem a grande maioria. Seu liberalismo político é meramente operacional. O processo de distensão teve início quando democratas e pragmáticos se uniram no início do atual governo; foi suspenso quando os pragmáticos abandonaram apressadamente suas posições liberalizantes, ao ver seu poder ameaçado por uma derrota eleitoral e uma crise econômica.

Neste contexto, a ideologia autoritária de que o desenvolvimento só é viável nos quadros de um governo forte pode ser facilmente desmascarada. Trata-se de uma ideologia muito cara aos tecnoburocratas, civis e militares, que acreditam que a eficiência e o desenvolvimento econômico dependem de um controle burocrático rígido, de cima para baixo, de todo o sistema. Na verdade, não é o desenvolvimento que depende do autoritarismo, mas o autoritarismo que depende do

desenvolvimento. Quando o processo de desenvolvimento perde vigor, a legitimação do autoritarismo tecnoburocrático-capitalista vigente no Brasil cai por terra. O resultado é a crise política ao nível da cúpula do sistema, são as divisões internas, é a busca dos culpados, é a procura de "bodes expiatórios". A crise política se agrava quando o excedente econômico, ou seja, a produção acima do consumo necessário, começa a reduzir-se relativamente. Quando a taxa de crescimento do produto cai de 10% para 5%. Nesse momento, a luta política pela divisão do excedente, ao nível das classes e grupos dominantes, torna-se acirrada. A crise política pode tomar proporções muito maiores do que a desaceleração econômica. O conflito sobre a estatização ilustrou bem este fato.

Na busca de soluções mais gerais para os atuais problemas que enfrentam a economia e a sociedade brasileira, devemos distinguir as medidas que podem ser tomadas dentro do modelo adotado, das medidas que visariam a modificar estruturalmente o modelo de subdesenvolvimento industrializado.

Entre as medidas a curto prazo do primeiro tipo, que visariam à retomada do processo de crescimento do PIB e, ao mesmo tempo, a reequilibrar o balanço de pagamentos e conter a inflação, o governo optou por um controle mais severo das importações, eliminando a entrada de bens supérfluos e instituindo depósitos de 365 dias sobre a compra de bens de capital no exterior: Iniciou também um progressivo controle ao crédito dentro de uma linha econômica ortodoxa.

Em qualquer hipótese, a viabilidade da manutenção do modelo atual, autoritário, concentrador de renda, internacionalizante, dependerá do equilíbrio político do sistema. No plano econômico, ainda que este modelo enfrente hoje dificuldades, ele é viável. Sua viabilidade política, entretanto, torna-se cada vez mais duvidosa.

A decisão de modificar estruturalmente o modelo implicaria medidas visando a melhorar a distribuição da renda. Os lucros dos capitalistas e os ordenados dos tecnoburocratas deveriam ser reduzidos relativamente aos salários dos trabalhadores. Isto, no entanto, não deveria significar um distributivismo

apressado. A oferta deveria ser compatibilizada com a modificação no perfil da demanda, reduzindo-se a taxa de crescimento dos bens de consumo de luxo e aumentando-se a taxa de crescimento dos bens básicos de consumo, dos bens de capital e dos insumos básicos. O Estado, pelo menos em uma fase inicial, deveria ter seu papel aumentado, de forma a garantir o aumento da poupança apesar da melhor redistribuição da renda. Estas medidas deveriam ser tomadas após amplo debate político, ao mesmo tempo em que se restabeleceria o estado de direito no país.

Há, entretanto, poucas probabilidades de caminharmos a curto prazo nessa direção. Os interesses de capitalistas e tecnoburocratas a ser defendidos são muito grandes. São interesses comuns de apropriação do excedente econômico. Ainda que uma recessão econômica tenda hoje a dividi-los politicamente, já vimos que o problema não é tão grave a ponto de pôr em risco o sistema. E o poder dos grupos marginalizados do processo político e/ou econômico é ainda muito reduzido para pretender questionar efetivamente a ordem estabelecida.

Em qualquer hipótese, o certo é que o debate está sendo reiniciado. Este debate pode ser temido pelo sistema dominante. Muitos de seus próprios membros, entretanto, começam a perceber que esse debate é essencial. Da mesma forma que as soluções automáticas do capitalismo liberal não funcionam, também as soluções técnicas da tecnoburocracia autoritária revelam logo sua arbitrariedade e fraqueza. Os critérios para a adoção de medidas econômicas são cada vez mais políticas. E só podem ser resolvidos politicamente, ou seja, através da participação mais ampla e direta possível de todos os interessados - principalmente dos trabalhadores. Compatibilizar autoritarismo e concentração de renda com desenvolvimento econômico e estabilidade política torna-se cada vez mais difícil - e este é um bom motivo para não sermos pessimistas.

(Baseado em entrevista ao *Jornal da Tarde*
em 13 de janeiro de 1976.)

CAPÍTULO X

A Redução Relativa do Excedente

A partir de 1974 o Brasil entra em um processo de desaceleração econômica e crise política. Depois de sete anos de "milagre" os problemas subitamente ressurgem. Avolumam-se. Parecem tornar-se insolúveis. Mas no plano econômico o problema principal parece não ser desaceleração. Pelo contrário. Seja em 1974 e 1975, seja em 1977 a desaceleração é provocada pelo Governo. E seu alcance é limitado. Em nenhum momento chega a se configurar um quadro de depressão econômica, de desemprego aberto, de elevação do nível de estoques, de clara retração dos investimentos e do consumo. Os problemas sistematicamente citados, que levam a economia e a própria sociedade a uma atmosfera de crise, são sempre dois: o desequilíbrio do balanço de pagamentos e a inflação.

São dois desequilíbrios graves, já bastante analisados. O "milagre" foi em parte financiado por empréstimos externos. Exportações e importações aumentaram fortemente no período. Mas enquanto o aumento das exportações tornava-se intrínscico ao desenvolvimento do setor moderno, produtor de bens de consumo de luxo, que possui um alto coeficiente de importação, situando-se, portanto no próprio bojo do modelo modernizante de subdesenvolvimento industrializado, o aumento das exportações continuava a depender fundamentalmente de uma série de produtos agrícolas e extrativos, que não eram particularmente beneficiados pelos grandes investimentos modernizantes. Já a inflação era muito mais uma consequência do que uma causa dos desequilíbrios estruturais que tendiam a se aprofundar na economia brasileira dos anos setenta.

A esses dois desequilíbrios torna-se hoje cada vez mais claro que é preciso adicionar um terceiro: o desequilíbrio orçamentário do Estado ao nível Federal, Estadual e Municipal. Não pretendemos, ao falar em desequilíbrio, afirmar que o Estado esteja

entrando necessariamente em déficit e perdendo o controle de suas finanças. Não se trata disso. Simplesmente, os amplos recursos que o Estado passou a dispor a partir de 1967, com a reforma tributária, esgotaram-se. Havia uma sobra. O Estado tinha a segurança de tudo poder realizar, mas os investimentos, nem sempre os mais prioritários, foram sendo realizados. Construída uma estrada, uma escola, um quartel, era preciso agora mantê-los. E a sobra ou a 'folga orçamentária ia aos poucos desaparecendo. Até que nos últimos um ou dois anos chegamos claramente e de novo ao regime de escassez de recursos para investimentos estatais.

E este fenômeno se agrava na medida em que as empresas privadas, já altamente endividadas, pressionam o Estado por subsídios dos mais variados tipos, entre os quais salienta-se a limitação a 20% de correção monetária nos empréstimos a longo prazo para financiar investimentos.

Estes três desequilíbrios - balanço de pagamentos, orçamento do Estado e inflação, aos quais se poderia adicionar um quarto de menor importância, o alto endividamento das empresas - possuem todos uma

característica comum: estão relacionados com o processo de redução relativa do excedente econômico que passa a ocorrer no Brasil a partir de 1974. Este fenômeno pode ser em parte identificado com o processo de redução relativa da taxa de concentração de renda do país.

O excedente econômico é a parte da renda nacional que excede ao consumo necessário ou ao consumo dos trabalhadores. No Brasil, na medida em que admitamos que os trabalhadores destinam todos os seus salários ao consumo, e que desprezemos o consumo necessário dos tecnoburocratas e dos capitalistas, o excedente será igual aos ordenados dos tecnoburocratas e aos lucros dos capitalistas.

Os capitalistas incluem desde a pequena burguesia dos pequenos comerciantes, agricultores, industriais e profissionais liberais até a alta burguesia. Os tecnoburocratas incluem todos os administradores e técnicos de nível médio e superior que trabalham em organizações burocráticas públicas ou privadas, civis ou militares. São os funcionários não manuais que recebem um ordenado em função de sua posição na hierarquia burocrática e não um salário em função de

sua produção e de seu custo de reprodução, como acontece com os trabalhadores.

Capitalistas e tecnoburocratas constituem as classes dominantes no Brasil. Lucros e ordenados são a forma pela qual se apropriam do excedente. A taxa de concentração de renda da economia é dada pela relação entre o excedente e os salários. Quanto maior for essa taxa, maior será a concentração.

Por outro lado, da mesma forma que a taxa de salários é igual ao total de salários por trabalhador, podemos definir a taxa de excedente como sendo o total de excedente (ordenados mais lucros) por tecnoburocratas e capitalistas. Em outras palavras, a taxa de salário é o total de salários *per capita*; a taxa de excedente é o total de excedente *per capita*, consideradas no denominador, no primeiro caso, apenas os trabalhadores e, no segundo caso, apenas os capitalistas e tecnoburocratas.

Embora não existam dados precisos a respeito do assunto, podemos afirmar que até 1974 a taxa de concentração e a taxa de excedente vinham crescendo rapidamente. A renda se concentrava nas mãos de

capitalistas e tecnoburocratas. Os lucros e ordenados cresciam em ritmo de milagre.

A partir de 1974, porém, com a crise do petróleo e o recrudesimento da inflação, surgem nuvens no horizonte. O protesto dos trabalhadores expresso nas eleições de 1974 confirmam as apreensões das classes dominantes.

A partir de 1974 a taxa de aumento da renda *per capita* começa a diminuir. Em 1975, a taxa de salários, que vinha caindo sistematicamente, aumenta devido à intervenção do governo.

Em conseqüência paralisa-se o crescimento da taxa de concentração de renda, e a taxa de excedente por tecnoburocrata e capitalista passa a crescer mais lentamente. Em outras palavras, verifica-se um processo de redução relativa do excedente. Não há ainda uma redução absoluta, mas sua taxa de crescimento do excedente total diminui, e em conseqüência diminui o índice de crescimento da taxa de excedente por capitalista e tecnoburocrata e a taxa de concentração de renda. Em um primeiro momento' esses índices podem até ter caído.

Em conseqüência há ameaças pairando pelo ar de que é preciso apertar os cintos, realizar sacrifícios. Por outro lado, voltar a fazer os trabalhadores pagarem a conta não parece viável. Nesse momento, não é de se esperar que os capitalistas e tecnoburocratas, em sua qualidade de classes dominantes, representando a sociedade civil, aceitem passivamente a redução relativa do seu excedente. Embora essas classes tenham manifestado sua "preocupação" com a crescente concentração da renda no país, a qual passou por um amplo e profundo processo de crítica pela esquerda a partir do início dos anos setenta, quando sentem sua participação na renda ameaçada reagem imediatamente, ainda que se trate de sua participação potencial ou futura. A redução relativa do excedente é uma ameaça que provoca imediatamente reações no plano econômico e no político.

Enquanto o Governo fala na necessidade de sacrifícios, de apertar os cintos, os capitalistas procuram aumentar automaticamente seus preços através de práticas oligopolíticas e tentam, sob todas

as formas, obter subsídios e outros benefícios do Estado, na medida em que percebem que o Estado possui uma capacidade crescente de controlar e dividir administrativamente o excedente (em vez de deixar que atuem as forças do mercado). Os tecnoburocratas, por sua vez, tratam de aumentar sua pressão por reajustes de ordenados. O resultado é o agravamento das pressões inflacionárias e a retomada com mais vigor por parte do Governo de medidas para reduzir o crédito e conter a demanda. E assim fecha-se o círculo. A taxa de excedente reduz-se ou cresce lentamente aprofundando a crise.

Se colocarmos agora o Estado e o setor externo formalmente no modelo, o quadro ganha maior compreensibilidade. De um lado temos a despesa estatal, que consideramos fora do excedente, embora possa haver consumo de luxo por parte do Estado quando ele consome em nome das classes ricas, e de outro acumulação de meios de produção pelo Estado, que faz parte do excedente. A poupança externa, por sua vez, corresponde ao hiato de recursos, ou seja, ao déficit em transações correntes, refletindo-se no aumento do endividamento e na variação das reservas internacionais.

A redução relativa do excedente pode agora ser mais bem esclarecida. Não é apenas a taxa de crescimento da taxa de excedente que diminui, não é apenas a taxa de concentração de renda que estagna ou passa a crescer mais lentamente. Além disso, na medida em que o endividamento externo atingiu índices extremamente elevados, não é mais possível continuar uma política de transferência de poupança externa para dentro do país. Este fenômeno ainda poderá ocorrer e vem ocorrendo por algum tempo, devido à pressão das circunstâncias. O enorme déficit na balança de serviços, devido principalmente aos elevados juros a ser pagos, mantém o déficit na balança de transação correntes e portanto implica em continuarmos a obter poupanças externas. Mas agora esta poupança é obtida a contragosto, com graves preocupações. E no momento em que caminharmos para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para a diminuição relativa do endividamento, isto implicará em transformar a poupança externa em um valor negativo. Por outro lado, na medida em que a sobra de recursos do Estado obtida com a reforma tributária esgota-se, a relação investimento governamental sobre consumo governamental tende

a diminuir. Em outras palavras o excedente relativo disponível para o Estado também reduz-se.

O problema do excedente disponível total, portanto, é provavelmente mais grave do que o do excedente privado, não considerado o Governo e a poupança externa. Quando introduzimos essas duas variáveis, verificamos que provavelmente não há apenas uma redução na taxa de crescimento do excedente, mas uma estagnação momentânea e talvez mesmo uma diminuição do excedente disponível total na medida em que os recursos livres do Estado reduziram-se fortemente, e além disso devemos pensar em pagar nossas dívidas e juros internacionais.

Examinado o problema em termos de redução relativa da taxa de concentração e da taxa de excedente, os três desequilíbrios que hoje caracterizam a economia brasileira - balanço de pagamento, orçamento do Estado e inflação - revelam estar intimamente relacionados entre si e com a desaceleração econômica e a estabilização da taxa de salários. A desaceleração da economia, ou seja, a diminuição da taxa de aumento da produtividade que se verifica a partir de 1974 é, ao

mesmo tempo, causa e consequência do desequilíbrio do balanço de pagamentos e do esgotamento da sobra orçamentária estatal. A desaceleração mais a estabilização dos salários implicam em redução na taxa de crescimento da taxa de excedente e da taxa de concentração de renda. Adicione-se a isto o desequilíbrio externo e o orçamentário e temos a redução relativa do excedente total disponível. A inflação, nessa trama de relacionamentos dialéticos entre variáveis econômicas, surge também como consequência e como causa. Como consequência na medida em que a redução relativa na taxa de excedente leva as empresas e indivíduos a procurar aumentar administrativamente seus preços e ordenados. Como causa na medida em que, diante da inflação, o Governo toma medidas de contenção da demanda agregada, aprofundando os problemas.

Durante os anos cinquenta a industrialização brasileira foi financiada principalmente através de transferência de excedente do setor exportador para o industrial. Nos anos sessenta e até 1974 a industrialização foi financiada pela redução real dos salários dos trabalhadores e por poupanças externas. A partir desse ano, não só houve uma forte

deterioração das relações de troca, ou seja, uma transferência relativa de excedente para o exterior, devido à elevação dos preços do petróleo, mas também não foi mais possível ao sistema capitalista encontrar internamente um grupo ou setor de quem extrair excedente relativo. Em consequência, o sistema econômico perdeu o mecanismo de amortecimento dos seus desequilíbrios.

De repente voltamos ao regime de escassez. O Estado, que há pouco fazia planos mirabolantes, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento, recua. Abandona projetos em meio. Reescalona investimentos. O país como um todo enfrenta com preocupação o problema do endividamento externo, que há dois ou três anos atrás era visto com a maior despreocupação pelas autoridades governamentais. A inflação, apesar de todas as medidas de orientação do Governo, mantém-se num nível elevado. Reduz-se o excedente relativo e é preciso que alguém assuma os prejuízos, que alguém pague a conta, mas nem o setor externo dos anos cinquenta nem os trabalhadores dos anos sessenta estão à disposição. Não havendo ninguém disposto a pagar, mas muitos

sentindo-se ameaçados, aos desequilíbrios econômicos soma-se a crise política.

No início de 1977 tem-se a impressão de que o Governo escolheu as camadas médias para pagar a conta. A limitação do aumento do funcionalismo público a 30% quando a inflação fora de 46% é uma indicação. A criação do empréstimo restituível sobre a gasolina, que oneraria principalmente essas camadas médias, é outro sinal. Mas logo em seguida o Governo é obrigado a recuar em relação à última medida. E o impasse continua.

CAPÍTULO XI

Da Política Econômica à Crise Política

No início de 1977 não havia propriamente crise na economia brasileira. Existiam graves desequilíbrios. E, no entanto vivíamos uma atmosfera de crise. O governo tomava medida de salvação nacional. Cortava os investimentos públicos. Criava o "empréstimo restituível" de 2 cruzeiros para a gasolina, desistindo da medida logo em seguida, face ao protesto generalizado principalmente das camadas médias. Mais do que contraditórias - e elas o eram, já que o governo se propunha a gastar todo o dinheiro recolhido embora tivesse pouco antes cortado investimentos públicos com grande alarde - as medidas eram dramáticas. E a atmosfera de crise se alastrava. O Presidente da Confederação Nacional das Indústrias afirma então que a "Nação enfrenta uma hora de dura realidade. O país chega a uma

encruzilhada. O povo tem dúvidas e o empresariado inquietações".¹ Parecia ter razão. E, no entanto, se crise econômica é desemprego, retração da atividade econômica, taxas negativas de crescimento, não havia crise. Muito pelo contrário. Mas se crise é sinônimo de problemas, se significa que afinal se percebe que o "milagre" acabou e que existem desequilíbrios na área de inflação e do balanço de pagamentos; se representa a necessidade de se definir o padrão de divisão do excedente econômico, fazendo com que alguns recebam" menos para que o equilíbrio se restabeleça; se crise econômica significa que alguém ou alguns setores ao nível das classes dominantes têm que pagar para se restabelecer o equilíbrio financeiro e principalmente o equilíbrio no balanço de pagamentos - então temos crise. Mas nesse momento é fácil perceber que crise econômica e crise política passam a se confundir.

De um ponto de vista estritamente econômico obviamente não havia crise. Sequer recessão. Desde o

¹ Discurso do Sr. Thomaz Antonio Pompeu, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, pronunciado no Rio de Janeiro, perante o Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, em 21 de janeiro de 1977.

segundo semestre de 1975 que entramos em nova fase ascendente do ciclo econômico capitalista, depois de uma recessão que durou um ano, entre o segundo semestre de 1974 e o primeiro de 1975. Em 1976 a taxa de crescimento do produto foi de 8,7%. O setor industrial cresceu 11 %; o setor agrícola, devido às geadas sobre o café, 4,2%; o comércio, 8,8%; os transportes e comunicações, 7,5%. O índice de emprego industrial da FIESP cresceu 7,9% em relação a setembro de 1975, o índice FGV de ofertas de emprego cresceu 60,5% no mesmo período.

A recessão 1974-1975 seguiu-se a um processo de acumulação que se inicia em 1967 e alcança seu ponto máximo em 1973. Esta recessão, embora seja freqüentemente relacionada com a elevação nos preços de petróleo e a subsequente recessão da economia mundial, na verdade está relacionada apenas indiretamente com esses dois fenômenos. Em nenhum momento, em 1974 ou 1975, o Governo reconheceu efetivamente a gravidade da profunda deterioração das relações de troca causada pela ação da OPEP. Esta deterioração implicava uma perda real para a produção do país. Obrigava-nos permanentemente (enquanto não houvesse uma

melhoria na relação entre os preços de nossos produtos exportados e importados) a uma redução na disponibilidade de bens e serviços com que pode contar a economia.

As medidas de contenção tomadas no primeiro semestre de 1974 eram tímidas e não foram determinadas pela elevação dos preços do petróleo. Em relação ao balanço de pagamentos, nutria-se ainda um imenso otimismo quanto às nossas perspectivas de exportação. As medidas restritivas visavam apenas a reduzir a pressão inflacionária. Contribuíram, em conseqüência, para iniciar um curto processo recessivo, na medida em que, no auge de 1973, já estava embutida uma crise de realização. Os preços e os lucros dos capitalistas subiam mais rapidamente do que os ordenados dos tecnoburocratas, acabando por provocar um desequilíbrio entre a oferta em rápida ascensão de bens de consumo de luxo e a procura pelos mesmos que passava a crescer a taxas menores.

Já no segundo semestre de 1975, entretanto, o equilíbrio da economia tendia a se restabelecer. Os aumentos dos salários dos trabalhadores, concedidos

pelo Estado, a partir das eleições de novembro de 1974, contribuíram para estimular a demanda agregada. Estes aumentos provocaram principalmente o aumento da demanda de bens de consumo simples, produzidos pelo setor capitalista tradicional da economia. Entretanto, levaram também a um aumento na demanda de bens de luxo do setor moderno, não apenas porque existe uma área cinzenta entre os salários dos trabalhadores e os ordenados dos tecnoburocratas, mas também porque os trabalhadores mais qualificados já consomem alguns bens duráveis mais sofisticados.

Por outro lado, ultrapassado o auge, os ordenados, que se constituem em um custo relativamente fixo, provavelmente já haviam restabelecido seu equilíbrio em relação aos lucros, e a economia pode retomar seu processo de crescimento. O fato não foi percebido imediatamente. As medidas que o Governo toma no segundo semestre de 1975, agora especificamente para conter as importações, com a criação do recolhimento compulsório de 100%, provocam imediatamente previsões sobre "O provável aprofundamento da crise", na medida em que se reduziriam as importações de equipamentos e

insumos básicos. Ora, já estávamos saindo da recessão, e não conheço caso de crise no sistema capitalista originada por limitações do lado da oferta. Estas podem provocar redução na taxa de crescimento, nunca crise de realização. Além disso, as medidas eram novamente tímidas. Consistiam em criar principalmente empecilhos financeiros indiscriminados às importações. Tiveram pouco efeito. A economia continuou a crescer.

No primeiro semestre de 1976, quando a taxa de inflação adquiria grande impulso, ao mesmo tempo em que se agravava o desequilíbrio do balanço de pagamentos, as autoridades governamentais dão-se conta de que havíamos saído da crise. Em seguida, e a partir de uma orientação econômica ortodoxa,² diagnosticam a inflação como sendo exclusivamente de demanda e passam novamente a tomar medidas de contenção. Procuram restringir o crédito ao mesmo tempo que adotam a medida tipicamente

² Entendemos por orientação econômica "ortodoxa" o pensamento microeconômico neoclássico, baseado no liberalismo econômico e na crença no mercado como capaz de manter a economia em equilíbrio. A visão macroeconômica keynesiana, na medida em que foi cooptada ou desfigurada pelos neoclássicos, também deve ser considerada ortodoxa.

neoclássica de liberar as taxas de juros para que estas subam e assim se reduzam os investimentos e a economia volte ao equilíbrio.

Desta vez, entretanto, como a economia estava em plena fase ascendente do ciclo, as medidas de controle de crédito não tiveram o mesmo efeito que em 1974. E o aumento da taxa de juros obviamente só teve como resultado aumentar os lucros dos bancos, organizados em cartel, e levar as empresas oligopolísticas a transferir esse aumento para seus preços. Em vez de deflacionário, o aumento das taxas de juros foi mais um componente da permanente inflação administrada (ou de custos) que caracteriza a economia brasileira.³ A inflação administrada, possível dado o caráter altamente oligopolístico da economia, permite a realização de aumentos autônomos de preços (não determinados por uma procura superior à oferta). Quando à (a) inflação

³ É extraordinária a insistência da política econômica de utilizar a taxa de juros para reduzir a demanda por investimentos. Apesar de haver uma aparente lógica, fazendo variar inversamente a taxa de juros e de acumulação, a grande maioria das pesquisas, inclusive uma realizada por mim em 1970 (EAESP/FGV, 1970, mimeo.), não revelam a existência de correlação significativa entre as duas variáveis.

administrada se adicionam (b) a entrada da economia na fase ascendente do ciclo econômico e (c) a rigidez relativa da oferta em certos setores da economia, inflação administrada, inflação de demanda e inflação estrutural somam-se para aumentar a taxa de lucro e estimular a acumulação capitalista.

A contenção do crédito também não teve os efeitos recessivos desejados porque o *open market*, criado para auxiliar o controle da quantidade de moeda, transforma-se em um obstáculo a esse controle. São criados pelo sistema financeiro títulos adicionais, além das Letras do Tesouro, com alta liquidez em virtude das cartas com promessas de recompra. Estes títulos transformam-se, assim, em moeda fora do controle do Banco Central. E esse mercado de letras a curto prazo não só cria artificialmente moeda, mas também desvia poupanças e aumenta a velocidade de circulação da moeda, tornando limitados os efeitos das medidas restritivas governamentais.

A economia continuava assim e continua até o momento em pleno processo de crescimento. Há algumas indicações, ainda imprecisas, de

arrefecimento da demanda de bens de consumo, mas nada caracteriza o início de uma recessão.

Não há recessão, mas há dois graves desequilíbrios: a inflação alcançou 46% em 1976, contra 29% em 1975, e o desequilíbrio da balança comercial será superior a 2 milhões de dólares. Somado ao desequilíbrio dos serviços, teremos provavelmente um déficit em transações correntes de cerca de 6 milhões de dólares. Com isso, a dívida externa chegará próximo dos 28 bilhões de dólares o que ultrapassa de muito os padrões, em relação às exportações, que as atuais autoridades monetárias consideravam há poucos anos como satisfatórios.⁴ A situação só não é mais grave porque esta dívida está bem administrada, com um sistema de escalonamento razoavelmente seguro; e porque o país dispõe de um bom volume de reservas, as quais inclusive aumentaram nos últimos meses graças à maior liquidez internacional e ao fato de que a elevação das taxas de juros internas,

⁴ Em 1972 o atual Ministro da Fazenda afirmava que a medida mais significativa para medir a dívida externa era deduzir dela as reservas e em seguida dividi-la pelas exportações. Segundo Simonsen, em 1964 essa relação alcançara 1,89, caindo de forma satisfatória para 1,70 em 1971. Não havia, portanto, razão para preocupar-se (Brasil 2002, APEC, Bloch, 1972, Rio de Janeiro, pp. 107-108). Em 1976 esse índice já era superior a 2.

se não serviu para combater a inflação, tornou mais interessantes os empréstimos externos.

Ao mesmo tempo em que todos estes fatos ocorriam, desenvolvia-se desde o início de 1974 uma ampla campanha movida pela burguesia local contra a tecnoburocracia estatal em função do processo de estatização que vinha ocorrendo. Esta campanha, que tinha o óbvio apoio das multinacionais, representava uma fissura no sistema de poder vigente (aliança da burguesia local, das multinacionais e da tecnoburocracia estatal). Seu pano de fundo era o conflito da burguesia local, que procura afirmar seu poder em face à ameaça estatizante. Mais a curto prazo, refletia os desequilíbrios e a sensação de crise porque passa o modelo econômico brasileiro, que levava os participantes no processo a procurar culpados. Por outro lado, a campanha contra a estatização era um meio para a burguesia local alcançar reivindicações frente ao Estado. A limitação da correção monetária, nos empréstimos a longo prazo, a 20%, para uma série de setores considerados prioritários, foi o primeiro resultado importante desta campanha. A exigência de autorização especial do Presidente da República para a criação de novas

empresas estatais foi outra conquista da burguesia local. O escândalo das mordomias e dos altos ordenados dos tecnoburocratas estatais foi outro capítulo desta luta.

Esta campanha reflete-se agora na política econômica. A decisão do final de 1976 de realizar cortes nos investimentos públicos constitui não apenas uma medida de política fiscal clássica no sistema capitalista, mas é também um resultado da campanha antiestatizante. Se se deseja reduzir os investimentos e o consumo, uma alternativa óbvia seria a de se aumentar significativamente os impostos sobre os tecnoburocratas e capitalistas. Esta, aliás, seria uma medida mais legítima no momento atual brasileiro não apenas em função da conjuntura econômica, mas principalmente tendo em vista a necessidade de desconcentrar a renda no país.⁵

⁵ O jornal *O Estado de São Paulo* de 1º de dezembro de 1976 informava que deverão ser realizadas algumas alterações no imposto de renda, inclusive aumentando a taxa de recolhimento na fonte e o imposto sobre títulos de renda fixa. As medidas anunciadas, entretanto, não implicam em qualquer aumento significativo da tributação. Não fazem parte nem da política de contenção nem de uma eventual política distributivista. Refletem antes o esforço de "racionalização" do sistema tributário.

No plano da análise de conjuntura, entretanto, a indagação fundamental a ser respondida é a seguinte: é necessário provocar uma recessão na economia brasileira para equilibrar a balança comercial e controlar a inflação?

Os defensores das medidas anunciadas no fim de 1976 afirmavam que esta é a única alternativa. Que as outras possíveis soluções já se revelaram ineficientes. Que afinal, com dois anos de atraso, caímos na realidade e adotamos as mesmas medidas que foram adotadas, com sucesso, pelos países centrais.

É certo que, para equilibrar suas balanças comerciais, os países centrais adotaram políticas econômicas restritivas, visando a reduzir a atividade econômica e provocar o desemprego. É menos certo que estas medidas tenham tido sucesso. Realmente bem sucedidos, entre os grandes países centrais, foram os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. E seu êxito deveu-se menos às medidas restritivas e mais à capacidade de aumentar fortemente suas exportações para os países petroleiros. Foram, entretanto, êxitos isolados, que não podem ser generalizados no curto prazo. A capacidade de importação dos países

produtores de petróleo é limitada. Seus portos foram atulhados de mercadorias, principalmente por aqueles países. Mas por mais que importassem ainda lhes sobrava um enorme saldo em divisas, que só poderia ser correspondido pelo déficit nos demais países centrais e periféricos. O êxito isolado daqueles três países, portanto, não significa que provocar uma recessão econômica seja a melhor solução para a economia brasileira.

Na verdade, além de procurar aumentar as exportações, o que não significa propriamente uma solução, na medida em que todos os esforços nesse sentido vinham sendo realizados anteriormente à elevação dos preços do petróleo, existem outras soluções alternativas para equilibrar a balança comercial. As medidas principalmente financeiras adotadas foram muito tímidas. Poderíamos ter aumentos de tarifas com efeitos mais decisivos. Além disso, poderíamos estabelecer restrições quantitativas diretas, com a proibição pura e simples da realização de certas importações e o estabelecimento de quotas para outras, de acordo com o tipo de mercadoria e o tipo de procedência. Finalmente, o estabelecimento temporário de um sistema de taxas múltiplas de

câmbio, que deu bons resultados nos anos cinqüenta, poderia ser agora reintroduzido com sucesso. O fato de o Estado estar muito mais bem aparelhado técnica e organizacionalmente do que há vinte anos atrás asseguraria os bons resultados para essas medidas administrativas.

Soluções desse tipo não são viáveis para os países centrais dados os compromissos e acordos que os mantêm ligados. O Brasil, entretanto, não tem nenhuma necessidade de sentar-se à mesa do Fundo Monetário Internacional ou do GATT como se fosse um país desenvolvido. Esta é uma vaidade que nos custará sempre muito caro.

A adoção dessa política mimética, entretanto, não é apenas reflexo de dependência cultural ou da vontade de dialogar com os países centrais como se fôssemos um deles. Reflete também o modelo de subdesenvolvimento industrializado tecnoburocrático-capitalista que caracteriza a economia brasileira. De acordo com esse padrão de acumulação, o objetivo fundamental é reproduzir os padrões de consumo do centro para uma minoria moderna na periferia. Para isto é necessário

estabelecer, através do sistema financeiro internacional e das empresas multinacionais, um sólido sistema de solidariedade do Brasil com o capitalismo internacional. Para isto é preciso aceitar as regras do jogo do sistema capitalista central. Não há maior crime para este do que o estabelecimento de quotas, de sistemas de contingenciamento. Por outro lado, o sistema financeiro internacional está orientado para apoiar as exportações dos países centrais de forma que o país subdesenvolvido que necessita de empréstimos externos e ao mesmo tempo precisa reduzir suas importações vê-se sob duas pressões contraditórias, como vimos recentemente no caso dos contratos da Rede Ferroviária Federal com a Inglaterra.

As perspectivas e contradições

As medidas restritivas, ainda que inseguras e limitadas, já que dentro do próprio Estado existem forças que a elas se opõem, provavelmente acabarão por provocar uma recessão. Isto, certamente, ajudará a minorar, a curto prazo, os problemas do balanço de pagamentos. Entretanto, seus efeitos serão limitados porque, conforme observou a economista Maria

Conceição Tavares, o principal problema do balanço de pagamentos não está na balança comercial, mas no enorme déficit dos serviços. Por isso; medidas restritivas podem inclusive ser contraproducentes para o balanço de pagamentos, na medida em que afugentamos investidores diretos estrangeiros. Se a curto prazo essas medidas são de pouca valia para resolverem o desequilíbrio externo, a longo prazo será preciso esperar que a política de substituição de importações na área de insumos básicos e equipamentos, iniciada em 1974, produza efeitos. As medidas restritivas não têm obviamente efeito terapêutico a longo prazo sobre o equilíbrio externo da economia. Em relação à inflação, também a curto prazo os efeitos das medidas restritivas são duvidosos, ou melhor, limitados. Na medida em que existe um forte componente de administração oligolística no processo inflacionário, as grandes empresas são capazes de aumentar seus preços e defender seus lucros mesmo com a queda da demanda.

Por outro lado, não resta dúvida de que esta política econômica terá efeitos regressivos sobre a distribuição de renda. Estará, assim, perfeitamente

compatível com o modelo de acumulação vigente no país. Os dois grupos mais prejudicados deverão ser os trabalhadores que serão desempregados e a pequena burguesia que não conseguirá aumentar seus preços tão rapidamente quanto o necessário para manter sua participação na renda em uma situação de afrouxamento da demanda e de inflação administrada oligopolisticamente. Não o conseguirá na medida em que as pequenas e médias empresas de propriedade da pequena burguesia operam em mercados competitivos. Poderá haver prejuízo ainda para alguns setores fornecedores de áreas afetadas por cortes de investimentos. As indústrias produtoras de bens de capital, entretanto, são geralmente muito versáteis, produzem em grande parte sob encomenda e contam no momento com ampla carteira de pedidos. Só serão atingidas se a recessão aprofundar-se, transformar-se em crise.

Nada indica, entretanto, que uma hipótese desse tipo venha a ocorrer. O Estado está a serviço da acumulação capitalista e não contra ela. Na política estabilizadora de base keynesiana com vieses neoclássicos de permeio, que está sendo praticada, há um caráter contraditório fundamental. Estamos

muito próximos de uma política de *stop and go*, de restringir e estimular. Esta política ao mesmo tempo estabiliza e desestabiliza. Quando a economia entra em fase ascendente do ciclo, como é o caso agora, o Estado intervém para restringir. Mas logo em seguida estimula, para impedir que a recessão se transforme em crise. Na média esse tipo de política tende a reduzir as flutuações do ciclo capitalista clássico. Entretanto, quando é praticada com muita frequência, muitas vezes quando ainda não chegou o momento, ou quando é marcada por hesitações, marchas e contramarchas, o resultado é reduzir a taxa geral de crescimento a longo prazo da economia.

E aqui surge uma última contradição a ser analisada. Kalecky deixou muito claro, em seu clássico artigo sobre os aspectos políticos do pleno emprego, que aos capitalistas não interessa manter ou alcançar o pleno emprego. Há necessidade de um exército industrial de reserva, que facilite o processo de absorção dos desequilíbrios inflacionários pela classe operária. A acumulação capitalista não sofre qualquer prejuízo a longo prazo, quando se mantém uma certa taxa de desemprego na economia. Pelo contrário, é facilitada na medida em que garante o

rebaixamento dos salários e a manutenção da taxa de exploração. Esta é a lógica neoclássica, que é perfeitamente coerente com os interesses da burguesia nos países centrais. Em um país como o Brasil, entretanto, em que existe oferta ilimitada de mão-de-obra independentemente da criação de desemprego aberto, nem a análise crítica de Kalecky nem a razão neoclássica se aplicam. Os capitalistas não precisam de um exército industrial de reserva estrito senso para manter rebaixados os salários. Por outro lado, para a classe tecnoburocrática estatal o fundamental é maximizar a taxa de crescimento da economia. e a taxa de crescimento do PIB que a legitima, é o aumento da eficiência econômica do sistema que justifica seu poder e sua participação no excedente econômico através de ordenados crescentes. A política de contenção fica assim sem apoio nem da tecnoburocracia nem da burguesia. É fácil então entender porque surgem contradições entre a ortodoxia neoclássica e os interesses das classes dominantes, estabelecendo-se assim um claro limite às medidas restritivas do governo.

As recentes medidas de "racionalização" do consumo de gasolina refletem essas contradições. Indicam que

o governo de um lado não acredita em sua capacidade de ir muito longe em sua política de contenção da demanda, e de outro que continua sem coragem para adotar medidas de controle administrativo mais radicais como o racionamento. Continua em um meio termo que insatisfaz a todos.

Ao estabelecer um recolhimento compulsório de dois cruzeiros sobre o preço da gasolina e afirmar em seguida que o dinheiro será utilizado para financiar sistemas de transporte urbano e pequenas e médias empresas, o governo adota uma medida claramente inflacionária, que contradiz sua anunciada política de contenção. Ao mesmo tempo deixa profundamente insatisfeitos os estratos sociais médios, que sofrerão o ônus de financiar o combustível consumido. E claro que esse ônus do financiamento é muito mais prejudicial para essas camadas do que para os estratos superiores. Se o "recolhimento restituível" corresponde aproximadamente a um desembolso efetivo de um cruzeiro (aceita uma inflação mais um custo de oportunidade do dinheiro de 100% em dois anos),⁶ seria mais simples e menos prejudicial para os

⁶ Dada a taxa de inflação mais oportunidade do dinheiro de 100% em dois anos, dois cruzeiros recebidos no fim desse prazo terão o valor de um

estratos médios aumentar o preço da gasolina em um cruzeiro.

Mais lógico ainda, já que tanta burocracia é criada com o empréstimo, e muito mais eficiente seria estabelecer desde logo o racionamento. Mas nesse momento os preconceitos neoclássicos entrar em funcionamento, "é preciso deixar o mercado funcionar", e adotam-se medidas como essa, que nos deixam pelo menos perplexos...

Mais do que perplexos nos deixam convencidos de que realmente existe crise. Apenas essa crise não é apenas nem principalmente econômica. É principalmente política.

Sua origem é em parte econômica. E preciso que alguém pague para que se restabeleça o equilíbrio. Maria Conceição Tavares, no encontro da ANPEC - Associação Nacional de Pós-Graduação em

cruzeiro hoje. Para se chegar a esse resultado basta dividir o valor nominal de dois cruzeiros por um mais a taxa de 100%.

$$1 = \frac{2}{1 + \frac{100\%}{100}}$$

Economia, em dezembro de 1976, no Guarujá, afirmou que quem pagará acabará sendo o "povão". Concordo e acrescento nos termos de minha apresentação naquele mesmo encontro⁷ "os trabalhadores e a pequena e média burguesia", já que esta não será capaz de transferir para os consumidores, em forma de preços mais elevados, o aumento dos custos financeiros causados pela liberação da taxa de juros e a elevação dos custos fixos provocada pela redução prevista nas vendas. Mas Maria Conceição Tavares foi além em sua análise e afirmou que isto não bastará, que a solução da crise implicava em resolver o conflito entre a burguesia financeira e a burguesia industrial, surgido a partir das altas taxas de juros. Sem dúvida está correta a notável economista. Os juros altíssimos cobrados por um sistema financeiro oligopolizado e cartelizado estão dividindo a classe capitalista.

⁷ Este trabalho corresponde à minha apresentação naquela reunião, com uma nova introdução e uma nova conclusão. Esta conclusão aproveita a sugestão de Maria Conceição Tavares e ao mesmo tempo segue a linha de raciocínio de meu artigo anterior sobre a desaceleração econômica e a crise política em um sistema autoritário, "Política Econômica e Desaceleração", *Folha de São Paulo*, 4 de janeiro de 1976, também reproduzido no *Jornal de Debates*, 18 a 22 de fevereiro de 1976, com o título "Desaceleração, Crise e Autoritarismo."

Mas os conflitos ao nível das classes dominantes, embora ainda mal definidos, são mais profundos. Estas classes começam a perceber não apenas que os desequilíbrios são graves e que alguém terá que ser prejudicado para restabelecer o equilíbrio, mas também que desta vez o clássico recurso de fazer apenas os trabalhadores reduzirem seus salários não funcionará ou não será suficiente. Estes já pagaram tudo ou quase tudo que era possível pagar através da política salarial até 1974. Será preciso, portanto, jogar com o excedente econômico. Será preciso fazer com que os tecnoburocratas que recebem ordenados ou os capitalistas que recebem lucros paguem também. E entre estes, quem pagará? Ou quem já se sente pagando? Os empresários produtivos da indústria e do comércio, os rentistas, ou o sistema financeiro? O setor agrícola ou o industrial? Os importadores ou os exportadores? A pequena ou a alta burguesia? Os capitalistas ou os tecnoburocratas? Como se redistribuirá o excedente reduzido relativamente?

A crise política, que se iniciou com o fim do "milagre" e com a derrota eleitoral em 1974 (que 1976 apenas aparentemente compensou), ganha agora todos os

seus contornos. Se o problema é redistribuir o excedente, qual a legitimidade do governo para arbitrar essa redistribuição? Enquanto se distribuía a prosperidade, nada havia a objetar, mas quando se quer distribuir sacrifícios, por que atribuir essa tarefa a um sistema autoritário em claro processo de erosão de legitimidade política? A burguesia, a tecnoburocracia, os próprios militares fazem perguntas e não encontram respostas. Será correto aceitar a arbitragem do Estado, quando existe o velho mercado para arbitrar? E, na medida em que o Estado deve manter-se no papel de árbitro, como legitimar esse próprio Estado? Podemos continuar pretendendo legitimá-lo através de um processo de transmissão burocrática de poder?

Quando no seio das próprias classes dominantes perguntas desse tipo começam a ser colocadas com insistência, é sinal de que podemos esperar modificações políticas importantes. Aumentar a repressão é eventualmente uma solução, mas cada vez menos viável, na medida, em que não há terrorismos ou comunismos significativos a reprimir. Manter o status que parece cada vez menos razoável para todos. Não seria essa a oportunidade para a

redemocratização? Não seria esse o momento para o restabelecimento do Estado de direito? Há indicações que sugerem uma resposta afirmativa a esta pergunta. Em face à crise de legitimidade do atual sistema e à necessidade de arbitrar uma distribuição de sacrifícios, uma distribuição negativa do excedente entre as próprias classes dominantes, tudo indica que a alternativa democrática ganha viabilidade histórica. Afinal, embora a burguesia tenha-se beneficiado muito por sua aliança com a tecnoburocracia estatal, desde 1964, isto não significa que se tenha alienado inteiramente ao Estado. Se o Brasil é uma formação social em que o modo de produção capitalista continua a prevalecer sobre o modo tecnoburocrático ou estatal de produção, a principal classe dominante continua a ser a burguesia. Quando esta burguesia começa a demonstrar claros sinais de insatisfação, não há razão para acreditar que a tecnoburocracia militar, apesar de todo o seu poder, continue a manter o sistema autoritário intocado. Sob influência da pressão ideológica dos aparelhos controlados pela burguesia é muito provável que os militares comecem a se interrogar e a se dividir. E estará aberto o caminho para o processo de democratização.

Esta viabilidade, entretanto, precisa ser operacionalizada. Por quem? Por que frações da burguesia? E da tecnoburocracia? E difícil responder. O apoio dos trabalhadores e das esquerdas em geral é certo. Mas estes não têm no momento possibilidade de comandar o processo de democratização sem a participação de frações da burguesia e da tecnoburocracia estatal, inclusive dos militares. Em qualquer hipótese, tudo indica que, em meio à crise, uma nova oportunidade histórica se abre para este país. Importa aproveitá-la.

(Folha de S. Paulo, 12 e 13 de fevereiro de 1977.)

3ª PARTE

A CRISE POLÍTICA

CAPÍTULO XII

Estatização ou Redefinição do Modelo Político?

O debate sobre a "estatização" mantém-se na ordem do dia. Começou no fim de 1974 e continua a receber ampla cobertura na imprensa. Na verdade, não se trata de um debate, mas de um processo de acusação. O réu é o Estado brasileiro, os acusadores, a classe capitalista. Seria mais correto afirmar que os réus são os tecnoburocratas civis e militares que controlam diretamente o Estado e as empresas públicas. Mas o conflito entre a burguesia e a tecnoburocracia ainda não se tornou aberto. Por isso prefere-se uma abordagem mais impessoal ou mais indireta para o problema.

Este processo está baseado em um fato objetivo. Houve, realmente, um grande aumento da

participação do Estado na economia nos últimos trinta anos, e especialmente a partir de 1964.¹ O fenômeno ocorreu em dois planos que devem ser claramente distinguidos: o *setor governamental* e o *setor produtivo* do Estado. Por setor governamental entendemos a prestação de serviços gratuita ou semigratuita do Estado em áreas como a educação, saúde, transporte, segurança, previdência social.² O setor produtivo é constituído pelas empresas públicas que produzem e vendem bens e serviços no mercado, seja em condições de concorrência ou de monopólio. Em ambos os setores o aumento da participação do Estado foi considerável, mas o que nos últimos anos foi dominante e agora é objeto de

¹ Em 1969, o governo brasileiro, inclusive as empresas públicas, era responsável por 60,6% do investimento fixo. As despesas do setor público correspondiam a 50% do produto interno bruto. Cf. Werner Baer, Isaac Kertenetzky e Annibal V. Villela, "As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira", em Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 3, nº 4, dezembro de 1973, p. 904 e 905. O investimento público aumentou de 30,1%, em 1950 para 34,7% em 1964 e 60,3% em 1973. Cf. Luciano Coutinho e Henri Philippe Reichstul, *O Setor Produtivo do Estado e o Ciclo*, mimeo. 1974, UNICAMP, p. 23.

² A relação entre a despesa do governo e o PIB aumentou de 17,1% em 1947 para 29,8% em 1969. Os períodos de rápida aceleração foram 1955/60 e 1964/69. Cf. Fernando A. Rezende da Silva, *Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira*, IPEA, Relatório de Pesquisa nº 13, 1972, Rio de Janeiro, p. 22.

forte contestação é o grande desenvolvimento do setor produtivo estatal.

Duas são as perguntas fundamentais que surgem em torno deste problema: por que este grande crescimento do setor produtivo estatal e por que só agora é ele contestado pelo setor capitalista nacional, com o óbvio apoio das multinacionais? A segunda pergunta é especialmente relevante, porque sabemos que o sistema de poder no Brasil, a partir de 1964, baseou-se em uma aliança entre três grupos: a tecnoburocracia civil e militar, a burguesia interna e as empresas multinacionais. Este é o tripé que os críticos do sistema vêm apontando há vários anos, e que os representantes do governo hoje reconhecem tranqüilamente.³ Neste modelo político não há lugar para os trabalhadores, para o povo em geral, que é marginalizado não apenas do processo político, mas também econômico. A elite dominante, entretanto, revelou nestes dez anos forte solidariedade e coesão. Por que, agora, este início de divisão? Por que os

³ Ver o discurso proferido pelo Ministro Mário Henrique Simonsen, em Paris, em 28 de abril de 1975, publicado no *Jornal da Tarde*, 29 de abril de 1975.

tecnoburocratas são subitamente alvo dos ataques da burguesia?

Antes de responder a esta pergunta, devemos indagar as razões do aumento da participação do setor produtivo estatal na economia brasileira. Este fenômeno ocorreu em quatro setores distintos: os serviços públicos monopolistas, principalmente a produção de energia, os transportes ferroviários e as comunicações telefônicas e telegráficas; a indústria extrativa, principalmente do petróleo e da mineração de ferro; a indústria de base, entre as quais o aço e a petroquímica são os melhores exemplos; e os serviços financeiros, através do desenvolvimento dos bancos oficiais.⁴ Em apenas um destes quatro setores o

⁴ Segundo levantamento realizado pela *Visão*, havia no Brasil em 1973, 789 empresas estatais, das quais 181 federais, 339 estaduais e 265 municipais. Com base no *Quem é Quem na Economia Brasileira* de 1974 (dados de 1973), verificou-se que entre as 100 maiores empresas brasileiras (segundo o critério de patrimônio líquido) 44 eram estatais, controlando 72,54% do patrimônio líquido e 59,52% dos lucros; entre as 200 maiores empresas, 69 eram estatais, controlando 65,87% do patrimônio líquido e 50,66% dos lucros; finalmente, entre as 4.160 maiores empresas, 269 eram estatais, controlando 38,50% do patrimônio líquido e 26,81% dos lucros. Cf. *Visão*, vol. 46, nº 10, 26 de maio de 1975, pp. 60, 66 e 67. Ver também Margaret Hanson Costa, "A Atividade Empresarial dos Governos Federal e Estadual", em *Conjuntura Econômica*, vol. 27, nº 6, junho de 1973.

motivo da intervenção do Estado foi político - o da indústria extrativa -, mas em nenhum caso a intervenção teve motivação socializante. A Companhia do Vale do Rio Doce e a Petrobrás foram criadas por motivos nacionalistas, não socialistas. Nenhuma empresa estatal jamais foi criada no Brasil segundo um princípio socializante dos meios de produção.

Nos demais setores a razão da intervenção do Estado foi principalmente a de preencher áreas vazias, ou seja, a de realizar investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, que o setor capitalista nacional não se dispunha ou não tinha condições para realizar. O caso por excelência que ilustra esta motivação é o da indústria siderúrgica. Depois que todas as tentativas para desenvolver essa indústria em bases privadas se esgotaram, o Estado interviu. Se o capital nacional ou estrangeiro pudessem ou quisessem investir neste setor nada os impediria. Pelo contrário, teriam tido todos os estímulos do Estado.

No caso dos serviços públicos monopolistas, à motivação de preencher áreas vazias soma-se a de

manter o preço dos serviços em nível razoável (é o caso da energia elétrica e do transporte ferroviário), ou então a de garantir que lucros monopolistas vultosos não sejam atribuídos a particulares (é o caso do sistema telefônico). No caso da empresa elétrica, se o país estivesse disposto a permitir tarifas consideravelmente mais elevadas, o capital estrangeiro provavelmente se interessaria pela área. O mesmo ocorreria no caso do transporte ferroviário. Em ambos os casos, porém, é óbvio que um cuidado mínimo com o interesse nacional desaconselharia semelhante solução. Não apenas tarifas relativamente baixas de energia e transporte são essenciais para o desenvolvimento do país, como também nada justifica lucros monopolistas excessivos. No caso dos telefones, em que se poderiam admitir tarifas mais elevadas, através do artifício da venda dos telefones, ainda assim não se justificava deixar os grandes lucros monopolistas resultantes em mãos particulares e muito menos estrangeiros. Havia ainda aqui uma motivação relacionada diretamente com a segurança nacional, que teve papel fundamental na decisão de estatizar o setor de comunicações.

No caso do setor financeiro, principalmente para o financiamento a longo prazo de investimentos, o caso é novamente o do preenchimento de uma área vazia. Todas as tentativas foram realizadas para que o mercado de capitais privado resolvesse o problema. Três estratégias básicas foram adotadas com esse objetivo: estimular as bolsas de valores, criar os bancos de investimento e promover a concentração bancária. Nenhuma das três deu resultados substanciais com vista ao financiamento de investimentos. Não sobrou outra alternativa para o Governo senão a de desenvolver o sistema oficial de crédito, com base no BNDE, alimentado por recursos próprios e por recursos originários de poupança forçada do tipo PIS e PASEP.

Como no caso das comunicações uma razão de segurança nacional somava-se à de preenchimento de áreas vazias, no caso do desenvolvimento do setor financeiro público à mesma motivação de preencher áreas vazias soma-se uma razão de política econômica: o aumento do poder financeiro do Estado torna muito mais efetiva a política econômica e a capacidade de planejamento do Estado.

Esta última motivação, na verdade, engloba as demais. Há uma razão tecnoburocrática básica para o aumento da participação do Estado na economia. De acordo com a ideologia tecnoburocrática,⁵ o Estado é responsável pelo desenvolvimento econômico do país. Esta responsabilidade não cabe à burguesia, como a ideologia capitalista do empresário schumpeteriano pretenderia. De acordo com a perspectiva tecnoburocrática, cabe ao Estado, direta ou indiretamente, da forma que for mais eficiente no momento, garantir uma alta taxa de crescimento da renda e da produtividade. Se os capitalistas podem contribuir nesse sentido, todos os benefícios e estímulos serão a eles atribuídos. Mas os capitalistas desempenham, do ponto de vista tecnoburocrático, um papel instrumental no sistema.

Ora, é exatamente contra isto que os capitalistas se insurgem hoje no Brasil. Até há pouco eles imaginavam que os tecnoburocratas eram seus meros assessores. Que serviam ao sistema capitalista de forma leal e dedicada. e certo que desejavam alguma coisa em troca. Participavam da divisão do excedente

⁵ Cf. Luiz C. Bresser Pereira, *Tecnoburocracia e Contestação*, Editora Vozes, 1972, Petrópolis, Parte I, Cap. VII.

através da obtenção de ordenados elevados. Exerciam um grau de poder considerável. Mas o pressuposto era de que os tecnoburocratas manteriam sempre uma posição de subordinação ou de assessoria em relação aos capitalistas. Para que não houvesse dúvida a respeito, este pressuposto, que pode ser observado implicitamente nas análises dos cientistas sociais conservadores, era explicitado e confirmado pelos marxistas "ortodoxos" que se dedicam à interpretação do pensamento de Marx a partir do pressuposto de que a verdade última estaria ali contida.⁶

Estes estavam preocupados em demonstrar que os tecnoburocratas não são socialistas nem estão comprometidos com a defesa dos interesses dos trabalhadores. Estão corretos neste ponto de vista. Mas, presos ao esquema rígido do capitalismo clássico, em que temos apenas duas classes, a dos capitalistas e a dos trabalhadores, concluíaam que os

⁶ Entendemos por marxista "ortodoxo", utilizando as expressões de Hobsbawn, aquele que usa o pensamento de Marx não como "um ponto de partida" como fez Gramsci, mas como uma "reta final". Cf. E. J. Hobsbawn, "O Grande Gramsci, das Lutas à Prisão", em *Cadernos de Opinião*, nº 1, Editor Inúbia, 1975, Rio de Janeiro, p. 71

tecnoburocratas, como não representavam os trabalhadores, só podiam representar os capitalistas. Esqueciam que os tecnoburocratas podem representar muito bem a si mesmos. E aliar-se a quem melhor lhes interessar no momento - aliar-se às classes ou aos grupos sociais que, dada uma determinada conjuntura histórica, tiverem melhores condições de dar vigência ao poder tecnoburocrático. A legitimação do tecnoburocrata depende da eficiência com que ele exerça o poder. Obviamente, para ser eficiente no exercício do poder, o tecnoburocrata necessita que este poder seja efetivo, que tenha vigência. Ora, o tecnoburocrata não tem ainda condições de tornar efetivo seu poder sem estabelecer um determinado sistema de alianças com outros grupos sociais.

No Brasil esta aliança foi estabelecida, a partir de 1964, com o capitalismo nacional e internacional. Os tecnoburocratas militares lideraram a revolução e em seguida chamaram, além de tecnoburocratas civis, a burguesia nacional e as empresas multinacionais para participar do novo sistema de poder.

Ao ser chamada para o poder, a burguesia imaginou que o poder fora ganho por ela mesma, em seu próprio nome. E durante dez anos teve bons motivos para pensar assim. Seus lucros foram generosos. Sua prosperidade, tranqüila. A acumulação privada de capital e a realização de lucros foi amplamente apoiada pela ação do Estado. A forte concentração de renda que então teve lugar dependeu não apenas de fatores estruturais ao modelo de desenvolvimento adotado, mas também da política econômica seguida pelo Estado. É certo que esta concentração beneficiou não apenas os lucros dos capitalistas, mas também os ordenados dos tecnoburocratas. Mas em qualquer hipótese, tudo lhes parecia confirmar, senão o caráter subordinado dos tecnoburocratas, pelo menos a precedência dos capitalistas.

O grande desenvolvimento do setor produtivo estatal que então ocorre não visava a concorrer ou a tirar oportunidades ao setor privado. Pelo contrário, seu objetivo explícito foi sempre o de facilitar o processo de acumulação capitalista. O país jamais teria conhecido as altas taxas de crescimento da renda que vigoraram entre 1967 e 1973 se não fosse a forte acumulação de capital por parte do Estado. Os

capitalistas jamais teriam tido os lucros que tiveram se não fosse essa acumulação. É certo que assim o Estado aumentava sua participação relativa na renda. As taxas de crescimento de seu estoque de capital e de seu produto eram provavelmente maiores do que as taxas respectivas do setor privado nacional. Mas este teria tido uma taxa de crescimento muito menor se o Estado não tivesse realizado os investimentos que realizou. Não existem dados a respeito. Apenas a título de exemplo, porém, podemos apresentar os seguintes números. Vamos supor que a economia cresceu a uma taxa média de 10%, que o setor estatal cresceu a 12%, que o setor privado nacional cresceu a 8% e que o setor privado estrangeiro cresceu a 10%. Caso o setor público tivesse crescido apenas à metade daquela taxa, os setores privados jamais teriam crescido às mesmas taxas que cresceram. Deveriam se dar por muito satisfeitos se crescessem também à metade de suas respectivas taxas.

Cabe ainda assinalar que os investimentos estatais apenas excepcionalmente realizaram-se em áreas concorrenciais, com o setor privado. A grande maioria dos investimentos foi realizada de forma

complementar.⁷⁷ O setor produtivo estatal responsabilizou-se pelos setores infra-estruturais - pelo transporte, pelas comunicações, pela siderúrgica e pelo petróleo. Os setores privados nacionais e estrangeiros assumiram a indústria de transformação. Alguns setores, como o da petroquímica, o da mineração e o financeiro apresentaram certa concorrência. Mas mesmo aí a associação ou a complementaridade foram mais características do que a competição.

A chamada estatização, portanto, só beneficiou o setor privado. Não existe conflito econômico entre o Estado e a burguesia. Mas esta começa a protestar. O motivo último pelo qual protesta já vimos que reside no fato de que começa a desconfiar de que, afinal, os tecnoburocratas não lhe estão necessariamente subordinados. Que os tecnoburocratas são capazes de jogar por conta própria. E que a aliança estabelecida não é tão sólida como imaginavam. Mas existem razões conjunturais, de curto prazo, que

⁷ Cf. Maria Conceição Tavares, "Além da Estagnação," em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar Editores, 1972, Rio de Janeiro, pp. 177-178. A autora sublinha especialmente a complementaridade entre o capital estatal e o internacional.

reforçam e ajudam a explicitar esta interpretação básica.

Este processo contra a estatização constitui, na realidade, a primeira fissura no sistema do tripé, em que o modelo político brasileiro está baseado. Não se trata de uma brecha, muito menos de uma ruptura. Simplesmente de uma fissura, através da qual os capitalistas expressam sua desconfiança em relação aos acontecimentos e procuram afirmar uma posição dominante no sistema de poder. Uma série de acontecimentos recentes explicam esta fissura. De um lado, a economia, depois de seis anos de grande prosperidade, entrou em fase de recessão ainda que moderada. Com isto os lucros tendem a cair, ao mesmo tempo que declina a confiança da burguesia no Governo. Quase concomitantemente temos as eleições de novembro de 1974, em que o partido governamental, que representa também os interesses da burguesia e dos tecnoburocratas, é fragorosamente derrotado. Em consequência tecnoburocratas e burgueses começam a interrogar-se quanto à viabilidade a longo prazo da aliança incondicional que até então haviam mantido. Os resultados das eleições pareciam indicar que esta

política tinha curto alcance. Que a grande maioria da população não poderia ser indefinidamente excluída do processo político e marginalizada dos benefícios do desenvolvimento econômico. Provavelmente em função desta análise, o Governo começa a falar e a agir em termos de distribuição de renda, de aumento de salários reais, de ampliação dos investimentos sociais. E também em termos de distensão política e de abertura democrática.

Estes movimentos por parte da tecnoburocracia são ainda incipientes, indefinidos. Mas são suficientes para colocar em alerta a classe capitalista. Para fazê-la desconfiar e abrir suas baterias contra o Governo.⁸ Dentro deste esquema, a escolha da estatização é ao mesmo tempo um pretexto e um objeto real do conflito. E um pretexto porque a curto prazo o que a classe capitalista deseja é afirmar seu poder, é assegurar a estabilidade de sua aliança. E um objeto

⁸ Cabe assinalar a contradição em que se encontra a classe capitalista em relação aos problemas da "distensão" e da "estatização". Ela teme a distensão iniciada pelo grupo tecnoburocrático, na medida em que este movimento possa enfraquecer sua própria posição dentro do modelo político vigente. Este é um dos motivos porque ela inicia o processo contra a estatização. Mas esta crítica à estatização é feita em nome do liberalismo político. O pano de fundo, entretanto, é sempre a luta pelo poder, ora ameaçado.

real porque a longo prazo a estatização pode realmente representar uma ameaça para o sistema capitalista do país.

Resta perguntar qual será o provável desfecho deste conflito. Sugerimos que não haverá nenhum desfecho claro. Os capitalistas não têm e jamais tiveram no Brasil capacidade de mobilização política e de auto-identificação ideológica que lhes permitisse liderar o país. Mesmo nas épocas áureas do capitalismo brasileiro, a burguesia revelou-se sempre débil, desarticulada, sem visão dos problemas sociais e políticos, incapaz de formular um projeto próprio e muito menos um projeto nacional. Apoiou-se sempre no Estado, e nos últimos vinte anos alienou-se claramente ao capital internacional. Este, por sua vez, não tem condições de agir por conta própria. Necessita apoiar-se em setores internos para sobreviver e desenvolver-se. O setor privado não tem, portanto, condições para assumir o poder contra os tecnoburocratas.

Estes, por sua vez, não têm motivos maiores para romper sua aliança com a burguesia. Esta ainda é suficientemente poderosa e ocupa ainda uma posição

estratégica na economia do país, para ser um aliado útil da tecnoburocracia. A vigência do poder tecnoburocrático sem o apoio do setor capitalista ainda não é viável. Segurança e eficiência são ainda mais fáceis de alcançar com uma aliança com os capitalistas do que com os trabalhadores. O autoritarismo tecnoburocrático e a acumulação capitalista são ainda instrumentais para garantir a eficiência e a segurança do sistema. O modelo tecnoburocrático-capitalista de subdesenvolvimento industrializado perdeu seu brilho, apresenta alguns arranhões, sofreu uma fissura. Através do debate sobre a estatização, as partes envolvidas procuram redefini-lo. Mas mais do que otimismo seria alienação da realidade afirmar que o caminho para a democracia e o socialismo foi aberto. A aliança entre tecnoburocratas e capitalistas continua sólida. E mesmo que isto não fosse verdade, não há nenhuma evidência de que aquele caminho passe pelo tecnoburocratismo autoritário.

(Jornal de Debates, janeiro de 1976, baseado em conferência pronunciada na Fundação Álvares Penteado, em maio de 1975.)

CAPÍTULO XIII

Uma Definição Oficial do "Modelo"

Qual o sentido real do documento "Ação para a Empresa Privada Nacional" aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e divulgado pelo Governo no último dia 15 de junho? A interpretação geral e óbvia que lhe foi dada é a de que pretende definir e encerrar o debate sobre a estatização da economia brasileira. Este debate foi iniciado em fins de 1974 e recentemente transformou-se em uma investida desestatizante por parte do setor privado, a partir do momento em que o Secretário do Planejamento, em março de 1976, solicitou aos empresários, sugestões. O documento é um "basta", é um "ponto final" do Governo ao debate, afirmam os analistas. E de fato ele tem esse sentido. Chega de discussão, porque, conforme afirma o documento, "algumas correntes radicais procuraram conduzir o

assunto a posições extremadas, que não interessam ao setor privado, nem ao desenvolvimento nacional". E de fato, ainda que o debate deva ser sempre incentivado, para não cairmos no risco do autoritarismo, não há dúvida de que este debate em particular estava, em certos momentos, transformando-se não apenas em um pretexto para certos grupos defenderem seus interesses privados, mas também em uma oportunidade para o surgimento de propostas "desestatizantes" em que se manifestava o grau de incompetência ou subordinação ao Estado de frações representativas da burguesia local. O melhor exemplo disto foi a proposta de uma associação de classe de São Paulo para a criação de um organismo governamental que assumisse o controle das empresas privadas ameaçadas de falência, tomasse a seu cargo sua recuperação econômica e em seguida as devolvesse à iniciativa privada... Se não fosse pelo interesse nacional, ameaçado por propostas mais graves, pelo menos em nome da postura empresarial estava na hora de encerrar o debate, o qual, por outro lado, já começava a incomodar a tecnoburocracia instalada no setor público.

Ao realizar essa tarefa, o documento governamental tem uma outra qual idade. Sua tese fundamental é a de que desestatizar é desnacionalizar. O Governo não pretende aumentar o grau de estatização da economia. Moas também não pretende desestatizá-la, a não ser em um ou outro setor "pouco significativo". Desestatizações maiores só poderão ser realizadas à custa de desnacionalização. E isto está fora de cogitação. O Governo afirma estar todo voltado para estimular a iniciativa privada nacional, para fortalecer a parte mais fraca do tripé: "empresa governamental, empresa privada e empresa estrangeira". Com esse posicionamento, o documento admite de forma indireta o que vinha sendo denunciado sistematicamente: por trás da campanha contra a estatização havia o interesse das multinacionais, que utilizavam como porta-voz a burguesia local e especialmente seus órgãos oficiais de representação de classe.

O sentido mais profundo deste documento, entretanto, é o de estabelecer ou pretender estabelecer as bases políticas do "modelo" brasileiro. Com ele a tecnoburocracia estatal não apenas reconhece oficialmente a existência de três grupos

dominantes no Brasil - os próprios tecnoburocratas estatais, a burguesia local e as empresas multinacionais -, mas também reafirma estar a serviço do grupo mais fraco - a burguesia local - e lembra que, sendo mais forte, constitui-se na única alternativa real para evitar a desnacionalização e o domínio das multinacionais.

O reconhecimento oficial do tripé, que antes era motivo de denúncia por parte dos opositores do "modelo", é importante porque deixa clara a exclusão dos trabalhadores. Estes não são sujeitos do processo político neste sistema. São no máximo objetos do mesmo.

A manifestação de fidelidade da tecnoburocracia estatal ao capitalismo local, embora também importante, é menos clara, ou, mais precisamente, é cheia de contradições. Em primeiro lugar, não deixa de ser curioso que o "forte" faça juras de subordinação ao "fraco". De duas uma: ou o capitalismo local não é tão fraco e o Estado não é tão forte ou as manifestações de subordinação e fidelidade não são tão sinceras, são meramente estratégicas. Na verdade, ambas as alternativas

podem, até um certo ponto, coexistir. A tecnoburocracia estatal tem interesses próprios e autônomos de poder e participação no excedente, mas se associa ou quer se associar ao capitalismo local, que ainda tem muito poder.

Desconfio, entretanto, que estamos diante de um caso de amor não correspondido. No novo triângulo amoroso, a burguesia local teme a tecnoburocracia estatal e prefere claramente as empresas multinacionais. Não bastassem os interesses econômicos comuns, que unem e solidarizam um capital cada vez mais internacionalizado, temos ainda uma afinidade ideológica básica: enquanto os tecnoburocratas, na medida em que ganham autonomia e que pretendem estabelecer padrões, constituem uma ameaça de controle estatal senão de socialização, a presença e o desenvolvimento das multinacionais constituem a garantia da estabilidade do sistema econômico capitalista vigente.

Não basta que os tecnoburocratas, através do Estado, "assumam o ônus dos setores que demandam investimentos gigantescos", que "ocupem áreas complementares e viabilizadoras da ação do setor

privado" e que desta forma estejam deliberadamente a serviço da acumulação de capital privada, dentro do amplo processo de concentração de renda que beneficia os capitalistas além dos próprios tecnoburocratas públicos e privados neste país. Seria preciso que a subordinação destes fosse mais clara e precisa. Que suas declarações de amor se traduzissem não apenas em fatos, em favores oficiais, mas em demonstrações inequívocas de subordinação - o que não parece ser mais efetivamente possível.

(Movimento, 28 de junho de 1976.)

CAPÍTULO XIV

A Ruptura de uma Aliança Política

A característica fundamental da crise política brasileira atual é a ruptura da burguesia com o Estado, ou melhor, com a tecnoburocracia estatal que o dirige. Este é o fato novo que provavelmente tornará esta crise historicamente significativa. Não são a oposição e a crítica dos estudantes, dos trabalhadores, dos intelectuais ao Governo autoritário instalado no Brasil desde 1964 que tornam esta crise decisiva, já que esses setores jamais apoiaram o Governo. É a crescente oposição da burguesia, da classe empresarial, em todos os seus níveis, desde a pequena e média até frações cada vez maiores da alta burguesia, que coloca hoje em jogo o modelo político instalado em 1964 e consolidado em 1968, quando os ideais liberais do movimento inicial foram definitivamente postos de lado.

A crise política brasileira aprofundou-se nos últimos meses de forma decisiva. As causas dessa crise são múltiplas, mas a sua caracterização é uma só: o modelo político implantado no Brasil em 1964, para substituir o pacto populista, entrou em colapso. Esse modelo político estava baseado na aliança da tecnoburocracia civil e militar, que controla diretamente os aparelhos do Estado, com a burguesia e as empresas multinacionais. Era o modelo do tripé, em que os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais e, de um modo geral, as esquerdas eram totalmente excluídos do sistema de poder. A crise do modelo define-se pelo rompimento cada vez mais nítido daquela aliança.

Este rompimento ocorre a partir do momento em que a burguesia local vai-se tornando crescentemente insatisfeita com os seus aliados tecnoburocratas estatais, e em consequência vai retirando seu apoio ao sistema. Nesse momento, o modelo do tripé entra em colapso. E mais do que isto, todo o sistema político está fadado a sofrer transformações profundas.

O Brasil viveu estes últimos 13 anos sob a égide de um regime militar. O Estado foi firmemente controlado por uma força pública coesa e ideologicamente bem armada. Esta tecnoburocracia militar chamou para auxiliá-la uma tecnoburocracia civil técnica e organizacionalmente bem equipada. Os dois grupos em conjunto adotaram a ideologia tecnoburocrática baseada na racionalidade técnica e organizacional, que se expressa na eficiência ou no crescimento da produção por habitante, e, especialmente entre 1967 e 1973, obtiveram êxito em sua política desenvolvimentista, ainda que à custa de um acentuado processo de concentração de renda, com graves prejuízos para os trabalhadores.

Em todo esse período os militares contaram com o apoio irrestrito da burguesia. Esta sentira-se profundamente insegura em 1963 e início de 1964. A revolução que então ocorre é realizada com todo seu apoio. E em seguida a burguesia entrega-se inteiramente nos braços da tecnoburocracia estatal. Em consequência, os militares dão a muitos a impressão de se terem transformado em senhores todo-poderosos. O poder parece ser exclusivamente militar, autonomamente militar. O poder das forças

armadas parece derivar exclusivamente de seu controle de armas e soldados e de sua capacidade de organização.

Ora, semelhante hipótese só pode ser atribuída a uma leitura apressada das teorias sobre a emergência da tecnoburocracia no Brasil ou nos países periféricos em geral. Pessoalmente, tenho procurado estudar o mais possível este fenômeno fundamental do nosso tempo que é o da burocratização e estatização da sociedade. Mas isto não nos pode levar a esquecer que o Brasil é ainda uma formação social dominante capitalista. O capital, ou seja, a propriedade privada dos instrumentos de produção pela burguesia, é ainda a relação de produção que controla maior volume de riqueza no Brasil. A propriedade estatal de meios de produção, embora crescente, é ainda secundária. E certo que a acumulação de "capital", usada essa expressão em sentido amplo, já é hoje realizada de forma predominante pelo Estado. Mas o estoque de capital ainda é predominantemente privado. O lucro privado é ainda a forma dominante de apropriação do excedente, embora o volume de ordenados dos tecnoburocratas tenda a crescer exponencial mente. A coordenação da economia

ainda é feita principalmente pelo mercado, embora o planejamento e a política econômica estatais tenham uma influência crescente na coordenação do sistema e na distribuição do excedente econômico. A ideologia burguesa ainda é hegemônica, embora a ideologia tecnoburocrática faça avanços em todas as frentes.

Em outras palavras, o Brasil é ainda uma formação social essencialmente capitalista, embora crescentemente tecnoburocrática ou estatal. Em consequência, a classe dominante no Brasil é a burguesia e não a tecnoburocracia militar. Estes possuem um certo grau de poder autônomo, na medida em que controlam diretamente o aparelho repressivo do Estado, mas sua autonomia é necessariamente limitada. Ela só parece plena nos momentos em que os militares contam com o apoio da burguesia. Quando esse apoio é retirado, o poder econômico e a hegemonia ideológica da burguesia levam a tecnoburocracia a fazer aflorar suas próprias contradições e a perder coesão e o poder.

E por isso que a crescente retirada de apoio da burguesia à tecnoburocracia estatal representa um

golpe decisivo não apenas no modelo político do tripé, mas na própria continuidade do atual regime.

Os sintomas dessa ruptura tornam-se visíveis a partir do final de 1974. O rompimento tem início com a grande campanha contra a estatização; prossegue através da crítica às mordomias, ou seja, a crítica aos altos ordenados diretos e indiretos dos tecnoburocratas; aprofunda-se com o desencanto em relação à política econômica, à medida que esta vai-se tornando cada vez mais insegura, contraditória e ineficaz; agrava-se com a denúncia da corrupção estatal, que em grande parte se confunde com a concessão de favores do Estado a grupos econômicos pouco idôneos. Hoje a ruptura é clara. Desde a pequena até a média e a alta burguesia, a insatisfação com o sistema é geral. Pode ser observada nas mais diversas circunstâncias: nas reuniões sociais, nos encontros de empresários com os representantes do governo, nos editoriais de imprensa controlada pela burguesia, na quase unanimidade das manifestações estudantis e no apoio generalizado que elas vêm recebendo. Provavelmente, neste momento, só a burguesia subsidiada, que recebe diretamente os favores do Governo, e uma parte dos representantes

oficiais da classe empresarial ainda apóiam o atual sistema autoritário. Os primeiros por interesses óbvios e os segundos em virtude da dependência em que se encontram as entidades que dirigem em relação ao Estado.

As causas desta crise de legitimidade sem precedentes podem ser encontradas originalmente na redução relativa do excedente econômico, que tem lugar no país a partir de 1974. Desta data em diante termina o "milagre", o índice de crescimento da produtividade ou de renda por habitante cai, ao mesmo tempo em que os salários param de cair e chegam mesmo a crescer em 1975, como uma resposta do Governo à derrota eleitoral de novembro de 1974. Nesse momento, quando se reduz o índice de crescimento do excedente, quando o fim do milagre leva a tecnoburocracia estatal e a burguesia a encarar novamente as duras realidades da escassez - nesse momento torna-se patente a arbitrariedade do Estado autoritário no seu processo de dividir o excedente econômico. Pedem-se sacrifícios, mas esses sacrifícios obviamente não são iguais para todos. Seja em função de puro favoritismo, seja para obedecer à escala de prioridades estabelecida pelo planejamento

estatal, o fato é que, em um momento de redução relativa dos lucros gerados pelo sistema, uns poucos continuam altamente beneficiados.

A burguesia vai, assim, sentindo-se ameaçada. A revolução fora feita em seu nome, mas os tecnoburocratas estatais agora parecem pretender alcançar uma autonomia que não estava prevista inicialmente. E utilizam esta autonomia em seu próprio benefício, como os casos dos altos ordenados e da corrupção deixam entrever, ou então em benefício de um pequeno número de favoritos.

Por outro lado e concomitante, os membros do Governo vão sendo atingidos por uma profunda crise de credibilidade. As declarações otimistas do Presidente e dos ministros são desmentidas no dia seguinte, pelos fatos ou por eles próprios.

Nesse momento, a crise política ganha autonomia, desloca-se de suas bases econômicas para explicar-se pela própria dinâmica dos fatos políticos. O Governo, desorientado, sentindo-se sem apoio, em total contradição com a sociedade civil, toma medidas impensadas que culminam com o fechamento do

Congresso e o “pacote” constitucional em abril. Nesse momento, o Presidente compromete todo o sistema militar que representa com uma manobra eleitoral em benefício de seu partido - a Arena. O casuísmo das medidas, sua arbitrariedade e contingencialidade são gritantes. Para evitar a provável vitória do partido da oposição, o MDB, são tomadas medidas que violentam o senso jurídico da sociedade civil. Ora, o MDB já deu ampla demonstração de que é um partido de centro, com algumas tendências para a social-democracia. Uma vitória sua não põe, portanto, em risco a burguesia. E a burguesia brasileira hoje está consciente desse fato. E óbvio que nesse momento a crise política torna-se generalizada.

A constatação desta ruptura entre a burguesia e o sistema e da conseqüente precariedade em que este hoje se encontra não é, entretanto, óbvia. Depois de treze anos de domínio militar, somos facilmente tentados a acreditar na inexpugnabilidade desse domínio. E usamos para isto os mais variados raciocínios. Argumentamos, por exemplo, que os princípios democráticos da burguesia não são muito profundos - o que é correto. Nesses termos seria fácil

à tecnoburocracia estatal recuperar o apoio da burguesia, comprando-a novamente através de medidas favoráveis à elevação da taxa de lucros. Ora, os dirigentes governamentais da área econômica não vêm tentando fazer outra coisa há dois anos, e, no entanto sem êxito. Quando a redução relativa do excedente econômico torna-se embutida no modelo econômico, recuperar o apoio da burguesia torna-se muito difícil. O problema se agrava através da perda de credibilidade do Governo. E a crise ganha então força própria, cuja gravidade só uma crença sem limites na autonomia da tecnoburocracia militar pode negar.

Vivemos, portanto, um momento de grave crise de legitimidade. Esta crise teve início, no plano político, com o "não" que os trabalhadores e as camadas médias deram à política autoritária e concentradora de renda do Estado, nas eleições de 1974. Ganhou profundidade quando a burguesia rompeu politicamente com a tecnoburocracia estatal, levando ao colapso o modelo de tripé e deixando perplexos seus associados multinacionais, que nesse momento não sabem por que lado optar.

As conseqüências dessa crise de legitimidade não são previsíveis. Não há dúvida, entretanto, de que hoje toda a sociedade civil aspira por liberdades democráticas. Este não é apenas um slogan das manifestações estudantis, mas uma aspiração profunda da grande maioria dos que participam do processo político brasileiro, ou seja, da sociedade civil. E quando a sociedade civil, da qual a burguesia é o elemento dominante, une-se em torno da idéia de redemocratização, torna-se difícil imaginar que essa redemocratização não venha. Esta redemocratização só não virá se estivermos enganados em relação à posição que a burguesia vem assumindo nestes últimos dois ou três anos, e principalmente nestes últimos meses, ou se a burguesia não for mais a classe dominante. Ora, não creio que esteja muito enganado em relação à ruptura; e não tenho dúvida alguma sobre qual seja a classe dominante neste país. Há boas razões, portanto, para se acreditar em um processo de redemocratização à vista, à medida que se aprofunda a crise política do atual sistema. Admito que se trata de uma perspectiva otimista, mas o otimismo nem sempre é infundado.

A redemocratização prevista será obviamente um patamar para novas e necessárias lutas políticas. São essas lutas que ainda atemorizam a burguesia impedindo-a de tomar atitudes mais radicais. Mas entre o presente inseguro e atemorizador, no ventre de um regime tecnoburocrático autoritário, e um futuro também inseguro, mas no seio de um regime democrático, em que a burguesia pode esperar ser ainda a força política dominante, a opção parece óbvia. Por um momento, os interesses da burguesia e dos trabalhadores se confundem em torno da idéia de redemocratização. Em seguida, surgirão novamente as contradições, mas então com uma possibilidade de solução institucional em termos mais abertos e democráticos. Da crise passamos para o otimismo, ainda que um otimismo burguês.

(Folha de S. Paulo, 29 de maio de 1977.)

CAPÍTULO XV

A Crise Política Estrutural

A crise política brasileira tem características estruturais e só se resolverá com o retorno do país ao Estado de direito. A sociedade brasileira já alcançou um estágio de desenvolvimento político que a torna incompatível com um regime autoritário a longo prazo. Este fato tornou-se claro no primeiro semestre deste ano, quando a indignação provocada pelas medidas consubstanciadas no "pacote de abril" aceleraram a crise política. A contra-ofensiva do Governo, em termos de definir um candidato à presidência, de estabelecer um calendário político com vista a uma redemocratização limitada, de iniciar um novo diálogo com a oposição e ao mesmo tempo de aumentar a repressão aos movimentos de protesto dos estudantes, pode levar alguns a imaginar que a crise poderá ser superada. Não se

resolvem, porém, problemas de ordem estrutural com medidas dessa natureza. Em consequência a crise, iniciada com a campanha contra a estatização, que já representava uma fissura no pacto político firmado entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal em 1964, aprofunda-se cada vez mais, transforma-se em uma nova e cada vez mais grave cisão no seio das classes dominantes brasileiras.

A crise política é estrutural porque reflete o colapso do sistema de poder implantado no Brasil em 1964. Naquele ano não tivemos um golpe de Estado, mas uma revolução conservadora. Não se tratou apenas de um golpe porque o movimento de 1964 não significou a simples mudança de governantes nos quadros de um pacto político imutável. O movimento de 1964 foi sem dúvida uma revolução burguesa que consolidou o sistema capitalista modernizante instalado no Brasil em 1930, mas foi também uma revolução tecnoburocrática, na medida em que marcou a ascensão da tecnoburocracia civil e militar ao nível de segunda classe dominante e, nessa qualidade, de parceira política da burguesia. Antes de 1964, a burguesia, ainda que dividida e marcada por contradições, era a única classe dominante.

Depois, a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar, que vinha ocupando postos estratégicos no Estado desde os anos trinta, alcança suficiente massa crítica, capacidade de organização e de formulação de uma ideologia autoritária e efficientista para não só ganhar condição de classe, mas, além disso, de participar diretamente e em seu próprio nome do poder político nacional.

Na formação social tecnoburocrático-capitalista brasileira o modo de produção dominante é o capitalista e a hegemonia política pertence à burguesia. Os tecnoburocratas são ainda funcionários do capital, mas a partir de 1964 são funcionários qualificados, são sócios minoritários, com interesses geralmente comuns, mas às vezes divergentes dos da burguesia. Sua condição de classe social se define em termos da relação de produção específica em que se inserem - a relação burocrática ou organizacional - e da forma particular de se apropriarem privadamente do excedente, através de ordenados. Embora ainda muitas vezes se confundindo com a média burguesia, a tecnoburocracia vai ganhando consciência de classe, na medida em que define uma ideologia efficientista e tecnificante. Esta ideologia legitima seus interesses

de classe, consubstanciados em poder crescente e em ordenados cada vez maiores.

O pacto político firmado em 1964 tinha uma fraqueza básica. Era um pacto autoritário muito fechado, que só deu guarida para a alta burguesia e para a alta tecnoburocracia estatal. Embora a Revolução de 1964 tenha sido realizada com o apoio de toda burguesia, suas camadas médias foram logo excluídas do sistema de poder. E a tecnoburocracia estatal, organizada em termos burocráticos hierárquicos rígidos, excluiu também rapidamente seus estratos médios. Colocado o problema em termos de estratos e não de classes, apenas as camadas altas da sociedade foram incluídas no pacto político de 1964, do qual também foram imediatamente chamados para fazer parte os representantes das empresas multinacionais. As camadas médias foram excluídas do sistema de poder, mas foram incluídas entre os beneficiários do processo de produção e divisão do excedente econômico que marcou o período do "milagre brasileiro". Lucros e ordenados cresciam não apenas para a alta burguesia e a alta tecnoburocracia, mas também para os estratos médios das duas classes.

Quando, em 1974, reduz-se o nível de crescimento do produto por habitante e logo em seguida, em 1975, o Governo aumenta salários, produz-se um processo de redução das taxas de lucros da burguesia e dos ordenados dos tecnoburocratas. Foi esta redução relativa do excedente a base da crise política, que então tem início.

Esta crise tem, estruturalmente, dois aspectos. De um lado é marcada pela ruptura da burguesia em geral com a tecnoburocracia estatal. De outro lado, caracteriza-se pela nova e cada vez mais profunda insatisfação dos estratos médios da burguesia e da tecnoburocracia contra a cúpula autoritária do sistema. Estes são os dois fatos novos que dão substância estrutural à crise política. Poderíamos falar em um terceiro aspecto, que é o caráter radicalmente excludente e limitado desse pacto político, do qual jamais participaram os trabalhadores, os intelectuais, a igreja, os estudantes. Mas este caráter excludente do modelo político brasileiro implantado no país em 1964 não sofreu alterações desde então, não caracterizando, portanto a crise política estrutural de meados dos anos setenta.

Esta crise, definida pela ruptura da aliança entre a tecnoburocracia estatal e a burguesia e entre as camadas médias da burguesia e da tecnoburocracia com as camadas superiores, foi desencadeada pelos desequilíbrios econômicos emergentes a partir de 1974 e pela conseqüente redução relativa do excedente. Seria, entretanto, um grave erro atribuir esta crise apenas a fatores econômicos. Entre o segundo semestre de 1975 e o segundo semestre de 1976 houve novamente um claro surto de prosperidade na economia brasileira. Em nenhum momento os problemas econômicos atingiram a dimensão de crise profunda ou de depressão, e nem por isso tendeu a haver uma restauração do pacto político tecnoburocrático-capitalista. Pelo contrário, a crise só tendeu a se aprofundar em 1976 e principalmente 1977.

Na verdade a crise política, que foi desencadeada pela emergência de problemas econômicos, ganhou em seguida autonomia, força própria. E hoje o problema político é muito mais grave do que o econômico. Estamos diante de um impasse político estrutural, cujas causas de natureza política são: a)

perda de legitimidade do regime autoritário; b) a coincidência a longo prazo dos interesses da média burguesia com o regime democrático; e c) a ameaça que a tecnoburocracia representa, também a longo prazo, para a burguesia, na medida em que o aumento do poder tecnoburocrático é acompanhado pelo aumento do poder e do arbítrio do Estado.

A perda de legitimidade do regime autoritário tecnoburocrático-capitalista já foi bastante analisada. A legitimidade desse regime liderado pela tecnoburocracia militar estava apoiada no medo da burguesia ao comunismo e à subversão, na crítica à corrupção e, em um segundo momento, no "milagre econômico". Ora, a ameaça comunista, se eventualmente existiu no passado, hoje desapareceu. Só radicais de direita continuam a insistir em uma ameaça comunista, que não amedronta mais ninguém. A corrupção, por sua vez, que em um primeiro momento, após 1964, foi efetivamente reduzida, já saiu do controle, na medida em que um regime autoritário acaba favorecendo muito mais do que cerceando a corrupção. E o "milagre econômico" terminou em 1974. Com estes três fatos também a

legitimidade do regime autoritário perante a Sociedade Civil esvaiu-se.

Por outro lado é preciso considerar que há uma coincidência a longo prazo entre os interesses da média burguesia com a manutenção de um regime democrático. A burguesia, ao contrário do que aconteceu com a classe dominante que a precedeu na Europa - a aristocracia feudal -, é uma classe muito numerosa. Os grandes números tornam necessário um sistema para regular as relações econômicas - ou seja, a divisão do excedente - e políticas - isto é, a divisão do poder sobre o Estado - entre seus membros da forma mais impessoal e automática possível. No plano econômico, o mercado e o sistema de preços é obviamente o mecanismo ideal para a burguesia dividir o excedente. No plano político, o instituto da democracia, com a possibilidade de alternância no poder dos diversos grupos burgueses, com a possibilidade de que cada grupo seja ouvido e relativamente representado no poder, é também o mecanismo mais adequado. Os riscos que a burguesia corre de através do sistema eleitoral, perder o poder para os trabalhadores são em princípio pequenos senão inexistentes em qualquer

sistema capitalista organizado, dada a hegemonia ideológica burguesa. O Brasil não constitui exceção a esta regra. Muito pelo contrário. Portanto, se a burguesia não se sente nem muito ameaçada pelo comunismo, nem muito beneficiada pelo "milagre", é provável que ela volte à sua posição democrática básica.

Este fato será ainda mais provável se a burguesia, em vez de sentir-se ameaçada pela subversão comunista, começar a perceber que existe uma outra ameaça mais sutil, menos agressiva, a curto prazo revestida de aparência prestimosa e servil, mas na verdade muito mais concreta e perigosa. Refiro-me à ameaça tecnoburocrática. Os tecnoburocratas estão a serviço do capital. O Estado que eles administram não tem feito outra coisa senão favorecer a acumulação privada de capital. Mas para fazê-lo surge uma contradição intrínseca: o Estado é necessariamente levado a aumentar cada vez mais sua participação na acumulação e seu poder sobre toda a economia. Ora, não há dúvida que este fenômeno é uma ameaça a longo prazo para a burguesia. Não é necessariamente uma ameaça para a democracia, desde que é possível aliar um Estado economicamente forte com um

regime democrático. Mas para a burguesia, não há dúvida que a estatização, embora possa servi-la no curto prazo, em um prazo mais longo constitui um grave risco. A burguesia brasileira percebeu este fato e desde fins de 1974 vem desenvolvendo uma sistemática campanha contra a estatização no Brasil. A única justificativa ideológica da burguesia para essa campanha é obviamente a necessidade de democracia. Em conseqüência, os compromissos democráticos da burguesia brasileira, que há poucos anos atrás haviam sido esquecidos, hoje renascem, ganham consistência. E a ruptura entre a burguesia e a cúpula da tecnoburocracia estatal só tende a aprofundar-se.

A crise atual é, antes de mais nada, uma crise de legitimidade, entendida esta expressão em seu sentido sócio-político. Em um sentido ético-jurídico, um Governo é legítimo quando eleito pelo povo. No sentido que estamos utilizando, a legitimidade de um Governo ou de um sistema político deriva do apoio que lhe empreste a Sociedade Civil. Esta é constituída pelas diversas organizações representativas das classes e grupos sociais fora do Estado, ponderados pelos seus respectivos poderes

econômicos e políticos. Em uma Sociedade Civil desigual como a brasileira, as diferenças de poder entre os grupos dominantes e dominados são enormes. O povo distingui-se claramente da Sociedade Civil, na medida em que nesta a ponderação dos grupos dominantes é muito maior.

Não é apenas a legitimidade do Governo que deriva do apoio da Sociedade Civil. O próprio poder político será muito mais efetivo quando devidamente legitimado. Quando isto não acontece, quando há um descompasso entre poder e legitimidade, estamos diante de uma crise política.

Ora, é exatamente isto que ocorre hoje no Brasil. A crise política é estrutural porque não só o atual Governo, mas o próprio pacto político em que ele está baseado perderam legitimidade. E este o sentido do duplo rompimento que caracteriza o colapso do modelo político autoritário tecnoburocrático-capitalista brasileiro: o rompimento da burguesia, ou seja, da classe proprietária, com a tecnoburocracia estatal, e o rompimento das camadas médias da burguesia e da tecnoburocracia com as respectivas camadas altas instaladas no poder. Estes dois

rompimentos se cruzam e se somam. Não foi toda a burguesia, mas é cada vez mais óbvio que foi quase toda ela, que rompeu ou está rompendo politicamente com a tecnoburocracia estatal. Excluem-se alguns representantes da alta burguesia, cujos interesses estão profundamente ligados ao Governo. Por outro lado esse rompimento não foi simplesmente da classe burguesa com a classe tecnoburocrática, mas também das camadas médias com as altas. Em consequência, o Governo isolou-se, entrou em conflito aberto com a Sociedade Civil, perdeu legitimidade, deixou de ter condições para exercer efetivamente o poder, a não ser através de um sistema de força que se torna cada vez mais fraco.

Estamos, portanto diante de uma crise política estrutural. Esta tem sua base na insatisfação da burguesia. Todos os estratos dessa classe, e principalmente os empresários de nível médio, os profissionais liberais, os intelectuais e os estudantes, manifestam seu desejo de volta ao Estado de direito. A média tecnoburocracia, da qual fazem parte, além de administradores, técnicos e funcionários, também intelectuais e estudantes, junta-se à burguesia. E os trabalhadores já começam a se manifestar, embora,

como é natural, revelem mais preocupação com salários, inflação e condições de trabalho do que com a redemocratização. Mas também entre eles já é claro o desejo de democracia, sem a qual será difícil lutar por seus interesses de classe. Em qualquer hipótese, a hegemonia ideológica da crise política pertence à burguesia.

A consciência democrática da Sociedade Civil brasileira cresceu enormemente nestes 14 anos de regime autoritário. Os valores democráticos, embora possam ser ainda claramente relacionados com os interesses da burguesia, ganharam uma relativa autonomia em relação a esses interesses. Esta autonomia deriva não apenas de duzentos anos de pregação liberal no mundo ocidental, do qual o Brasil é parte, mas deriva também do sentimento de opressão que estes anos de autoritarismo deixaram na Sociedade Civil brasileira. A democracia sem dúvida foi originalmente uma instituição burguesa, criada para atender a seus interesses econômicos. E esses interesses a longo prazo ainda estão relacionados com a manutenção de instituições democráticas. Mas não há dúvida também de que a democracia deixou de ser meramente burguesa para

se tornar um valor básico de toda a sociedade, exceto para os indefectíveis radicais de direita, a alta tecnoburocracia estatal e alguns poucos aliados da alta burguesia interessados em benefícios governamentais. Mas não é evidentemente com essa composição de apoio político que será possível manter o autoritarismo no Brasil, quando toda a sociedade deseja a democracia.

(Folha de S. Paulo, 2 de outubro de 1977)

CAPÍTULO XVI

As Alternativas de um Episódio Burocrático

A demissão do Ministro Sílvio Frota do comando do Exército enfatiza a existência de uma crise política estrutural. Não contribui, entretanto, em nada para a resolução dessa crise. Ainda que a notícia tenha merecido as manchetes dos jornais e provocasse uma certa emoção pelos riscos que envolviam, a rigor não passou de um episódio palaciano. No seio da alta burocracia estatal um oficial dava mostras de indisciplina. Ao pretender (legitimamente) participar de um processo político ilegítimo porque antidemocrático - a sucessão presidencial - o ex-ministro contrariava ordens expressas do Presidente. Ora, nada é mais imperdoável nas burocracias do que a indisciplina, porque nada é mais sagrado do que a hierarquia. O Ministro foi demitido.

As análises anteriores apontavam que o ex-ministro tinha o apoio do Alto Comando das Forças Armadas. Alguns diziam mesmo que seria o candidato do misterioso, porque jamais claramente definido, Sistema, enquanto o General Batista Figueiredo teria o apoio do Presidente Geisel, dos ministros e dos órgãos de segurança. O Alto Comando das Forças Armadas, entretanto, cerrou fileiras em torno do Presidente. Não lhe restava outra alternativa. Quem feriu a hierarquia, quem desobedeceu as instruções, quem se revelou um burocrata não confiável ou não previsível foi o Ministro, não o Presidente.

Por isso está quase correto o Presidente quando afirma em sua nota que "a exoneração do Ministro Frota é uma decisão de caráter pessoal..." Seria mais correto afirmar que se tratou de uma decisão de caráter funcional, através da qual o Presidente procurou preservar sua autoridade dentro da burocracia estatal.

A partir dessa perspectiva a demissão do ministro não tem um sentido político maior. É uma decisão burocrática, palaciana. Em nada reflete as divergências ideológicas estruturais entre

democracia e autoritarismo, que estão na base da crise política brasileira. Não é o resultado direto da perda de legitimidade do Governo, nem deriva da crescente ruptura entre a Sociedade Civil e o Estado, entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal. Sem dúvida o episódio reflete a crise.

Mostra que as Forças Armadas estão sendo divididas em face à perda de legitimidade do Governo. Mas não representa a vitória de qualquer uma das forças realmente em conflito. Não é a vitória da democracia, como também não significa a vitória do autoritarismo. É apenas um capítulo particular dentro do autoritarismo vigente.

E certo que o ex-ministro emitiu uma nota de despedida com fortes conotações ideológicas, que nos podem levar a uma confusão. Nesta nota há um significativo elogio à ordem burocrática militar vivida nas casernas, quando afirma: "Preferi, por cinco décadas, viver no puro ambiente das casernas - de sacrifícios e pesados trabalhos - onde o cansaço traz a sensação do dever cumprido e todas as ações expressam harmonia". Há ainda uma série de críticas ao Governo do qual participava, em que se revela

contrário à política externa pragmática do Governo, reabrindo relações diplomáticas com a China e reconhecendo Angola. Por outro lado demonstra um anticomunismo obsessivo, não só colocando a ameaça comunista em toda parte, mas também acusando o Governo de leniência com o comunismo. Finalmente o Ministro Frota denuncia a estatização da economia brasileira como manobra comunista.

Não devemos, entretanto, nos enganar. Estas posições revelam muito mais uma atitude emocional do que uma real divergência ideológica com o Governo que o ministro foi forçado a abandonar. O ex-ministro é autoritário, o Governo também o é. Tem o anticomunismo como bandeira, mas não é outra a posição do Governo e em particular do novo ministro que o substituiu. A estatização é muito mais fruto de Contingências do que da deliberação do Governo.

E verdade que, em sua nota, o ex-ministro revelou-se não apenas autoritário e obsessivamente anticomunista, mas um radical de direita. Por isso a Sociedade Civil provavelmente sentiu uma sensação de alívio quando viu o perigo passar. Afinal o

Governo é autoritário e de direita, mas não é radical. Reduziu a tortura existente no país, liberou parcialmente a imprensa e vem fazendo insistentes promessas de liberalização política.

O certo, entretanto, é que o episódio da demissão do ministro do Exército não representou nenhum avanço no sentido de resolver a crise política em que vivemos. Se não marcou a vitória de uma posição radical de direita, também não significou nenhum passo à frente no sentido de restabelecer a democracia neste país.

O Presidente revelou capacidade de comando e saiu politicamente fortalecido. Mas continuou de pé seu projeto de formular mais um pacote de reformas políticas, desta vez no sentido de uma democracia consentida e limitada, ao mesmo tempo em que escolherá o novo presidente que governará este país por seis anos. Em outras palavras, o "diálogo" e o "calendário político" continuam aí. A estratégia de contornar a crise política estrutural através de medidas paliativas, que em última análise visam a manter o país dominado pelo mesmo sistema de poder, não sofreu qualquer alteração.

Isto significa que o impasse político provavelmente continuará. Não se resolvem crises políticas estruturais com medidas dilatórias e paliativas como estas. Sem a convocação democrática de uma constituinte, muito dificilmente um novo Governo terá o mínimo de legitimidade necessária para dirigir a Nação com efetividade. Viveremos um permanente clima de crise política.

Há, porém, uma outra perspectiva para a análise e uma outra alternativa para os próximos eventos. O episódio da demissão do ministro, embora palaciano, burocrático, sem dúvida abriu mais uma oportunidade histórica para o Presidente Geisel. No começo do seu Governo, o Presidente teve sua primeira oportunidade de se transformar no comandante da volta do país ao Estado de direito. Entretanto, por um erro de cálculo, comprometeu-se demasiadamente com a Arena. Nestas condições, a derrota, nas eleições de novembro de 1974, liquidou com seu projeto de distensão. Depois disso a crise política aprofundou-se. Destruiu as bases da aliança tecnoburocrático-capitalista firmada em 1964. E o Presidente, que pretendia ser sujeito da história, foi

cada vez mais reduzido à condição de seu objeto. O fim da distensão e depois o "pacote de abril", pelo seu caráter meramente reativo, têm essa conotação. O "diálogo" e o "calendário político" são também meras reações a uma crise institucional que atinge todos os níveis da sociedade.

Agora, a demissão do General Sílvio Frota, ao revelar no Presidente uma capacidade de comando que o autoritarismo de atos menores vinham obscurecendo, devolveu-lhe a oportunidade de dirigir um efetivo processo de democratização. Vista por este ângulo, a demissão do Ministro foi uma opção do Presidente. E poderia ser o marco do seu reencontro com a Sociedade Civil. Poderia ser o momento em que ele reassumiria o comando da história presente, ao se colocar no seu sentido que é o da democratização.

Não aposto nesta última interpretação nem nesta alternativa, mas gostaria de fazê-lo. Há nela muito de "wishfull thinking", muito de desejo por realizar. Talvez seja mais realista prever simplesmente o aprofundamento contínuo da crise política, enquanto se "dialoga" e se escolhem presidentes autoritariamente. Mas será que este episódio não

deixou claro pelo menos uma coisa: que não é mais possível pretender-se impor à Nação um presidente por seis anos, a partir de consultas palacianas? Não foi possível para o General Frota, provavelmente não será possível para qualquer outro candidato, civil ou militar. Quando o governo perdeu legitimidade, quando não há nem instituições nem procedimentos legitimados pela Sociedade Civil para escolher-se um Presidente, de duas uma: ou viveremos em crise permanente, ou descobriremos novos rumos para este país; ou o país acabou de viver mais um episódio burocrático, ou realmente abriu-se uma nova oportunidade histórica para o Brasil.

Na verdade as duas interpretações e as duas alternativas que elas comportam não são estritamente exclusivas. Podem-se somar e se entrecruzar dialeticamente. O episódio, ainda que burocrático, pode tornar-se decisivo. A oportunidade histórica pode não ser aproveitada a partir de um ato de vontade presidencial, mas a pressão da Sociedade Civil por uma abertura pode e deve ganhar força, senão por outro motivo, pelo menos por um fato: depois dos acontecimentos do início de outubro, o misterioso Sistema perdeu muito do seu mistério.

Suas funções burocráticas ficaram à mostra. Ora, não é a destruição dos mitos a primeira condição da liberdade e da razão?

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 1977.)

CAPÍTULO XVII

O Dom, a Conquista e a Legitimidade

Existe uma promessa de redemocratização. Através do discurso de 1º de dezembro do Presidente e através de todas as informações que os jornalistas políticos obtêm de fontes palacianas, somos comunicados de que o Ato 5 deverá ser revogado e o Estado de direito restabelecido no Brasil através de um curioso calendário político. O "diálogo" já iniciado pelo Senador Petrônio Portella continuaria na fase atual. No início do ano teríamos a escolha do novo presidente. Ainda no primeiro semestre do ano o Congresso votaria as reformas constitucionais estabelecendo as "salvaguardas do Estado". O segundo semestre seria consagrado às eleições, quando o presidente, agora armado com suas reformas redemocratizantes, voltaria a realizar um esforço político direto em favor dos candidatos da

Arena. Imediatamente após as eleições (ou dependendo do resultado das mesmas?) os partidos políticos seriam dissolvidos. Esta, aliás, é a parte menos clara da estratégia ou do calendário político presidencial. Insistentemente se fala na dissolução dos partidos, mas todas as medidas visam a fortalecer a Arena.

Uma promessa de redemocratização é sempre bem-vinda. É preciso, entretanto ficar muito claro para todos que ela não tem nenhum caráter de benesse, de dom gratuito. Muito pelo contrário, na medida em que ela se concretize, será uma conquista da sociedade civil brasileira. A democracia não está eventualmente em vias de ser restituída ao país porque o espírito democrático dos governantes assim o quis, mas porque a sociedade civil, de forma cada vez mais clara e deliberada, assim o exigiu, ao mesmo tempo em que negava legitimidade ao regime autoritário vigente.

Podemos definir a sociedade civil como sendo a sociedade estruturada em classes, grupos e organizações, ponderada pelos seus respectivos poderes políticos. A sociedade civil distingue-se do

povo porque neste cada cidadão possui teoricamente o mesmo poder que o outro, enquanto na sociedade civil o poder dos indivíduos, dos grupos, das organizações e das classes mais poderosas do ponto de vista econômico, cultural e político tem um peso maior. Em um país como o Brasil, a sociedade civil é fundamentalmente formada pela burguesia, com uma participação crescente, mas ainda minoritária da tecnoburocracia estatal e privada. E, dentro de cada uma destas classes, são suas camadas superiores - a alta burguesia e a alta tecnoburocracia - as mais poderosas.

Desde fins de 1974, quando o fim do "milagre" econômico coincide com a derrota eleitoral da Arena, tem início um profundo processo de perda de legitimidade do Governo. Legitimidade é aqui entendida em termos de sociologia política como o apoio da sociedade civil. Na medida em que o Governo vai perdendo o apoio da sociedade civil sua legitimidade vai desaparecendo. Anteriormente o sistema político brasileiro já não possuía legitimidade do ponto de vista jurídico e moral, nos termos, por exemplo, em que esse conceito foi usado na Carta aos Brasileiros, dado seu caráter autoritário

e a sistemática violação dos direitos humanos decorrente do autoritarismo. Agora perdia também a legitimidade política.

A perda da legitimidade política está relacionada à progressiva mudança de posição política da classe dominante brasileira, que maior peso possui dentro da sociedade civil. Não importa repetir aqui os argumentos que levaram a burguesia a um rompimento cada vez maior com a cúpula da tecnoburocracia estatal. O fato é que a classe capitalista se sente mais ameaçada pelo processo de estatização crescente do que por uma eventual e longínqua ameaça de subversão comunista. Por outro lado, o fato de a estatização ter sido realizada em grande parte para facilitar a acumulação privada de capital, embora indiscutível, não é suficiente. Todo Estado capitalista tem como função básica facilitar a apropriação do excedente pela classe dominante. Quando, entretanto, para que esta função seja realizada, a tecnoburocracia estatal vai ao mesmo tempo aumentando cada vez mais seu poder sobre o sistema econômico e político, a burguesia tenderá facilmente a se sentir ameaçada. O problema de a criatura dominar o criador é velho como a

humanidade. Em um primeiro momento, Estado e tecnoburocracia estatal são meros instrumentos da burguesia, mas a tendência da tecnoburocracia estatal é obviamente alcançar cada vez maior autonomia.

É preciso, além disso, considerar que a burguesia sobre a qual estamos falando é uma classe muito grande. Não nos referimos apenas à alta burguesia, muito menos ao setor da alta burguesia que por suas ligações diretas e pessoais com a alta tecnoburocracia estatal, como acontece com os grandes bancos, pode receber benefícios diretos do Estado. A burguesia também não deve ser confundida com os representantes oficiais de suas entidades de classe. Esses representantes geralmente também estão muito comprometidos com a tecnocracia governamental. No Brasil, não apenas os sindicatos dos trabalhadores, mas as entidades de classe dos empresários estão em muitos aspectos sob o controle do Estado, como a última CONCLAP deixou mais uma vez claro.

A burguesia é uma classe extensa que, além dos setores citados, compreende a média burguesia

comercial, industrial, agrícola e de serviços, e os profissionais liberais que trabalham por conta própria. Por outro lado, ela mantém laços estreitos com a média tecnoburocracia privada, que participa da administração das grandes empresas privadas, e com a média tecnocracia estatal, que trabalha para o Estado.

A partir do fim do "milagre" e da derrota nas eleições de 1974, seguida de um certo aumento real nos salários reais, foram provavelmente a média burguesia e a média tecnoburocracia as duas camadas que mais sofreram uma redução relativa ou mesmo absoluta no excedente econômico recebido. Com as medidas de redução do crédito e controle da demanda agregada, são as médias empresas que sofrem mais. Ao contrário das grandes empresas oligopolistas, elas operam em mercados concorrenciais e não podem compensar a redução de sua demanda por um aumento de preços. Em outras palavras, não podem administrar seus preços. A média tecnoburocracia, por outro lado, viu seus ordenados reduzirem-se relativamente. Na administração pública direta os reajustamentos de ordenados dos tecnoburocratas (e também dos

salários dos trabalhadores estatais) têm sido sistematicamente inferiores à taxa de inflação. No setor privado, os reajustamentos plenos dos ordenados podem, desde 1975, ser limitados àqueles que recebem menos do que 30 salários mínimos. A partir dessa medida as elevações dos ordenados revelaram uma redução em relação ao que vinha acontecendo anteriormente.

Portanto, ainda que o Estado venha sempre procurando estimular a acumulação privada, as camadas médias, constituídas pela média burguesia e a média tecnoburocracia, foram provavelmente as mais atingidas pela redução relativa do excedente econômico ocorrido a partir de 1974. Não há, pois, nenhuma razão para surpresa quando esses dois grupos, com a participação crescente de elementos da própria alta burguesia, começam a reivindicar a redemocratização do país.

Os aumentos salariais decididos pelo Governo em 1975 e depois mantidos em 1976 e 1977 sugerem à burguesia que um Governo sem apoio popular talvez não seja seu melhor intermediário com a classe trabalhadora. Negociações mais diretas ou

preferivelmente negociações com a intermediação de um governo burguês mais representativo serão talvez mais seguras e a longo prazo melhores para a burguesia. A curto prazo talvez seja necessário ceder à classe trabalhadora, mas a burguesia, depois do forte processo de concentração de renda porque passou o país, tem margem de manobra e parece estar disposta a conceder alguns aumentos salariais limitados, como diversas manifestações de empresários têm deixado transparecer.

O objetivo redemocrático vai-se tornando o objetivo comum de toda a sociedade civil brasileira. Já o era dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais, agora torna-se também desejável para as camadas médias burguesas e tecnoburocráticas. E mesmo dentro da alta burguesia, o retorno à democracia vai-se tornando uma idéia cada vez mais natural.

Nestes termos, quando surge uma promessa de redemocratização, ela não tem qualquer caráter gratuito. Ela expressa os resultados das duas últimas eleições, as manifestações estudantis, a tomada de posição da imprensa, da Igreja, dos intelectuais, as declarações em número crescente de empresários,

militares e políticos. Quando o Presidente é aplaudido demoradamente por representantes da Arena, no momento em que ele fala de redemocratização, fica claro que em seu próprio partido, que tanto apoio deu ao regime autoritário vigente, a necessidade de redemocratizar o país foi sentida.

Se se trata de uma conquista e não de uma benesse, a redemocratização prevista não pode ser limitada, consentida, relativa. Um velho ditado diz que "de cavalo dado não se olha o dente". Mas o caso presente definitivamente não é de cavalo dado. Por isso é preciso saber bem o que será alcançado com a redemocratização.

Só alcançará legitimidade uma redemocratização que, do ponto de vista jurídico, seja plena. Do ponto de vista real, a democracia será naturalmente limitada ou, se quiserem, relativa. Uma democracia plena no plano real só será possível em uma sociedade baseada não apenas na igualdade jurídica, mas também na igualdade econômica. Mas no plano jurídico é possível definir um regime democrático pleno, seus adjetivos. Esta distinção entre a

democracia jurídica e a democracia real talvez não esteja clara para todos, mas a sociedade civil percebe muito bem que qualquer proposta de redemocratização limitada e consentida será inaceitável. Isto porque a democracia que a sociedade civil deseja é a jurídica. E esta ela sabe que é possível ser definida da forma mais ampla possível.

O processo de redemocratização que deverá ocorrer em 1978 não é, portanto um dom gratuito, mas uma conquista da sociedade civil. Em conseqüência, de sua amplitude dependerá sua legitimidade. O processo já começa mal, na medida em que o novo presidente será escolhido autoritariamente. Continua ilegítimo, na medida em que as reformas serão votadas pelo atual Congresso e não por uma Assembléia Constituinte. Se estas reformas não forem profundas e claramente democráticas, o novo governo não alcançará a legitimidade necessária e viveremos em permanente crise política.

(Folha de S.Paulo, 24 de dezembro de 1977.)

CAPÍTULO XVIII

A Retomada da Crise Política

A crise do modelo político autoritário implantado no Brasil em 1964 tende novamente a aprofundar-se depois de um período de relativa estabilização. No primeiro semestre de 1977 a crise atingiu o auge, em consequência direta do "pacote de abril". Mas em meados do segundo semestre, em função da estratégia dilatória desenvolvida pelo Governo, a onda de protestos perdeu vigor. Agora, em função do esgotamento ou do desmascaramento dessas medidas, a crise deve novamente agravar-se.

A ruptura do módulo tecnoburocrático-capitalista, baseado na aliança entre a burguesia, a tecnoburocracia estatal e o capitalismo internacional, teve início em 1974, a partir de um fato econômico - o fim do "milagre" - e de um fato político - a derrota

governamental nas eleições de 1974. Sua primeira manifestação verificou-se através da campanha contra a estatização. Seu caráter fundamental foi o de um rompimento parcial entre a burguesia local - e particularmente os amplos setores médios dessa burguesia - e a tecnoburocracia estatal. Na medida em que a classe dominante revelava de forma aberta sua crescente insatisfação com os termos da aliança estabelecida com a tecnoburocracia estatal, civil e militar, a crise política foi desencadeada. Por outro lado, considerando o fato de que a burguesia é a classe dominante, o resultado final da crise deveria ser a reformulação do modelo ou então sua completa ruptura.

No primeiro semestre de 1977, a partir da enorme carga de ódio e de arbítrio representada pelas reformas constitucionais impostas à Nação, a crise parecia encaminhar-se no sentido da ruptura do modelo. Os protestos dos estudantes, dos intelectuais, da imprensa, dos políticos da oposição e, de forma naturalmente mais moderada, dos empresários pareciam dirigir-se nesse sentido. Mas a repressão sobre os estudantes, a cassação e as ameaças sobre representantes do MDB, a pressão sobre os jornais

não se faz esperar. Por outro lado, o Governo voltou a acenar com promessas de redemocratização, a partir da proposta de um "diálogo" e da escolha de um candidato à Presidência da República que assumiria a responsabilidade do retorno à democracia. Esta estratégia, ao mesmo tempo, repressiva e acalentadora de esperanças, foi reforçada pelo episódio da demissão do Ministro do Exército, em que o Presidente Geisel surgiu paradoxalmente como um moderado que salvava o país de um autoritarismo muito pior. Em consequência, a crise estabilizou-se, refluiu mesmo. Durante o segundo semestre, depois da *Carta aos Brasileiros*, o único fato político novo de caráter significativo foi a reivindicação dos trabalhadores de uma compensação salarial pela falsificação dos índices de preço ocorrida em 1973. Mas este protesto, significativo por ter sido a primeira manifestação dos trabalhadores desde 1968, mas ainda tímido, não logrou restabelecer o clima do primeiro semestre. O MDB retraía-se. A oposição ao regime ditatorial concentrava-se apenas na campanha isolada do Senador Magalhães Pinto, a qual, entretanto era cercada de desconfianças e dúvidas quanto ao seu verdadeiro sentido.

No início do ano, porém, a escolha do candidato à presidência, ainda que amplamente antecipada, ao mesmo tempo, encerrou o capítulo das expectativas e das eventuais esperanças de redemocratização e marcou o caráter brutal da imposição de um novo presidente, que governará o país por seis longos anos. Esse presidente, que ninguém sabe quem é e o que pensa, afirma que só dirá o que pretende fazer no Governo depois de escolhido pela convenção da Arena. Ao contra-senso e à irracionalidade se somam o arbítrio e o autoritarismo.

A escolha do novo presidente, que pretendia ser causa de distensão, transforma-se em base para o recrudescimento da crise, especialmente porque sua escolha foi feita sem consulta a ninguém. O povo obviamente não foi consultado, mas também a Sociedade Civil (burguesia e tecnoburocracia, basicamente) não o foi, nem o sistema político oficial, nem sequer - e este é um fato novo - as forças armadas. A ilegitimidade do processo sucessório, baseado apenas na vontade do atual presidente, torna-se, portanto total. Por outro lado, o espetáculo tragicômico da escolha dos novos governadores,

além de marcar novamente a recusa da participação popular, deixa todos seguros apenas de um fato: o de que a arbitrariedade e a ilegitimidade política assumem o caráter de norma geral.

O esgotamento da estratégia dilatória do Governo acelera-se com as recentes manifestações do atual Presidente. Sua mensagem presidencial de 19 de março lança novamente o país no clima de ódio e repressão e confirma as piores previsões em relação à promessa de redemocratização. A publicação, pela Folha de S. Paulo, do projeto de reformas confirma dramaticamente as sugestões da mensagem presidencial. As entrevistas concedidas pelo Presidente na Alemanha são outra manifestação do mesmo pensamento radicalmente autoritário. A burguesia que se deixara apaziguar por vagas promessas de redemocratização dificilmente poderá continuar a enganar a si própria.

É certo que ela o faria gostosa mente se as perspectivas econômicas do país fossem favoráveis. Um fator importante do refluxo da crise política no segundo semestre do ano passado foi a redução no ritmo inflacionário e a obtenção de um saldo na

balança comercial durante alguns meses. Não voltávamos à época do milagre, mas o pior momento das dificuldades financeiras do país parecia superado. Neste ano, entretanto, tudo deixa prever uma nova aceleração da taxa de inflação e um agravamento do desequilíbrio externo. E não há razões para ilusões: o regime da escassez e não o da - abundância é a situação normal em qualquer economia. Ora, é nos momentos de escassez que se torna mais insuportável a arbitrariedade dos regimes autoritários, promovendo a divisão do excedente econômico sem consultas nem constrangimentos políticos, em nome de uma pretendida racionalidade tecnoburocrática, que afinal atende os interesses de uns poucos privilegiados.

As perspectivas de aprofundamento da crise política são, portanto claras. O manifesto do Senador Magalhães Pinto e o lançamento do nome de Severo Gomes para a vice-presidência eliminaram quaisquer dúvidas quanto ao caráter democrático de candidatura do senador mineiro. Este não pretende vencer a convenção de uma Arena desfibrada, inexistente como partido político, mas marcar dentro nesta uma clara área de oposição ao Governo, a qual

poderá ser competitiva, mas mais provavelmente será complementar da ação do MDB. Os militares, cujo descontentamento é cada vez mais óbvio, também começam a se manifestar. A imprensa e toda a Sociedade Civil vêm conquistando crescente autonomia em relação a um Governo que se esvazia politicamente. A outorga, por unanimidade, pela Câmara Municipal de São Paulo, do título de Cidadão Paulistano a Dom Paulo Evaristo Arns, cuja luta pelos direitos humanos o transformou em um dos principais opositores do regime vigente, é outra indicação de que a Sociedade Civil volta a se manifestar e a exigir uma reformulação do pacto político vigente. E a insatisfação dos trabalhadores, afinal os principais prejudicados por esse pacto político que hoje não satisfaz mais a quase ninguém, é crescente, como se pode verificar pela repercussão do Movimento do Custo de Vida e pela exigência dos líderes sindicais de negociações diretas com os empresários, sem a intermediação da tecnoburocracia estatal.

Entretanto, se as perspectivas de retomada da crise são claras, isto não significa que haja razão para o otimismo. O Governo ainda possui trunfos a seu

favor: os interesses dos setores privilegiados da alta burguesia e da tecnoburocracia estatal; o medo do restante da burguesia, ainda que ela comece a verificar que talvez seja mais prudente temer o arbítrio e a violência policial do que longínquas ameaças de subversão; a tese ainda vigente nos meios políticos governamentais de que Geisel seria um moderado em relação à "linha dura" existente nas forças armadas, esta sim de natureza fascista; o caráter burocrático e disciplinado das forças armadas; a corrupção dos interessados na obtenção de cargos políticos; o aparelho policial repressivo; a lei Falcão para impedir a manifestação da oposição nas próximas eleições.

Estes trunfos e particularmente o último, somado à instituição do senador biônico, poderão eventualmente ainda assegurar à Arena a maioria no futuro Congresso. Não é uma perspectiva provável, apesar de toda a repressão a favor da Arena, mas é uma perspectiva possível. Sabemos, porém, que se as ditaduras se mantêm graças à repressão, é também a repressão que as destrói.

(Folha de S. Paulo, 23 de março de 1978.)

CAPÍTULO XIX

Os Militares e a Crise política

O processo de desintegração do modelo político autoritário vigente no Brasil acelera-se dia a dia. A crise política começou há pouco mais de três anos. Há um ano tornara-se patente que a ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal era o fato novo a determinar o colapso da aliança política estabelecida em 1964. No primeiro semestre de 1978, ultrapassados os episódios constrangedores da escolha do novo presidente e dos novos governadores, vai-se tornando claro que, uma profunda cisão e uma crescente decepção estão ocorrendo no seio da própria tecnoburocracia estatal, inclusive em seu setor militar.

Até há pouco tempo era ainda possível falar em unidade da tecnoburocracia militar. O setor civil da tecnoburocracia estatal há tempo vinha refletindo as contradições e insatisfações da burguesia com o sistema ditatorial vigente. Um alto funcionário do

Governo brasileiro, que pensou seriamente em abandonar seu posto no momento do "pacote de abril", um mês depois já havia decidido permanecer no cargo, utilizando como um dos argumentos para isto a seguinte observação: "Afiml em Brasília todos são contra o Governo". Podemos não considerar inteiramente correta a afirmação, mas ela é significativa. "Todos" em Brasília são obviamente os outros altos funcionários governamentais, que por uma série de contingências e interesses participam do Governo, mas não se sentem responsáveis pelo seu autoritarismo nem estão dispostos a dar-lhe seu apoio privado. Limitam-se às manifestações públicas estritamente necessárias.

No plano civil o Governo vai assim ficando isolado. Perde o apoio da burguesia e da própria tecnoburocracia civil. Só lhe permanecem fiéis alguns representantes da alta burguesia, que podem ainda receber favores e privilégios do Governo, e a parte da alta tecnoburocracia civil por demais comprometida com as vantagens do poder para com ele romper.

Conta ainda com o apoio dos políticos da Arena, mas este extraordinário "maior partido do Ocidente", tão

bem descrito pelo Senador Paulo Brossard, hoje pouco ou nada representa. Em 1966, quando foi criado, representava não apenas as velhas oligarquias ainda existentes, especialmente nos Estados mais atrasados, mas também a nova burguesia industrial, comercial, agrícola e financeira, a tecnoburocracia emergente nas organizações burocráticas públicas e privadas, civis e militares, as camadas médias de profissionais liberais e autônomos. Enfim, representava predominantemente a sociedade civil brasileira. E contava em seus quadros com muitos políticos conservadores, mas donos de um passado político respeitável, na medida em que representavam interesses das classes dominantes e veiculavam idéias e projetos. Hoje a Arena perdeu toda a representatividade, exceto a das oligarquias decadentes e de alguns setores muito reacionários da burguesia. Os seus políticos mais representativos afastaram-se ou porque morreram, ou porque foram marginalizados, ou porque se sentiram decepcionados. E o que resta da Arena, esvaziada de homens, de idéias, de projetos, de respeito próprio, é pouco mais do que um amálgama de interesses em dividir cargos governamentais. A recente designação dos governadores deixou este fato muito claro.

O Governo isola-se assim da Sociedade Civil. Perde legitimidade. Esvazia-se politicamente. Teria, entretanto, um último, mas decisivo triunfo: a unidade dos militares em torno dos ideais da Revolução de 1964.

Ora, há indicações claras de que esta unidade deixou de existir. Não é apenas o episódio das declarações do Coronel Tarcísio que demonstra isto. Há um número enorme de outras indicações de que a insatisfação existente no seio das forças armadas com o regime autoritário é muito grande. Sem dúvida as forças armadas permanecem burocrática ou hierarquicamente sólidas. Mas a sua unidade, hoje, é só a unidade burocrática. A unidade ideológica, alcançada de forma plena em 1964, confirmada em 1968, mantida durante os anos seguintes, esvai-se hoje na medida em que a Revolução afasta-se definitivamente dos ideais de 1964 e que a burguesia retira seu apoio ao regime autoritário.

Hoje está absolutamente claro o total afastamento do Governo em relação aos propósitos da Revolução de 1964. Este movimento tinha como objetivos explícitos

a democracia liberal capitalista, a moralidade pública e o desenvolvimento econômico. Combatia a subversão comunista, a corrupção e a desorganização econômica e social. Até 1968, através de marchas e contra marchas, a Revolução parecia fiel a seus objetivos. Mas em dezembro de 1968, com a edição do Ato 5, tivemos, na realidade, um golpe de Estado que, em nome da Revolução, passou, efetivamente, a negar seus objetivos. Em vez de democracia, autoritarismo; em vez de capitalismo liberal, capitalismo tecnoburocrático de Estado; em vez de estrita moralidade pública, a volta às antigas práticas de convivência e leniência com a corrupção; e o próprio desenvolvimento, que até 1973 ocorria em clima de milagre, perdeu vigor em seguida. Fica óbvio, portanto, que o regime hoje existente no Brasil foi implantado em 1968 e não 1964. Mais do que uma continuação de 1964, dezembro de 1968 é sua negação. Ambos foram movimentos conservadores e capitalistas, mas estes pontos de semelhança não são suficientes para que possam ser confundidos. Para os militares, que fizeram 1964 cheio de esperanças, a decepção com 1968 só pode ser crescente.

Por outro lado, a influência ideológica da burguesia sobre a tecnoburocracia estatal inclusive os militares é muito grande. Na medida em que a burguesia é ainda claramente a classe dominante no Brasil, ela é também a classe hegemônica do ponto de vista ideológico, já que controla a maioria dos aparelhos ideológicos da sociedade. A tecnoburocracia já possui alguma autonomia ideológica, construída em torno das idéias de eficiência, racionalidade técnica, autoridade hierárquica, administração profissional, planejamento. Mas a ideologia dominante é ainda burguesa. Liberalismo, individualismo, espírito empresarial, liberdade democrática são ideologias burguesas sem dúvida ainda hegemônicas hoje no Brasil. Nestes termos, quando a burguesia começa a romper com o Governo ou mais amplamente com o tipo de Estado que esse Governo dirige, nesse momento é de se prever que amplos setores da tecnoburocracia também o façam. A influência da ideologia hegemônica será decisiva nesse instante.

Há muitos mitos sobre os militares no Brasil. Eles não são nem tão unidos, nem tão todo-poderosos, nem tão autoritários como muitos imaginam. E em hipótese alguma são culturalmente limitados e

incompetentes como é comum ouvir-se nas conversas informais. Os militares brasileiros constituem um corpo de oficiais extremamente bem preparados. Fazem um curso superior de muito bom nível e em seguida passam por um processo de treinamento continuado durante toda a carreira. Nesse treinamento aprendem não apenas o manejo das armas e as estratégias da guerra, mas estudam a economia e a sociedade brasileira sempre com claro sentido operacional. Não foi por acaso que a Escola Superior de Guerra transformou-se no principal aparelho ideológico do Estado brasileiro. Não foi também por acaso que, quando da crise do populismo, em 1964, só os militares estavam em condições de assumir o poder no Brasil.

Os militares brasileiros possuem um profundo sentido de missão, almejam construir um país poderoso, independente e democrático, abominam o comunismo, são disciplinados e unidos em torno de seus ideais maiores. Refletem, entretanto, as contradições e incertezas da sociedade em que vivem. O autoritarismo tecnoburocrático os fascina, mas a democracia é um valor permanente para eles. Seu poder é o poder das armas, da organização e da

disciplina, mas é também o poder de representar a Sociedade Civil. Quando o Governo do qual eles fazem parte deixa de representar essa Sociedade Civil e perde legitimidade, os militares também não têm mais condição de manter esse poder. Não podem fazê-lo em seu próprio nome, porque nem eles nem a tecnoburocracia estatal em seu todo são suficientemente fortes para isso. Não têm mais razão para fazê-lo em nome da burguesia, porque esta deixou de desejá-lo. Em 1964 os militares puderam, de forma unida, assumir o poder em nome da Sociedade Civil. Surgiram então como os salvadores da democracia brasileira. Hoje, depois de tantos anos de arbítrio, em que o Governo autoritário procura sistematicamente comprometer as forças armadas brasileiras com o partido oficial, os militares sentem-se ameaçados de ser vistos como seus algozes. É óbvio, portanto, que agora se sintam perplexos e confusos, senão indignados. E à medida que isto ocorre, a crise do modelo autoritário implantado no Brasil em dezembro de 1968 se aprofunda.

(Folha de S.Paulo, 7 de maio de 1978.)

CAPÍTULO XX

Os Trabalhadores e a Crise Política

Depois de dez anos de silêncio os trabalhadores voltam a se manifestar politicamente e a reivindicar melhores salários no Brasil. Este processo teve início no segundo semestre de 1977, quando a denúncia da manipulação dos índices de preços de 1973 levou os sindicatos a reivindicar a respectiva reposição salarial. E depois disso as manifestações dos trabalhadores, ainda que sempre muito moderadas e prudentes, foram-se sucedendo. Líderes sindicais até há pouco desconhecidos despontaram no cenário nacional. Por ocasião das comemorações do primeiro de maio as declarações e atitudes desses líderes revelavam uma independência e uma consciência políticas novas, a desmentir a crença generalizada de que o sindicalismo foi totalmente emasculado pela cooptação e pela repressão estatal. Finalmente, na

segunda semana de maio de 1978, os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo realizam a primeira greve significativa depois da greve de Osasco em 1968.

Este renascimento do movimento sindical brasileiro, entretanto, não se deve a um rebaixamento recente nos níveis de salários reais dos trabalhadores nem ao agravamento de suas condições de trabalho. É certo que os salários dos trabalhadores vinham sendo sistematicamente rebaixados desde fins dos anos cinquenta no Brasil, enquanto cresciam os ordenados dos tecnoburocratas e, ultrapassada a crise de 1962-1967, também passava a crescer a taxa de lucro dos capitalistas. Mas, a partir da derrota do Governo nas eleições de novembro de 1974, há uma inflexão na política salarial governamental. A taxa de salários cresce em 1975, em função do novo salário mínimo e dos correspondentes índices de dissídio coletivo, cerca de 10% acima da taxa de inflação nesse ano. E nos anos seguintes os salários se estabilizam, não ganhando, mas também não perdendo com a inflação. Houve, portanto, uma elevação dos salários médios reais que foi significativa ao ponto de levar o DIEESE, órgão de estudos econômicos patrocinado pelos

sindicatos de São Paulo, a atribuir a baixa da taxa de mortalidade infantil ocorrida em 1976 e 1977 a esse aumento dos salários, que permitiu às famílias trabalhadoras alimentar-se um pouco melhor.

Isto não quer dizer que tenha havido uma significativa desconcentração de renda no País, cuja economia continua marcada por desigualdades econômicas radicais. Mas o recente aumento da taxa de salários, ainda que modesto, torna claro que a recente movimentação dos trabalhadores não pode ser atribuída a um rebaixamento de salários. É óbvio que os baixos salários e a grande concentração de renda constituirão a base de suas reivindicações, mas é preciso ir buscar uma outra causa, um fato novo para o recrudescimento das mesmas.

Na verdade este fenômeno só ganha sentido no contexto da crise política mais ampla que vem marcando a sociedade brasileira desde 1975. Na medida em que através dessa crise se processa a ruptura de uma aliança de classes entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, na medida em que a burguesia pleiteia o fim do regime autoritário vigente, o modelo político tecnoburocrático-

capitalista é profundamente abalado, o sistema de poder perde legitimidade e os trabalhadores encontram o ambiente próprio para não apenas reivindicar salários, mas também aumentar sua participação política. A crise ao nível das classes dominantes abre espaço para os trabalhadores ampliarem sua faixa de participação política.

Esta atuação, por sua vez, não tem nada de revolucionária ou de subversiva. Os trabalhadores urbanos brasileiros já foram suficientemente integrados na sociedade capitalista para dela fazer parte constitutiva. Apesar dos muitos anos de rebaixamento salarial, esta integração continuou a se processar seja através da absorção de um contingente cada vez maior de trabalhadores nas atividades urbanas, seja através de promoções ao nível interno das empresas e de outras oportunidades de mobilidade social que o dinamismo do crescimento econômico permitia, ainda que de forma limitada.

Como nos países capitalistas centrais, também no Brasil, onde o capital industrial ou mais genericamente produtivo já se tornou dominante, os trabalhadores assalariados e sindicalizados

constituem uma parte integrante do sistema social. Não obstante, o mito que transforma os trabalhadores e sindicatos em revolucionários, em fonte permanente de subversão, continua a existir. É alimentado por um certo tipo de esquerda radical ou ortodoxa para a qual a revolução é sempre iminente. E paradoxalmente também é alimentado pela direita, que pretende legitimar vários graus de autoritarismo e até o próprio fascismo a partir da pretendida ameaça representada pelos trabalhadores e seus sindicatos.

Se a revolução proletária é improvável, só podendo ganhar substância em momentos de crise muito profunda de um dado sistema capitalista, a luta de classes é um fenômeno permanente. A organização sindical é uma das formas por excelência através da qual a luta de classes se institucionaliza dentro do sistema capitalista. E a greve é o método institucionalizado através do qual os trabalhadores exercem a luta de classes. Nestes termos, quando os trabalhadores passam a reivindicar mais energicamente elevação de salários e recorrem à greve, como voltou a ocorrer no Brasil, estes serão encarados como fenômenos normais pela burguesia

se ela estiver muito contaminada pelo mito revolucionário existente sobre o movimento sindical.

No Brasil, no fim dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta, esse mito ganhou uma aparente substância na medida em que o desenvolvimento do movimento sindical coincidia com o colapso do Estado populista. A crise política derivada do vazio de poder que a ruptura do pacto populista propiciava era assim agravada pela crescente autonomização do movimento sindical. Já no fim dos anos setenta, ainda que assistamos à ruptura de um pacto político, a situação é completamente diversa. Os trabalhadores não fazem parte da aliança de classes em crise. A burguesia não se sente ameaçada. Está unida e pleiteia uma ampliação de seu poder político, através do fim da tutela tecnoburocrática estatal e do restabelecimento dos mecanismos democráticos de governo. E nesse projeto de hegemonia política a burguesia conta com o apoio de parcelas ponderáveis da sociedade, na medida em que o projeto democrático atende aos objetivos da grande maioria da população.

Os trabalhadores, por sua vez, não têm qualquer projeto de hegemonia política, nem estão sendo estimulados a isto pela esquerda. Dentro desse quadro, é perfeitamente compreensível, de um lado, que os trabalhadores levem avante seu movimento reivindicatório de maneira extremamente disciplinada e pacífica. E, de outro lado, que a burguesia encare o movimento com muita tranqüilidade, na medida em que obviamente ele não implica em nenhuma ameaça para o capitalismo brasileiro. Sem dúvida a burguesia e em particular as empresas diretamente atingidas tenderão a negar as reivindicações e a contra-atacar, recusando legalidade e legitimidade à greve. Estas são as respostas naturais em um quadro de luta de classes.

Mas as lutas de classes são muito mais complexas do que esta simples oposição entre trabalhadores e burguesia. A tecnoburocracia estatal, geralmente aliada da burguesia, foi agora e momentaneamente colocada na condição de adversária, na medida em que a burguesia busca aumentar seu poder em detrimento do poder tecnoburocrático. Neste quadro a burguesia tenderá a procurar o apoio dos trabalhadores. A frente única em torno da idéia de

democracia é obviamente o primeiro passo. Em seguida a burguesia deverá propor, provavelmente em termos renovados, um tipo de pacto populista. Caso venha a ser bem sucedida no projeto de um novo pacto social não apenas aumentará seu poder político, mas também neutralizará por algum tempo a luta de classes. Porque se a burguesia está disposta a aceitar essa luta, desde que institucionalizada, ela também estará sempre pronta a contorná-la ou cooptá-la, desde que seja possível.

Para os trabalhadores a aceitação de um novo pacto populista é pouco provável. As experiências anteriores encarregaram-se de denunciar esse tipo de estratégia. Já a frente ampla em torno da democracia parece algo inteiramente consentâneo com os interesses dos trabalhadores.

É comum ouvirmos que para os trabalhadores não importa democracia, o que importaria seriam melhores salários. Ora, esta afirmação, ainda que tenha uma base na realidade, é fundamentalmente incorreta. Realmente a democracia é originalmente um pleito mais burguês do que proletário. Mas os trabalhadores sabem de longa data que os regimes

autoritários tendem a rebaixar seus salários e sua participação política muito mais do que os regimes democráticos. Os regimes autoritários em geral são montados nos momentos de crise para reprimir os trabalhadores. Alternativamente podem procurar se apoiar nos trabalhadores para reprimir antigas classes dominantes de formações pré-capitalistas, como aconteceu em certas revoluções nacionais; ou então para reprimir a burguesia, como aconteceu nas revoluções comunistas. Mas, nestes dois últimos casos, em que se procura cooptar os trabalhadores para o novo regime autoritário, o poder acaba em um caso nas mãos da burguesia, no outro nas mãos da tecnoburocracia estatal comunista. Em ambos os casos os trabalhadores são rapidamente alijados do poder. Por outro lado, na medida em que os trabalhadores brasileiros vêm seus sindicatos sob constante intervenção de um Estado tutelar e opressivo, eles vão-se dando conta de que a possibilidade de repressão desse Estado depende diretamente do grau de seu autoritarismo.

Para os trabalhadores, portanto, a participação em uma frente ampla democrática parece a redução óbvia. É o que está acontecendo hoje no Brasil, no

bojo da presente crise política. Desde as eleições de novembro de 1974 os trabalhadores definiram com clareza não só sua repulsa ao processo de concentração de renda então em marcha, mas também ao regime autoritário vigente. A democracia pode ser originalmente burguesa, mas há muito deixou de ser exclusivamente um projeto da burguesia. A democracia também pode ser um instrumento dos trabalhadores desde que seu conceito vá sendo constantemente ampliado através da luta de classes institucionalizada pelos mecanismos democráticos. Através da democracia será possível chegar ao socialismo. Porque se os trabalhadores não são, por natureza, uma classe revolucionária, não há dúvida de que a construção do socialismo democrático só poderá ser baseada na sua vontade e na sua participação política.

(Folha de S.Paulo, 10 de junho de 1978.)

CAPÍTULO XXI

O Projeto Político da Burguesia

O significado real da crise política desencadeada no Brasil a partir de 1977 poderá ser mais bem compreendida a partir da seguinte interpretação: através desta crise a burguesia brasileira procura firmar sua hegemonia política sobre o país, hegemonia esta jamais plenamente alcançada anteriormente. Ou em outras palavras: o colapso da aliança política tecnoburocrático-capitalista vigente desde 1964 é um capítulo do projeto de dominação política do capital industrial ou produtivo, que afinal se sente com forças suficientes para alcançar esse objetivo por conta própria ou, pelo menos, com um maior grau de autonomia em relação a seus aliados do que aquele que dispõe atualmente. Para se tornar não apenas a classe economicamente dominante, mas também politicamente hegemônica, a burguesia

adota a mesma estratégia da burguesia dos países capitalistas centrais: propõe e exige o estabelecimento do sistema democrático de governo. Ainda que a democratização do país seja um projeto que reúne todos os setores da sociedade civil brasileira - trabalhadores, camadas médias tecnoburocráticas, estudantes, Igreja e a própria burguesia -, o fator decisivo que dá base política à luta pela democratização é a tomada de posição da burguesia. A democracia burguesa não é apenas um produto histórico da dominação do capital industrial; ela é também uma estratégia de poder da burguesia industrial, que só através do mecanismo democrático consegue afirmar sua hegemonia. A crise do sistema militar autoritário, que teve início em 1974 e ganhou plena configuração em 1977, é a manifestação desta estratégia burguesa de afirmação política autônoma.

Se houver ainda alguma dúvida sobre o projeto democratizante da burguesia brasileira no presente momento histórico basta citar dois fatos recentes: o manifesto de apoio ao regime autoritário assinado por alguns dirigentes de entidades patronais e o Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, em Curitiba. Aquele manifesto que circulava secreta

mente, quando publicado recebeu um impressionante volume de manifestações de repulsa e de desmenti dos por parte dos empresários brasileiros. Esta reação espontânea revelou-se muito mais significativa do que o malogrado manifesto articulado evidentemente por elementos ligados ao Governo. Na reunião da OAB, por sua vez, os juristas, que são em todos os países do mundo os representantes mais legítimos da ideologia burguesa, fizeram uma profissão de fé democrática definitiva. Os valores liberais, que a burguesia introduziu na história da humanidade, sob muitos aspectos deixam de ser valores meramente burgueses para se transformar em valores universais. Os juristas brasileiros traduziram bem essa idéia em seu congresso de Curitiba. A redemocratização é um projeto de toda a Sociedade Civil, mas é antes de mais nada um projeto da burguesia.

Historicamente, quando a burguesia recorre ao autoritarismo para exercer seu poder sobre a sociedade, é obrigada a solicitar o apoio e dividir o poder ou com uma aristocracia militar de origens pré-capitalistas ou com uma tecnoburocracia militar moderna. Em ambos os casos vê seu poder reduzido

e fica sujeita ao arbítrio de aliados nem sempre confiáveis. Em contrapartida, quando adota o sistema democrático, tem, via de regra, condições de exercer com muito maior autonomia o poder, desde que tenha assegurada uma razoável hegemonia ideológica. Ora, a dominação econômica geralmente garante a hegemonia ideológica, de forma que, em condições normais, a opção de poder burguesa é uma opção democrática. Na segunda metade dos anos setenta esta, é claramente a opção da burguesia brasileira.

Quando falamos em burguesia é preciso ficar claro que estamos referindo-nos a todos os proprietários de meios de produção que empregam trabalhadores assalariados e obtêm lucros. Não são apenas a alta burguesia e os representantes dessa alta burguesia ocupando cargos nos sindicatos e associações patronais, mas incluem toda uma enorme massa de pequenos médios burgueses, operando na indústria, na agricultura, no comércio, nos serviços, em milhares e milhares de pequenas e médias empresas e estabelecimentos agrícolas. Foi essa burguesia que, desde fins do século passado e principalmente desde 1930, vem crescendo em número e importância no

Brasil. Não há dúvida de que a tecnoburocracia também cresceu enormemente no seio das grandes organizações burocráticas privadas e principalmente estatais. Mas provavelmente mais significativo foi o crescimento da média e alta burguesia, que neste período fundou e desenvolveu empresas, empregou trabalhadores, realizou mais-valia absoluta e relativa, acumulou capital e incorporou progresso técnico no processo produtivo de forma sistemática e estritamente capitalista.

É esta ampla classe burguesa, que no Brasil é provavelmente constituída de alguns milhões de pessoas, que no momento postula o poder político através da demanda de redemocratização. O sistema democrático, através da institucionalização das formas de acesso ao poder, é a única forma através da qual essa enorme classe dominante pode dividir o poder entre os seus membros, os seus grupos e subgrupos. As formas autoritárias eram viáveis quando a classe dominante era numericamente reduzida, como acontecia nas formações sociais pré-capitalistas e mesmo nas mercantis. No momento, porém, em que a burguesia propriamente capitalista torna-se economicamente dominante, o mecanismo

democrático de alternância no poder de frações mais conservadoras ou mais liberais da própria burguesia torna-se o único sistema aceitável pela classe dominante como um todo. Mais tarde, quando os trabalhadores já começam a ganhar autonomia política, a alternância pode incluir partidos de esquerda desde que democráticos, sem que a burguesia se sinta ameaçada ao ponto de novamente recorrer ao autoritarismo.

Esta burguesia emergente, numerosa e economicamente poderosa, proprietária do capital "produtivo" ou do capital "industrial" acumulado no Brasil nos últimos cinquenta anos; não detém um poder político compatível com seu poder econômico. Na verdade, jamais o deteve. Até 1930, desde o período colonial, os poderes, econômico e político estiveram solidamente concentrados em uma burguesia "mercantil" ou "especulativa" que, apesar de muitos pontos de contato, não deve em absoluto ser confundida com a burguesia propriamente dita, detentora do capital produtivo, gerador de mais-valia, que denominamos simplesmente de burguesia. A burguesia mercantil, também chamada de oligarquia agrário-mercantil, dominou o Brasil até

1930 tendo como bases: um regime político autoritário, oligárquico; uma aliança política com o imperialismo comercial; uma estrutura econômica caracterizada pelo latifúndio mercantil-exportador, pelo trabalho escravo e por um amplo setor pré-capitalista de economia de subsistência; um sistema de extração da mais-valia e de acumulação muito semelhante ao da acumulação primitiva de capital, em que a violência, o domínio político, ou seja, os mecanismos alheios ao mercado capitalista garantem a realização da mais-valia.

A Revolução de 1930 marca o início da decadência dessa burguesia mercantil e o surgimento da burguesia capitalista. Mas esta é ainda economicamente muito fraca para exercer o poder político autonomamente. Sob a liderança de Getúlio Vargas forma-se o pacto populista, do qual participarão a burguesia capitalista, setores da burguesia mercantil decadente excluído o setor cafeeiro, camadas médias urbanas formadas inclusive por uma incipiente tecnoburocracia e os trabalhadores urbanos. Com o colapso desse pacto político, no início dos anos sessenta, a burguesia promove a Revolução de 1964. Mas ainda neste

momento não tem condições de exercer o poder com autonomia e recorre ao apoio da agora já significativa tecnoburocracia estatal e particularmente da tecnoburocracia militar.

A Revolução de 1964 é um golpe de estado burguês por excelência, originado do medo da burguesia ante a ameaça de desordem econômica e subversão política que o colapso do pacto populista propiciava. Já o Ato 5 de 1968 é um golpe de estado tecnoburocrático-militar, dado em nome de 1964; em nome da burguesia portanto, mas que na verdade reduzirá de forma decisiva o poder da própria burguesia. Este golpe de estado, entretanto, será acompanhado por um período de "milagre" econômico beneficiando a burguesia e a tecnoburocracia, propiciando uma enorme aceleração da acumulação de capital, de forma que a burguesia aceita a tutela política tecnoburocrática de bom grado. Com o fim do milagre, entretanto, a burguesia deixa de ver quaisquer razões para a tutela. De um lado perdeu o medo da subversão e perdeu a confiança na superioridade técnica do desenvolvimentismo ou do racionalismo tecnoburocrático estatal. De outro lado sente-se muito forte economicamente para aceitar

que um grupo de tecnoburocratas no poder distribua favores para apenas alguns poucos grupos dentro da própria burguesia. Chegou, portanto, o momento de romper o pacto político tecnoburocrático-capitalista estabelecido em 1964. A campanha contra a estatização iniciada em 1975 é o primeiro sinal desta ruptura. E já em 1977 a ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia, ainda que não se tivesse consumado, já se configurava de forma indiscutível. O último ano só tem acelerado esse processo.

(Folha de S.Paulo, 21 de maio de 1978.)

CAPÍTULO XXII

Autoritarismo ou liberalismo da Burguesia

Durante muito tempo discutiu-se se a burguesia era nacional ou colonial, progressista ou conservadora. Hoje discute-se se a burguesia é intrinsecamente autoritária, como os últimos 14 anos de autoritarismo sugerem, ou então se é liberal, como a atual inclinação da burguesia em direção à democracia deixa entrever. Na verdade, estas alternativas são antes de mais nada equivocadas. O importante é compreender que estamos diante de uma verdadeira burguesia capitalista e não mais de uma mera burguesia mercantil. Aceito o fato de que no Brasil o capital produtivo, industrial e financeiro, alcançou caráter dominante, as decorrências políticas são imediatas. Para a burguesia o que interessa é acumular capital é realizar mais-valia no mercado, através do emprego de trabalho assalariado e da

incorporação de progresso técnico. Nesse processo ela não é necessariamente nem nacional nem progressista. Na medida em que ela vê facilitado seu processo de acumulação de capital associando-se sob diversas formas com as empresas multinacionais manufatureiras, ela é apenas uma burguesia local. Na medida em que reduzir salários aumenta sua taxa de mais-valia em termos absolutos, socialmente ela é conservadora.

Em certos momentos, entretanto, poderá ser nacionalista; especialmente quando se tratar de impedir a importação de bens similares; e quando, em seu relacionamento com a classe trabalhadora, pretender obter seu apoio político ou então perceber que o processo de concentração de renda e a taxa de acumulação já chegaram a um nível tal que o crescimento do mercado para seus produtos está ameaçado, nesse momento estará disposta a aceitar uma certa elevação da taxa de salários. Como tendência, entretanto, a burguesia não é nem nacionalista nem progressista, já que esses dois posicionamentos ideológicos não tendem a facilitar seu processo de acumulação de capital e contribuem

para o exercício de seu poder político da forma apenas marginal.

Já em relação ao problema do autoritarismo confrontado com o do liberalismo político, parto da hipótese de que a burguesia em princípio não necessita de um Estado politicamente forte, autoritário, para acumular capital. É certo que necessita de um Estado economicamente forte.

Na medida em que amplos setores da economia já estão oligopolizados, sem dúvida a burguesia necessita de um Estado capaz de intervir no sistema econômico, de um Estado regulador, que administre a demanda agregada, que controle o nível de preços, que mantenha o equilíbrio da taxa de câmbio, que realize despesas e investimentos nos setores menos rentáveis de economia, que garanta a realização de poupança e o financiamento a longo prazo dos investimentos capitalistas, que garanta, em suma, a estabilidade da taxa de lucro e o aumento do volume de acumulação.

Já um Estado autoritário não é necessário para a acumulação do capital produtivo ou industrial. A

única violência essencial para a realização da mais-valia no mercado capitalista é a de se considerar a força de trabalho como uma mercadoria. Ora, para isso não é necessário um Estado autoritário, basta um Estado capitalista democrático dotado de aparelhos ideológicos e repressivos adequados. A partir do momento em que a força de trabalho foi reduzida à condição de mercadoria e que é possível pagar-lhe o seu respectivo valor - o custo da reprodução da mão-de-obra - em termos de salário, nesse momento a burguesia tem plenas condições de realizar lucros e acumular capital independentemente de um regime autoritário. Em certos momentos, como a partir de 1964, um Estado autoritário certamente auxiliará a burguesia a promover a redução absoluta dos salários e aumentar a taxa de lucro.

Mas vale lembrar que este foi um subproduto da Revolução de 1964, cuja motivação real foi a de evitar a ameaça de subversão do regime sentida pela burguesia. A redução dos salários reais já vinha ocorrendo no Brasil desde fins dos anos cinquenta, nas quadras de um regime democrático. Se o capitalismo competitivo ou o capitalismo monopolista necessitassem de um regime autoritário

para acumular capital, as democracias dos países capitalistas centrais seriam inexplicáveis. E certo que são democracias limitadas, na medida em que são democracias burguesas, em que a igualdade política é limitada pela desigualdade econômica, mas não podem ser confundidas com os regimes autoritários, do tipo ainda hoje existente no Brasil.

Por outro lado, em relação aos salários é preciso lembrar que a manutenção da taxa de lucros, essencial para a classe capitalista, é perfeitamente compatível com a elevação dos salários reais ao mesmo ritmo do crescimento da produtividade. É fácil demonstrar que, suposto um desenvolvimento tecnológico neutro, ou seja, que não implique alteração na produtividade do capital, não o barateando nem o encarecendo, a taxa média de salários poderá crescer ao mesmo ritmo do aumento da produtividade do trabalho sem que se modifique a distribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores, nem se reduza a taxa de lucro.

Não há nenhuma razão para se admitir que o caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo brasileiro o torne incompatível com o sistema

democrático. O aval que o Governo de Carter vem dando à campanha pela redemocratização é significativo a esse respeito. Revela pelo menos o desinteresse da potência hegemônica do sistema capitalista na manutenção de um regime autoritário no Brasil. Aquela incompatibilidade existia quando o capital mercantil era ainda dominante, quando um sistema de acumulação primitiva, baseado na violência e na especulação, estava na base da oligarquia agrário-mercantil. Hoje essa incompatibilidade ainda pode existir nos restos de capitalismo mercantil existentes no Brasil, particularmente na área rural das zonas mais atrasadas, como o Nordeste, e na zona de fronteira. De um representante desse tipo de formação social mercantil ouvi uma afirmação significativa a respeito: "Em São Paulo é possível haver democracia, mas em Goiás é com o chicote que é preciso tratar os trabalhadores". Na verdade, não é apenas em São Paulo, mas em amplos setores da economia brasileira que o capitalismo já se tornou dominante. São Paulo é apenas um símbolo do capitalismo dominante da mesma forma que Goiás é o símbolo da fronteira.

Existe uma argumentação de certos setores radicais segundo a qual para o Brasil só existem duas alternativas: socialismo ou fascismo. Em outras palavras o que se pretende afirmar é que o capitalismo no Brasil será sempre e necessariamente autoritário senão totalitário. A razão seria o imperialismo. A necessidade de transferir excedente para o exterior e ainda reservar uma parcela do mesmo no país para a burguesia local exigiria a superexploração dos trabalhadores, a qual só poderia ser realizada pela força, através de um sistema político autoritário. Utilizando-se, portanto, de um raciocínio linear, que parte de um fato real, a dependência, constrói-se uma teoria política radical, que reduz a dominação burguesa ao fascismo. Ora, este tipo de análise é equivocado na medida em que parte de uma avaliação errônea da forma através da qual operam as empresas multinacionais. Ao contrário do que ocorria no imperialismo via comércio internacional do modelo primário-exportador, as empresas multinacionais manufatureiras transferem excedente para o exterior a partir da obtenção de lucros não-especulativos. Esses lucros derivam da acumulação de capital produto e da incorporação sistemática de progresso

técnico que permitem a apropriação da mais-valia da mesma maneira que qualquer empresa capitalista local. Nestes termos, o fato de essas empresas multinacionais transferirem uma parte dos seus lucros para o exterior não implica em necessidade de superexploração dos trabalhadores, já que ao mesmo tempo a produtividade está aumentando. A única consequência diretamente econômica reside no fato de que, devido às remessas, e ignoradas as demais variáveis, inclusive as novas entradas de capitais, a acumulação real é menor do que a potencial. Mas isto teria como efeito reduzir a taxa de crescimento, nada tendo a ver com a necessidade de superexploração e de autoritarismo.

A democracia é, portanto perfeitamente compatível com o processo de acumulação do capital produtivo, industrial ou financeiro, comercial ou agrícola. Ela é incompatível com a acumulação do capital mercantil ou especulativo, que se realiza autoritariamente através do processo de acumulação primitiva. Por outro lado, o autoritarismo é contraditório com a dominação política burguesa, na medida em que, ao recorrer a ele, a burguesia é obrigada a dividir seu

poder com uma tecnoburocracia estatal como vem acontecendo no Brasil.

Não obstante, é comum ouvirmos a pergunta economicista: que vantagens econômicas adicionais precisa o Governo tecnoburocrático militar oferecer à burguesia para recuperar seu apoio? Ora, o Governo não tem mais nada a oferecer nesse campo. Já ofereceu tudo. Já fez todas as concessões possíveis. É certo que no momento não está tentando reduzir os salários, mas esta política hoje não é nem politicamente viável para o Governo, nem a burguesia revela interesse por ela. Em outras palavras, é economicismo imaginar que o Governo possa "comprar" a burguesia. No momento, a única coisa que a cúpula tecnoburocrática estatal tem a oferecer à burguesia é o próprio poder político, ou seja, a democracia.

Em seu projeto de dominação política a burguesia brasileira não necessita, portanto, de um estado autoritário. Nada a impedirá de voltar a recorrer a ele no momento em que se sentir novamente ameaçada, mas, como tendência geral, seu processo de acumulação de capital é perfeitamente compatível

com um Estado democrático. Por outro lado, só através da restauração da democracia conseguirá a burguesia a hegemonia política que deseja. Só dessa forma conseguirá liberalizar-se da tutela política a que está submetida por seus aliados da tecnoburocracia estatal civil e militar.

Mas não correrá a burguesia o risco de em vez de aumentar seu poder vê-lo diminuído com o rompimento do pacto tecnoburocrático-capitalista? Esta é uma hipótese pouco provável. O rompimento da aliança entre a burguesia e a tecnoburocracia não significará que esta seja totalmente alijada do poder. Significará apenas que para ela será restabelecido o papel de sócio menor, de sócio subordinado no sistema de poder vigente. Por outro lado, a burguesia deverá propor um novo pacto populista aos trabalhadores. Para isso poderá inclusive tentar voltar a teses nacionalistas moderadas. E certamente estará disposta a fazer algumas concessões salariais. Há indicações crescentes dessa vontade de diálogo da burguesia com os trabalhadores. Declarações de alguns de seus líderes mais significativos deixam clara essa intenção. A identidade de interesses entre

os empresários e os trabalhadores será uma tese certamente a ser retomada pela burguesia.

Outro problema é saber se os trabalhadores estarão dispostos a aceitar semelhante proposta. A esquerda certamente não a aceitará. Preferirá uma política ideológica a uma política populista. E é de se esperar que as lideranças mais avançadas do sindicalismo, hoje em pleno processo de renascimento, sigam a mesma tendência. Mas na medida em que a proposta populista não seja aceitável, a burguesia também está disposta a participar de uma política ideológica, definida a partir da formação de partidos de esquerda, centro-direita e direita. Está disposta a isto porque percebe que nesse caso também seus riscos são pequenos. As experiências dos países europeus, inclusive a experiência recente de Portugal, são esclarecedoras. Mesmo a social-democracia não é de se temer. A burguesia domina os principais aparelhos ideológicos da sociedade. Domina a universidade, a imprensa, os meios de comunicação de massa, a cúpula dos partidos políticos. Quando não os domina integralmente, domina-os em associação com a tecnoburocracia, jamais com os trabalhadores. Nesses termos, a burguesia detém a

hegemonia ideológica da sociedade brasileira. E esta hegemonia ideológica, ainda que jamais exercida com coerência e determinação, é uma garantia da dominação burguesa a partir da redemocratização.

(Folha de S. Paulo, 2 de agosto de 1978.)

CAPÍTULO XXIII

O Sentido de Duas Candidaturas

Ao aproximar-se a data das eleições indiretas para a presidência da república chegamos a um desses momentos decisivos na história de uma nação. A burguesia, que nos dois últimos anos se lançou em um projeto político de hegemonia através da democratização, tem agora, na candidatura do General Euler, a oportunidade de concretizá-lo. As contradições da própria burguesia, entretanto, somadas às contradições implícitas na candidatura de oposição, põem em risco o êxito desse projeto. A burguesia, que assumiu o projeto de redemocratização contra a tecnoburocracia estatal, sente-se perplexa, seja porque agora um militar se apresenta para assumir a sua liderança política e representá-la no poder, seja porque a perspectiva de poder político real a amedronta. Embora a

candidatura Euler constitua-se na forma mais legítima e segura de encaminhar a solução da crise política brasileira, a burguesia hesita.

A candidatura do General Euler à presidência da república, pelo MDB, só pode ser compreendida no contexto da crise do Estado autoritário, tecnoburocrático-capitalista, instalado no Brasil em 1964 e 1968. Ao contrário da anticandidatura de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, há 5 anos atrás, cujo objetivo era simplesmente registrar um protesto contra o regime ditatorial existente, a candidatura de Euler e Brossard é a manifestação concreta do colapso de um modelo político.

O objetivo imediato é a conquista da presidência da república e em seguida a redemocratização plena do país. Este objetivo é em princípio plenamente viável, dada a profunda crise de legitimidade em que se debate o poder estabelecido. Mas a vitória no colégio eleitoral, ainda incerta já que as cartas estão marcadas, não é condição essencial para a culminação da ruptura do modelo político tecnoburocrático-capitalista. As concessões contínuas que o regime militar vem fazendo, as reformas afinal

propostas que visam manter a nação sob uma ditadura moderada, a suspensão da censura à imprensa, o aumento do poder de reivindicar dos operários e dos trabalhadores intelectuais (professores, médicos) deixam claro que é impossível voltar ao autoritarismo fechado vigente há um ou dois anos. O comportamento do candidato oficial, fazendo promessas a torto e a direito, no mais clássico estilo populista, ridículo e inexplicável a partir dos fundamentos do regime autoritário estabelecido, torna-se inteligível a partir da constatação do colapso desse regime.

Mas é claro que a ruptura de um modelo político e o subsequente rearranjo dos grupos e classes em torno do novo esquema de poder pode concretizar-se em diversos graus. A confirmação do General Figueiredo como presidente obviamente reduzirá consideravelmente as dimensões da reorganização das forças políticas. A alta tecnoburocracia estatal e os grupos da alta burguesia, ainda solidários com o poder vigente, mantendo-se no poder obterão a adesão de setores indecisos da burguesia e da tecnoburocracia, e o autoritarismo vigente terá um novo alento. Novo alento também terá o modelo de

subdesenvolvimento industrializado, concentrador de renda, dependente, apoiado no subsídio estatal e no favorecimento dos grupos mais próximos ao poder.

Sem dúvida uma retomada desse tipo terá fôlego curto. Os trabalhadores, eternos excluídos, continuarão a protestar de forma crescente. Os setores da média burguesia e tecnoburocracia, eventualmente realinhados com o poder vigente em função dessa sua possível confirmação ao nível federal e também dos Estados, logo perceberão que não há lugar para a grande maioria deles em tal regime econômico e político. A oposição, por sua vez, que através do MDB deverá ser vitoriosa nas urnas, continuará ativa. E será integrada não apenas pelo MDB, mas também pelos sindicatos autênticos, pelas associações de bairro, pelas comunidades eclesiais de base, pelo movimento estudantil, pelos intelectuais e militares insatisfeitos, pelos movimentos populares em geral. Em conseqüência, viveremos em crise política ainda por um longo tempo - eventualmente pelos seis longos anos com os quais a Sociedade Civil brasileira está ameaçada na eventualidade da vitória do General Figueiredo.

Já a vitória do General Euler tenderá a encaminhar de maneira muito mais tranqüila e legítima a solução da crise política brasileira. Os princípios em que sua candidatura estão apoiados são simples e claros: revogação de todos os atos de exceção; transformação do Congresso eleito em constituinte, excluídos os biônicos; mandato provisório de três anos para o presidente; eleições diretas imediatas para os governadores dos Estados; anistia; pluripartidarismo; autonomia do sindicato em relação ao Estado; revisão do modelo econômico em favor de uma distribuição de renda mais justa e de uma maior independência em relação ao capital estrangeiro. Estas são aspirações tão gerais e de tal forma comuns à sociedade brasileira que permitem a formação de uma frente ampla democrática.

Será essa frente ampla democrática constituída pelos trabalhadores, pela média burguesia e pela tecnoburocracia civil e militar, privada e estatal, que permitirá a vitória da chapa Euler-Brossard e a restauração imediata da democracia no país. E preciso assinalar, entretanto, que esta frente ampla não é um mero projeto. Ela já está em grande parte

formada, como resultado da crise política atual, da perda de legitimidade do Governo, e da aspiração democrática que hoje domina a Sociedade Civil brasileira. A partir das eleições de 1974 esta frente começou a se formar. Primeiro em torno do MDB, depois com a adesão de setores da Arena e a formação da Frente de Redemocratização. De um modo geral através da participação de toda a sociedade civil no pleito pela restauração do regime democrático. A candidatura Euler-Brossard é o último e decisivo passo nesse sentido.

Entretanto, a formação dessa frente ampla não está ainda assegurada. Pelo contrário, encontra-se hoje ameaçada exatamente na medida em que a definição dessa candidatura permite ao poder vigente contra-atacar. E o contra-ataque se consubstancia não apenas na promessa das reformas e da redemocratização, mas também na insistente sugestão de que o General Euler seria estatizante.

Com essa insinuação o objetivo do Governo é se recolocar como legítimo representante da burguesia. Sabendo que foi a burguesia que, em sua qualidade de classe dominante, rompeu seu pacto político com

a tecnoburocracia estatal, retirou legitimidade ao regime e deflagrou a crise política, o Governo procura agora inverter os dados do problema e se restabelecer como mandatário da classe capitalista no Brasil.

Ainda que amplamente desmentida pelo General Euler e pelos fatos, esta acusação encontra um certo eco na medida em que traduz as contradições em que a própria candidatura de oposição se vê envolvida. Embora a crise tenha sido deflagrada pela burguesia, que assim rompia com a tecnoburocracia estatal, o General Euler é um militar, portanto também um representante dessa tecnoburocracia. Por outro lado, o apoio mais decidido obtido pelo General Euler inicialmente foi dos autênticos do MDB, que representam uma posição de esquerda, ainda que muito moderada.

Estas duas contradições, se não forem devidamente resolvidas, poderão impedir a formação da frente ampla democrática. É claro que a tecnoburocracia está longe de ser monolítica. Por isso mesmo temos dois representantes dela como candidatos à presidência da república. Mas qual deles terá

condições de melhor representar os interesses da burguesia, da classe dominante? Seria melhor perguntar quem terá possibilidade de melhor representar os interesses dos trabalhadores, ou do povo, cujas manifestações em favor da democracia têm sido tão claras. Mas no momento, devido aos limites do poder popular, a resposta a essa pergunta não é decisiva. O que importa é o apoio da burguesia. Ora, não há dúvida de que para a alta burguesia, e mais especificamente para os setores da alta burguesia dependentes e favorecidos pelo Governo, a vitória do candidato oficial é mais conveniente. Mas também pouca dúvida pode restar de que os interesses da grande maioria da burguesia coincidem com o restabelecimento efetivo da democracia no Brasil, e, portanto com a vitória do General Euler.

Entretanto este fato não está claro para a burguesia, de um lado devido ao contra-ataque do Governo, devido à adesão de órgãos da grande imprensa comprometida com o poder, devido aos interesses dos grupos ligados ao regime, e de outro lado devido ao apoio que o General Euler vem tendo dos trabalhadores e da esquerda moderada. Cabe agora ao General Euler responder ao ataque, desfazer mal-

entendidos e acabar de montar a frente ampla democrática que hoje é condição essencial para a real redemocratização do país. Os debates ideológicos, a luta de classes, através dos partidos, dos sindicatos, das associações de classe, deverão ficar para um segundo momento, depois de restaurado o mínimo de democracia que a nação aspira. Agora o que importa é a consolidação da frente ampla pela democracia em torno da candidatura de Euler.

Nesta tarefa cabe um papel importante à própria burguesia. É certo que essa classe não tem lideranças definidas. É certo que a capacidade de atuação política foi sempre limitada, contraditória. Mas é preciso não esquecer que esta é a característica por excelência da dominação política burguesa. Sua hegemonia política e ideológica raramente se exerce de maneira clara e deliberada, muito menos de forma monolítica. Como a dominação econômica da burguesia se exerce através de um mercado anárquico, também a sua dominação política se exerce de forma confusa e aparentemente ineficaz. Nestes termos, apesar da falta de lideranças burguesas claras, não há dúvida que elas existem, seja ao nível dos próprios empresários, seja através

de seus representantes nas dissidências da Arena e em todo o MDB. Estas lideranças devem agora se manifestar em favor de Euler-Brossard. Os membros do Colégio Eleitoral devem sentir que não são apenas os trabalhadores e os estudantes que apóiam Euler e a redemocratização do país, mas que a grande maioria da própria burguesia brasileira também o faz.

O Brasil vive, portanto um momento histórico decisivo. Pela primeira vez a burguesia tem condições de assumir a condição plena de classe dirigente no Brasil. O projeto político da burguesia, baseado na idéia de redemocratização, está em marcha. E a candidatura do General Euler é o caminho natural para a realização desse projeto. A burguesia, entretanto, temerosa, em geral dotada de visão curta, sempre mais preocupada em acumular e consumir do que em comandar politicamente, está hoje ameaçada de perder esta oportunidade histórica. Caso isto ocorra, o preço que terá de pagar não apenas a burguesia, mas toda a sociedade brasileira, em termos de autoritarismo tecnoburocrático e de crise política, será provavelmente muito mais alto do que se pode imaginar.

4ª PARTE

**PERSPECTIVAS E
ALTERNATIVAS**

CAPÍTULO XXIV

Do que ter Medo

Não há muita dúvida sobre a iminência histórica do processo de redemocratização do país. A partir do momento em que, para a grande maioria da burguesia brasileira, a aliança com a tecnoburocracia estatal em torno de uma proposta autoritária de Governo deixou de ser política e economicamente justificada, acelerou-se o processo de perda de legitimidade do sistema vigente. Para a classe empresarial torna-se hoje cada vez mais urgente a restauração de um sistema democrático, em que se institucionalizam os sistemas de acesso ao poder e de tomada de decisão, em que a arbitrariedade e o favoritismo da distribuição de um excedente econômico escasso possam ser criticados e modificados. Não é difícil, portanto, prever que esta classe, que não apenas detém o poder econômico,

mas também a hegemonia ideológica, tenda a se unir às demais forças democráticas do país para reconduzi-lo ao Estado de direito.

Há muitas dúvidas, entretanto, sobre como será o processo de transição para a democracia e, em seguida, como se desenvolverá politicamente o novo regime. Prefiro agora deixar o problema da transição de lado. Há muitas propostas e especulações a respeito; entre as quais, a convocação de uma constituinte parece a única em princípio aceitável, já que não se pode pensar em implantar a democracia por meios ditatoriais.

Há também muitas especulações a respeito de um maior endurecimento do atual sistema, mas qualquer tentativa de radicalização parece hoje claramente fadada ao insucesso. Ultrapassada a fase da transição, porém, a qual, dependendo da habilidade das lideranças políticas e militares, poderá transcorrer sem maiores traumas, cabe perguntar que tipo de modelo político podemos esperar.

A burguesia e amplos setores da tecnoburocracia civil e militar ainda não se lançaram inteiramente no

projeto de redemocratização por não saberem o que substituirá o atual regime. Há ainda um temor difuso e irracional de se mudar para pior. Mas se perguntarmos se o temor é o da tomada do poder por comunistas ou por grupos radicais de esquerda, a resposta será obviamente negativa. E mesmo uma vitória nas eleições de um partido socialista democrático parece pouco provável. Basta examinar os nomes e as tendências ideológicas dos principais líderes do MDB para que as classes dominantes percebam que mesmo esta alternativa é ainda pouco realista para o Brasil. A hegemonia política e ideológica da burguesia é ainda clara. Restabelecida sua aliança em novas bases com a classe tecnoburocrática, a burguesia, que ainda é o elemento dominante de todo o sistema de ensino e de comunicação do país, tem amplas condições de eleger um parlamento dominado pelas posições de centro-direita.

Se não há razão para a burguesia temer a tomada de poder pela esquerda, poderia ainda temer o retorno a um período de conturbação política do tipo ocorrido no Brasil entre 1961 e 1964 ou do ocorrido em Portugal entre 1974 e 1976. Ambas as situações,

entretanto, são muito diversas daquela que se pode antever para o Brasil em um futuro próximo. O Brasil do início dos anos sessenta vivia o momento do colapso de um modelo político: o populismo. Era o momento de um grande vazio de poder, na medida em que não havia mais condições de manter o pacto político formulado por Getúlio Vargas e mantido até o governo de Kubitschek. A burguesia havia resolvido sua principal contradição interna, traduzida no antigo conflito burguesia industrial versus burguesia agroindustrial, e agora fazia frente única contra as aspirações da classe trabalhadora e das forças de esquerda, que então ensaiavam seus primeiros passos autônomos. Estávamos então diante de um modelo político em decomposição e não da montagem de um novo, como será o caso da redemocratização brasileira prevista.

A analogia com Portugal é também inteiramente improcedente. Aquele país saía de 40 anos de ditadura, contra 13 no nosso caso. A revolução portuguesa foi liderada por um grupo de militares de esquerda, sem apoio da burguesia, enquanto aqui se prevê a redemocratização nos quadros da democracia burguesa. A esquerda em Portugal, com

base em uma elite militar de capitães e coronéis e em um Partido Comunista de orientação estalinista, imaginou em um determinado momento que poderia assumir o poder. No Brasil as forças armadas não se encontram dilaceradas por uma guerra colonial inglória, e a esquerda, com exceção de alguns setores radicais, pouco expressivos, tem hoje muito mais maturidade e experiência para não incorrer em erros grosseiros como os cometidos por Vasco Gonçalves ou por Álvaro Cunhal em Portugal. A moderação dos estudantes e a serenidade da liderança do MDB em toda essa crise são uma indicação clara deste fato.

Haveria ainda um temor por parte das classes dominantes: a da volta ao populismo ainda que sem caos. Mas esta é definitivamente uma perspectiva muito pouco provável, não apenas porque a burguesia tem meios de evitá-la, mas também porque nada repugna mais à própria esquerda do que a volta a um esquema populista, em que o debate ideológico seja substituído por um equivocado conceito de nacionalismo desenvolvimentista.

A análise nos leva então à conclusão de que a redemocratização do país poderá nos levar, sem traumas mais profundos, à implantação de um sistema democrático, de base parlamentar, em que as forças políticas se distribuem por faixas ideológicas que deverão cobrir, da esquerda para a direita, um ou dois partidos socialistas, um partido liberal de centro, um partido de centro-direita e um partido de direita. É claro que o centro propriamente não existe, e que mesmo no partido socialista deverá haver setores reformistas muito moderados. Da ala moderada do partido socialista em diante, portanto, passando pelo centro e pelo centro-direita, serão todos partidos burgueses ou, no máximo, burgueses-tecnoburocratas.

Este espectro de forças políticas nascerá inicialmente de um grande pacto político - o pacto político democrático, que hoje está sendo formulado em todos os níveis da sociedade brasileira. Em seguida à redemocratização, esse pacto perderá razão de ser. Em seu lugar surgirão as definições ideológicas. E estas deverão expressar os interesses dos diversos grupos e classes sociais, permitindo a formação de pactos políticos parciais. Os partidos de centro e de

direita disputarão os votos da pequena e média burguesia e do amplo setor da tecnoburocracia. São as chamadas classes ou camadas médias. Poderão ainda contar com os votos de trabalhadores rurais não politizados e de uma parcela dos trabalhadores urbanos. Estes trabalhadores urbanos mais as faixas mais intelectualizadas das camadas médias e uma parte dos trabalhadores rurais constituirão a base eleitoral do partido socialista democrático.

Constituir-se-ão, portanto, pactos políticos, mas esses pactos não terão provavelmente as características dos blocos históricos monolíticos, do tipo formado entre 1964 e 1974 pela burguesia e pela tecnoburocracia no Brasil. Pactos sociais desse tipo são típicos dos regimes autoritários, cuja legitimidade independe de um sistema eleitoral e parlamentar. As classes dominantes só podem dispensar a legitimidade democrática do parlamento e de eleições livres quando estão politicamente unidas de forma muito sólida. Em um sistema democrático, os pactos políticos são menos importantes, inclusive porque as próprias classes dominantes tendem a resolver suas contradições internas e atender aos múltiplos

interesses de seus membros através dos mecanismos institucionais do sistema parlamentar.

Não há dúvida de que o Brasil já alcançou um grau de maturidade política que nos permite uma visão otimista a respeito da reimplantação da democracia no país, agora em nível mais avançado, na medida em que o populismo seja substituído pelo debate ideológico. Isto não significa que estejamos prevendo um mundo idílico, sem conflitos nem dificuldades. Esta é uma perspectiva onipotente e fantasiosa, que só pode ser adotada por personalidades autoritárias que imaginam poder resolver todos os problemas do país e da humanidade com a força de sua mente iluminada. Os problemas de base da economia brasileira - a distribuição de renda injusta, o subdesenvolvimento, a inflação, o endividamento externo - continuam presentes, como continuarão presentes os conflitos de classe e de grupos em torno da solução desses problemas. Ninguém nem nenhum grupo têm a solução pronta para eles. As medidas a ser tomadas exigirão coragem e sacrifícios. Provocarão conflitos e protestos. Mas dispomos de uma instituição capaz de veicular o debate e a solução desses problemas. Esta instituição é a

democracia, que surgiu na história moderna como um instrumento da burguesia, mas que hoje, embora muitas vezes servindo a burguesia, transformou-se na conquista política mais importante da humanidade. É esta instituição suprimida por uma crise política que durou até 1968 e em seguida mantida em recesso por um "milagre" econômico entre 1968 e 1974 que agora toda a nação quer ver restabelecida. Não há porque temê-la. Muito mais amedrontador é um Estado autoritário, fechado em si mesmo, que deriva o poder de si próprio e que procura subordinar e esvaziar a sociedade civil para aumentar o seu próprio poder. Diz o poeta: "É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte". Talvez porque quem vive com medo da morte já não vive mais - entregou-se a uma opressão muito mais mortal.

(Folha de S. Paulo, 5 de julho de 1977.)

CAPÍTULO XXV

Perspectivas para o Socialismo após a Redemocratização

Torna-se hoje cada vez mais importante uma definição, a mais precisa possível, da posição política de cada um e sua inserção nos diversos grupos políticos provavelmente em formação. Inclusive para os socialistas esta se torna uma tarefa prioritária. Se a redemocratização está à vista, é preciso preparar-se para ela.

Em maio deste ano já estava claro que a fissura no modelo político brasileiro baseado na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal se transformava em uma profunda brecha. Esta fissura começa a se definir em fins de 1974 quando à derrota nas eleições nacionais se somam a redução na taxa de crescimento econômico, o recrudescimento da

inflação, a crise do balanço de pagamentos e a nova política salarial decorrente do revés eleitoral. Todos esses fatores levam a uma redução na taxa geral de lucros e ao mesmo tempo tornam cada vez mais claro para a burguesia o caráter arbitrário através do qual a alta tecnoburocracia estatal divide o excedente econômico entre as diversas frações e grupos das classes dominantes.

Seria, entretanto, um economicismo indesculpável pretendermos atribuir a crise política apenas a fatores econômicos e mais especificamente à redução relativa do excedente - definida pela redução na taxa de concentração da renda a partir do momento em que, momentaneamente, se reduzem lucros e aumentam salários. É óbvio que a crise deve ter-se desencadeado por razões de ordem econômica. Mas em seguida, os desacertos políticos do Governo, provenientes de seu autoritarismo e desorientação, e os protestos de faixas cada vez mais simples da população, desde os setores dominados até os dominantes, fazem com que a crise política ganhe autonomia, assuma força própria.

Em outros trabalhos fiz uma análise da ruptura da aliança política entre a burguesia e em seguida já procuro indagar sobre as perspectivas políticas que as mudanças à vista no sentido da redemocratização prenunciam. Coerente com a postulação inicial de que a crise é antes de mais nada caracterizada pela insatisfação da classe dominante, prevejo que esta classe tem amplas condições de se manter politicamente hegemônica no futuro sistema. Aparecerão novos partidos, pelo menos um partido socialista orientado para uma política de massas deverá surgir, mas não é difícil concluir que a alta e média burguesia, apoiadas por uma tecnoburocracia enfraquecida, mais ainda e sempre atuante, deverão não apenas manter o controle das forças produtivas mas assumir mais diretamente o controle político da sociedade.

Neste momento surge um segundo problema. Valeria a pena a redemocratização se é para manter o padrão de acumulação capitalista? Esta pergunta, naturalmente, só tem sentido para quem parte de uma perspectiva socialista. Aceito o pressuposto de que a democracia e a justiça social só podem ser alcançadas em um regime socialista; alguns mais

radicais afirmam que só valerá a pena participar da luta pela redemocratização se, em seguida e a curto prazo, caminharmos para o socialismo. Já outros, que podem ser distribuídos em uma escala que vai do socialismo democrático à social-democracia, pretendem que primeiro é necessária uma frente ampla em torno da redemocratização e só depois se deve pensar em definições ideológicas mais precisas. Examinemos agora este problema, mas deixaremos de analisar como ocorrerá o processo de redemocratização, porque as possibilidades são muitas. O casuísmo das alternativas é tão grande que mesmo uma análise estritamente conjuntural do problema poderia perder-se em especulações estéreis.

A redemocratização do país não terá caráter revolucionário na medida em que a liderança do processo político couber à burguesia e aos setores mais moderados da tecnoburocracia. A participação dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e políticos de esquerda provavelmente não retirará o comando das classes dominantes, aliadas ao capitalismo internacional. Não há, portanto, porque prever uma mudança radical no padrão de acumulação capitalista vigente no Brasil. O ritmo de concentração

de renda poderá e deverá reduzir-se. A taxa de concentração, medida pela relação entre o excedente (lucros mais ordenados) e os salários, provavelmente estabilizar-se-á ou sofrerá uma pequena redução. Dependendo da força política que os trabalhadores venham adquirir, essas modificações poderão com o tempo vir a ser substanciais. Mas não serão radicais. Enquanto a acumulação de capital depender de forma significativa dos lucros privados não é possível prever um processo mais significativo de desconcentração da renda. A acumulação privada já é minoritária no Brasil em relação à estatal, mas ainda corresponde a aproximadamente quarenta por cento do total. Nestas condições e mantendo-se a burguesia no controle da grande maioria da riqueza ou estoque de capital existente no país, ela manterá sua condição de classe dominante e reterá os privilégios na repartição da renda correspondentes.

A partir dessas previsões e no âmbito de uma perspectiva socialista cabe a pergunta: valerá a pena lutar pela redemocratização nesses termos? Até que ponto, perguntam os socialistas radicais, será legítima a estratégia de participar com a burguesia de uma frente ampla em nome da democracia? Esta

frente, que obviamente está em plena formação, abrange desde conservadores de direita até a esquerda radical. No meio temos os conservadores liberais, os reformistas liberais, os social-democratas e os socialistas democráticos. Só se excluem a direita fascista e a esquerda revolucionária. E continuam a argumentar estes socialistas: valerá a pena lutar pela implantação de uma democracia burguesa ainda marcada pela existência de classes dominantes e por um padrão capitalista de acumulação e distribuição? E o argumento prossegue através de uma análise de perspectivas políticas para a esquerda participar do poder, que afinal se reduziriam a duas: ou assume o poder em nome próprio e inicia imediatamente a realização do socialismo ou participa de um pacto político com a burguesia nos moldes do finado pacto populista dos anos cinqüenta.

Ora, esse tipo de análise deveria ser atribuído com mais propriedade ao socialismo mal informado do que ao socialismo radical. As correntes socialistas poderiam ser em princípio classificadas em socialismo revolucionário, socialismo democrático e social-democracia. O socialismo revolucionário é constituído pelos grupos radicais que operam na

ilegalidade e esperam a revolução socialista a qualquer momento. O socialismo democrático pode ser mais ou menos radical, mas afirma sempre que a socialização dos meios de produção só poderá ser alcançada nos quadros de um sistema democrático através da luta de classe. Os social-democratas, na medida em que são muito moderados em seu reformismo e negam a luta de classes, a rigor não são socialistas. Representam a burguesia. Também não podem ser chamados de socialistas os estalinistas. Na verdade, representam setores dominados da tecnoburocracia. As dúvidas acima referidas são próprias de um socialismo que oscila entre o socialismo revolucionário e o democrático.

Não há perspectivas para a tomada a curto prazo do poder pelos socialistas no Brasil. O sistema tecnoburocrático-capitalista vigente é dinâmico e relativamente bem estruturado. Por outro lado falta à esquerda base popular, organização política e unidade de objetivos. Uma revolução socialista no Brasil, nestas condições, se por acaso ocorresse, seria rapidamente vítima de uma contra-revolução burguesa ou então se desvirtuaria e se transformaria em uma revolução tecnoburocrática, como aconteceu

com a União Soviética. O socialismo só tem condições de vingar quando possui amplas bases populares, que assumiram uma ideologia e mais amplamente uma consciência social socialista.

É por essa mesma falta de base popular que a tomada de poder por vias democráticas é também improvável a curto prazo para o socialismo. A burguesia, hegemônica ideologicamente, controla os meios de comunicação em massa e o sistema de ensino. Tem amplas condições de manter sua hegemonia política.

Isto, entretanto, não significa que os socialistas democráticos devam caminhar para um novo pacto populista com a burguesia. O populismo é um modelo político superado que é inútil tentar recuperar. Baseava-se na liderança de uma burguesia nacional, que jamais se concretizou. Tinha como principal objetivo a industrialização, que então se imaginava a panacéia para todos os males do subdesenvolvimento. Sua ideologia era a do desenvolvimento, que colocava em segundo plano a democracia e a redistribuição da renda. Apoiava-se na idéia da libertação e do desenvolvimento nacional

sob a liderança da burguesia com o apoio dos trabalhadores contra o jugo da velha oligarquia agrário-mercantil e do imperialismo.

E óbvio que um pacto político dessa natureza perdeu qualquer viabilidade no Brasil. A burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil unificaram-se politicamente, o imperialismo mudou substancialmente através da entrada das empresas multinacionais manufatureiras, com as quais a burguesia local aliou-se desde a primeira hora. A industrialização revelou-se insuficiente para superar o subdesenvolvimento. Verificou-se que o desenvolvimentismo e o tipo particular de nacionalismo que o acompanhava afinal não passavam de ideologias tecnoburocrático-capitalistas adequadas para legitimar um modelo político autoritário e um modelo econômico excludente.

Mas a inviabilidade e indesejabilidade da renovação do pacto populista não implicam a impossibilidade de as esquerdas procurarem alianças. A base natural de um partido socialista democrático são os trabalhadores, mas há frações da média burguesia e da tecnoburocracia que se solidarizam

crescentemente com as posições de esquerda. Só alguém com posições rigidamente economicistas poderia hoje imaginar um total determinismo de classe, depois de mais de duzentos anos de ideologia liberal e de mais de cem anos de ideologia socialista a influenciar a burguesia. Os movimentos de esquerda em todo o mundo sempre foram constituídos de trabalhadores e de membros das camadas médias, ou seja, da burguesia e nas últimas décadas da tecnoburocracia. Recentemente essa tendência só se tem acentuado, o que provavelmente decorre da superação paulatina do determinismo econômico, na medida em que as ideologias progressistas e basicamente o socialismo vão ganhando as mentes dos setores mais intelectualizados da burguesia e da tecnoburocracia. O campo de expansão de um partido socialista inclui, portanto, não apenas os trabalhadores, mas também as camadas médias onde se localizam estudantes, religiosos, artistas, profissionais liberais, técnicos dos mais variados tipos.

Em um regime redemocratizado esse partido poderá eventualmente estabelecer alianças como a frente democrática que hoje se esboça, mas é preciso não se

iludir. As circunstâncias em que um partido socialista pode estabelecer alianças com partidos burgueses sem se desfigurar são limitadas. O mais provável é que esse partido seja obrigado a permanecer afastado do poder, representado apenas no parlamento e em governos municipais e estaduais, até o momento em que se transforme em um verdadeiro partido de massas com condições para disputar o poder central.

Para o restabelecimento da democracia e a formação de um partido socialista democrático é essencial uma política trabalhista baseada em sindicatos livres. A conquista da liberdade sindical pelos trabalhadores obviamente não é fácil nem será alcançada automaticamente. Os interesses da tecnoburocracia e da burguesia de controlar os sindicatos através do Estado são muito fortes. Mas a liberdade sindical é o complemento essencial da liberdade política, sem a qual não poderá haver desenvolvimento político para o país.

As mudanças no padrão de acumulação, com uma redução na taxa de concentração da renda provocada por maiores salários e por uma orientação da

produção para bens de salários mais trabalho-intensivos, serão alcançadas paulatinamente, mesmo que o partido socialista não esteja no poder. Os partidos burgueses, para se manter no poder em termos democráticos, serão obrigados a atender a reivindicações crescentes dos trabalhadores. A organização sindical e partidária destes possibilitará a aceleração do processo.

É claro que a burguesia e a tecnoburocracia, se se sentirem muito ameaçadas, poderão tentar voltar a um regime autoritário. No momento, a burguesia deseja a volta à democracia. E a longo prazo a tendência da burguesia é democrática, na medida em que é uma classe muito ampla e heterogênea, de forma que necessita de um sistema institucionalizado e democrático para dividir o poder entre os seus diversos grupos constituintes. A chamada democracia burguesa tem origem nesse fato e na possibilidade de a burguesia apropriar-se do excedente no mercado através do mecanismo da mais-valia, sem necessidade do recurso direto à violência através do Estado.

(*Contexto*, outubro de 1977)

CAPÍTULO XXVI

Um Modelo Econômico Alternativo

Até 1973 o Brasil viveu um clima de milagre econômico, de grande desenvolvimento para poucos beneficiários. Agora vive um clima de redução relativa do excedente econômico e de escassez, em que os ordenados dos tecnoburocratas e a taxa de lucro dos capitalistas reduzem-se ou pelo menos crescem mais lentamente.

Esta situação reflete-se em desequilíbrios econômicos específicos - escassez de recursos do Governo, dívida externa e inflação, que se traduzem na redução da taxa de crescimento da economia. A solução destes problemas, entretanto, não significa uma volta ao modelo de desenvolvimento baseado em exportações e em ainda maior concentração de renda. O retorno a esse tipo de modelo não parece provável, devido a

fatores políticos. Não só entre os trabalhadores, mas também entre amplos setores das camadas médias da população, desenvolveu-se uma consciência crítica contrária àquele desenvolvimento "milagroso" observado entre 1967 e 73.

Para muitos, entretanto, parece difícil imaginar qual seria a alternativa para o modelo de subdesenvolvimento industrializado, concentrador de renda e excludente, que tem caracterizado a economia brasileira. Alternativas, entretanto, existem que garantiriam ao mesmo tempo o retorno a elevadas taxas de crescimento e uma melhor distribuição da renda.

Uma destas alternativas implicaria em dois tipos de medida: a) modificação da política tributária, penalizando fortemente as camadas de renda alta - alta e média burguesia e alta e média tecnoburocracia; b) aumento dos salários percebidos pelos trabalhadores, sobretudo por via indireta, ao mesmo tempo que se contêm, de forma administrativa, os ordenados dos altos tecnoburocratas.

O Governo, obtendo maior receita tributária, deverá realizar despesas em setores de trabalho altamente intensivo, ou seja, obras públicas e serviços como educação, saúde etc. O aumento da procura por trabalhadores implicará em aumento dos salários. Em consequência, haverá também estímulo para o desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de consumo básico, que também empregam tecnologia trabalho-intensiva. Estará, assim, iniciado um processo de aumento tanto do volume total quanto da taxa de salários, já que crescerá a demanda por trabalhadores.

Além destas medidas, poderá haver uma política, sistemática, mas cautelosa, de aumento administrativo dos salários reais, através da elevação do salário mínimo real. Esta cautela faz-se necessária para que não se repita o que aconteceu no Chile e em Portugal. Nestes países, o aumento rápido e brutal dos salários provocou o desequilíbrio econômico, acarretando uma inflação explosiva. E isto é perigoso, principalmente num país como o Brasil, que não tem os recursos que Portugal tinha em reservas internacionais.

Esta política, em suas linhas gerais, foi sugerida, já em 1968, por Celso Furtado, quando publicou o livro Projeto para o Brasil. Mas continua válida. A rigor é a única alternativa que temos ao modelo atual, porque permite uma maior ênfase na produção de bens de consumo dos trabalhadores.

Uma outra contribuição importante foi o modelo político-econômico proposto pelo Senador Roberto Saturnino Braga, cuja principal característica é a afirmação do papel do Estado, em termos de influência econômica, compatibilizado com um sistema político democrático e ampla desconcentração de renda.

Realmente, não há menor condição para o desenvolvimento no Brasil sem uma participação grande, e mesmo crescente, do Estado. Porém, um Estado deste tipo requer o fortalecimento político da sociedade civil, ou seja, do povo organizado em sindicatos, partidos políticos, igrejas, clubes e os mais variados tipos de associações. Só este processo de vida associativa poderá garantir a democracia que é condição para padrões mais justos de distribuição da renda.

Para se alcançar tal objetivo, são desnecessários modelos econômicos e políticos acabados, perfeitamente delineados antecipadamente. Mais importante é o estabelecimento de um processo democrático, cujo ponto de partida seria uma Constituinte.

Os modelos econômicos e político sairiam da Constituinte e dos debates que se seguiriam, num processo mais lógico e mais maduro do que ficaríamos preocupados em defini-los previamente. A idéia da definição prévia é uma estratégia conservadora. O medo do futuro leva à tentativa de se prolongar o presente.

(O São Paulo, 25 de novembro de 1977.)

CAPÍTULO XXVII

A Crise Intelectual da Esquerda

Há uma crise política na esquerda francesa, definida pela ruptura entre os comunistas e os socialistas. Mas existe também uma crise intelectual não apenas dentro da esquerda francesa, mas de toda a esquerda mundial, a partir da decepção e em seguida a indignação com o regime estatal soviético.

Esta segunda crise é mais profunda e muito mais significativa do que a primeira. O problema colocado pela falta de um acordo em relação ao programa comum da esquerda poderá levá-la a perder o Governo embora ganhe as eleições no primeiro turno. Perderá o governo porque principalmente os eleitores do Partido Socialista, quando no segundo turno tiverem que escolher entre um candidato de direita e um comunista, escolherão muitas vezes o

primeiro devido ao rompimento da união de esquerda.

Não importam as razões que levaram o Partido Comunista Francês a romper o acordo. Tudo indica que eles romperam porque no caso de uma vitória não apenas os principais postos governamentais ficariam com os socialistas, mas também sua força eleitoral reduzir-se-ia, em face ao inchamento do Partido Socialista, transformado em partido governamental. O certo é que, com o rompimento, a esquerda revelou-se despreparada para governar. Tem condições de ganhar as eleições. Conta com a maioria do eleitorado. Mas não é capaz de chegar a um acordo satisfatório sobre a forma de governar.

Uma segunda interpretação possível é a de que o rompimento da união da esquerda está relacionado estruturalmente com a sua crise intelectual. Conjunturalmente sem dúvida há outras razões. Mas em um nível de abstração mais geral é provável que as duas crises estejam relacionadas.

A crise intelectual da esquerda começou há muito tempo. Se não quisermos voltar aos processos de

Moscou dos anos trinta, teremos a invasão da Hungria em 1956 e a da Tcheco-Eslováquia em 1968 como marcos do progressivo desmascaramento do regime pretendidamente socialista da União Soviética. Mas foi nestes dois últimos anos, a partir do crescente rompimento dos partidos comunistas europeus com a União Soviética, que a crise ganhou os contornos atuais. Os comunistas, apesar de todos os percalços porque têm passado, continuam a representar uma das bases da esquerda. Em relação aos socialistas há sempre a suspeita de que não se trata de verdadeiro socialismo, mas de social-democracia. Se os partidos comunistas fraudaram o socialismo burocratizando-se, os partidos socialistas muitas vezes também cometeram a mesma fraude, apenas que em favor da burguesia e, sem o saber, da própria tecnoburocracia.

Caberia perguntar porque foi preciso tanto tempo para o desmascaramento da União Soviética. Provavelmente as origens legitimamente marxistas e socialistas da revolução de Lenine e Trotsky ajudam a explicar este fato. Por outro lado é certo que não apenas a esquerda socialista há muito criticava a União Soviética, mas também grupos radicais de

esquerda o faziam, em especial os anarquistas, os trotskistas e os maoístas. Estes, entretanto, depois da morte de Mao e da retomada do poder pela burocracia chinesa, estão diante de sua própria crise. Os outros grupos, por sua vez, ou são também de expressão numérica reduzida, como é o caso dos trotskistas e dos anarquistas, ou nem sempre merecem muito crédito como é o caso dos social-democratas devido ao caráter efetivamente capitalista de grande parte de sua ação política. O certo é que, para os comunistas, houve uma imensa demora em dessacralizar a União Soviética. Para todos os crimes e violações dos direitos dos homens e dos povos que ali ocorriam havia desculpas, explicações. E contra-ataques, muitas vezes justos, ao capitalismo estavam sempre à disposição. Na verdade, a força do pensamento marxista-leninista, que Stalin, ainda que deturpando-o, soube conservar como ideologia oficial soviética, tem um papel importante nesse processo. Romper com a União Soviética significava para muitos romper com o marxismo, que era o único pensamento crítico do capitalismo realmente de alto nível. Por outro lado, o apoio que os partidos comunistas recebiam da União

Soviética, com base na III Internacional, dificultava o rompimento.

Não há dúvida, entretanto, que hoje esse rompimento está em marcha. É tolice supor que se trata de uma simples estratégia para enganar os eleitores democráticos ou para permitir alianças com partidos socialistas. A invasão da Tcheco-Eslováquia, as denúncias dos dissidentes, o fenômeno Soljenitsyne, de um lado, incitavam a esquerda a rever sua posição. Por outro lado, o conservadorismo dos partidos comunistas na revolução de maio de 1968, na França, ou em relação aos movimentos guerrilheiros no terceiro mundo mostrava que os partidos comunistas haviam de tal forma se institucionalizado em seus respectivos países que não havia mais condições para um discurso revolucionário, o qual, entretanto continuava a ser mantido oficialmente.

Agora que as transformações estão em marcha, podemos definir a crise intelectual da esquerda não a partir de impasses, mas de uma série de mudanças ideológicas significativas. Estas mudanças ou passagens não são feitas sem dificuldades, hesitações,

contradições. Mas na medida em que elas ocorrem, elas constituem uma abertura decisiva da esquerda para a solução de seus problemas e a obtenção do poder político. Em outras palavras, a crise, que hoje dificulta a esquerda a assumir o poder, provavelmente acabará a médio prazo por fortalecê-la, na medida em que as transformações ocorram no sentido previsto, ou seja, no sentido de negar à União Soviética qualquer caráter de modelo para a transição ao socialismo.

Em primeiro lugar temos a passagem da ditadura do proletariado para a via democrática. A ditadura do proletariado está na base da estratégia leninista de tomada do poder. A democracia ocidental, por sua vez, era depreciada com o título de democracia burguesa. Aos poucos, porém, a esquerda vai-se apercebendo que a democracia pode ter sido exclusivamente burguesa no início, mas hoje, nos países capitalistas centrais, já é o fruto da luta de muitos trabalhadores, que a incluem entre suas conquistas. Por outro lado, a ditadura do proletariado tem sido a melhor desculpa para a tomada do poder por tecnoburocracias totalitárias.

Concomitantemente, temos a passagem da perspectiva revolucionária para a perspectiva reformista. Se a democracia deve ser preservada, a revolução só será necessária quando não houver uma democracia liberal vigente. Vai-se tornando cada vez mais claro para a esquerda que a via normal para o socialismo não é a revolução, mas a reforma. Só a revolução poderá levar ao socialismo, dizia-se há pouco. Mas a experiência foi demonstrando que revoluções prematuras, sem que os trabalhadores tivessem suficiente conscientização política para defender seus interesses, levavam à formação de uma elite tecnoburocrática, de origem política e militar, tanto nos países centrais quanto periféricos. Por outro lado, chegar ao poder pela via revolucionária parece cada vez mais longínquo nos países centrais. A reforma recupera assim seu prestígio. Uma reforma que deverá ser mais rápida e corajosa do que a reforma social-democrata, que deverá partir da existência da luta de classes, mas que não poderá sair da via legal. É claro que no discurso oficial ainda se continua a falar em revolução, mas, nas palavras de Jean Elleinstein, um dos mais representativos ideólogos do Partido Comunista Francês, no ocidente "a revolução não

pode ser senão democrática, legal, pacífica e gradual" (*Le Monde*, 23/11/77). Ora, isto é o mesmo que dizer que a revolução será feita através da reforma.

Em terceiro lugar temos a passagem do estatismo à autogestão. Embora Marx e Engels e o próprio Lenine tivessem denunciado sob todas as formas o Estado, este, para o estalinismo, transformou-se em agente por excelência da transição ao socialismo. Na verdade, o imenso crescimento do Estado é muito mais o caminho da burocratização da sociedade do que da sua socialização. A estatização das empresas, que sempre foi temida pela burguesia, começa agora também a ser temida pela esquerda. A crítica ao Estado retoma vigor entre os socialistas, ao mesmo tempo que as propostas, autogestionárias, que durante muito tempo foram consideradas heréticas pelos partidos comunistas, são agora aceitas cada vez com maior entusiasmo. A autogestão aparece como a única alternativa ao mesmo tempo ao capitalismo burguês e ao estatismo tecnoburocrático.

Finalmente, assistimos à passagem da ortodoxia marxista para a crítica marxista. O pensamento de Marx continua ainda a ser a base de toda a crítica ao

capitalismo, mas cada vez menos se procura discutir os problemas a partir de uma hermenêutica de Marx e cada vez mais a partir de uma crítica de problemas concretos, com utilização dos instrumentos marxistas de análise que sejam úteis. A ortodoxia marxista é aquela atitude que aparece quando dois autores procuram mostrar que estão certos a partir de uma interpretação de textos de Marx. A crítica marxista discute o mais objetivamente possível o problema, a partir de um método dialético e histórico.

Neste campo, entretanto, mais do que nos anteriormente citados, a passagem de uma para outra posição está longe de se haver completado. Em decorrência, a crise intelectual da esquerda continua vigente.

A maior dificuldade que a esquerda encontra está em conceituar o regime soviético. Aos poucos vai percebendo que não se trata de socialismo, embora alguns, como os trotskistas, em face à inexistência de propriedade privada dos meios de produção, insistam em falar "socialismo burocrático" ou "socialismo degenerado". Outros, mais numerosos, falam em "socialismo de Estado". Mas como pode

haver socialismo em uma formação social dividida em classes? Outros ainda falam em "capitalismo de Estado". Mas que capitalismo é esse em que a relação de produção básica desse modo de produção - a propriedade privada dos meios de produção - desapareceu? Na verdade, enquanto a esquerda não descobrir que o que assistimos na União Soviética é a constituição de um novo modo de produção - o modo estatal de produção - ela continuará confusa.

E esta mesma confusão reaparece quando se trata de conceituar a nova classe dominante soviética. Um "estamento burocrático" dizem alguns ou uma "casta burocrática" preferem outros. Mas como podemos ter um estamento que tem o papel de classe dominante? Ou falar em casta em uma sociedade moderna onde há ampla mobilidade social? "Burguesia de Estado" dizem outros. Mas como podemos ter burguesia sem burgueses nem capital? Por que não constatar que realmente se trata de uma nova classe, que podemos chamar ou burocracia ou tecnoburocracia, definida em termos das novas relações burocráticas de produção que se tornaram dominantes na União Soviética?

Em relação a esses problemas a esquerda encontra-se ainda muito confusa. A atitude ortodoxa em relação ao marxismo ainda dificulta o uso de sua imaginação e de sua capacidade crítica. Mas a abertura para um pensamento crítico e inovador dentro da esquerda, na França, na Itália, na Europa em geral, é hoje muito maior do que há apenas alguns anos atrás. A esquerda se reencontra com a democracia. O capitalismo e o estatismo, a burguesia e a tecnoburocracia são criticadas a partir de uma perspectiva não economicista, não determinista, da história. Sem cair nos riscos da utopia nem no atoleiro do determinismo, a esquerda recoloca os objetivos de uma sociedade mais justa, mais igual e mais livre. Usando com mais liberdade os instrumentos de análise econômica e política para criticar as formações sociais dos países ocidentais, predominantemente capitalistas, mas crescentemente tecnoburocráticas ou estatais, ela tem ou terá novas e redobradas possibilidades de intervenção na história. Mas os obstáculos nesse caminho ainda são grandes. A infiltração de ideologias e práticas tecnoburocráticas no seio da esquerda ainda é sensível. O Partido Comunista Francês, por exemplo, é ainda uma organização burocrática autoritária

internamente. Será difícil lutar pela democracia sem antes mudar dentro de sua própria casa. A esquerda está cada vez mais consciente dos riscos da burocracia, mas está sempre ameaçada de ser seu instrumento, já que ainda há muitos tecnoburocratas autoritários e elitistas que pretendem identificar-se com a esquerda. Sempre a esquerda soube que para chegar ao socialismo deveria combater o capitalismo, agora se tornar cada vez mais claro que é necessário também lutar contra o estatismo tecnoburocrático.

(Folha de S. Paulo, 2 de fevereiro de 1978, escrito em Paris enquanto professor visitante do Institut d'Etudes du Developpement Économique et Social, Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne.)

CAPÍTULO XXVIII

As Transformações da Esquerda

Enquanto a esquerda na Europa vive um período de divisão, de profundas transformações e de dúvidas, a esquerda brasileira experimenta uma fase de relativa tranqüilidade ideológica. A crise da esquerda nos países centrais deriva da autocrítica que ela é obrigada a realizar na medida em que se vai tornando claro que o autoritarismo tecnoburocrático soviético não é um mero desvio passageiro do caminho em direção ao socialismo, mas um problema que coloca em questão toda a estratégia da esquerda de chegar ao socialismo através da estatização da economia. A tranqüilidade e relativa unidade da esquerda brasileira é fruto da frente comum que ela foi levada a estabelecer em torno da idéia de democratização, como uma forma de defesa contra o regime autoritário de direita implantado no Brasil em 1964.

Entretanto, na medida em que esse regime autoritário entra em crise, a partir da crescente cisão entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal - esta ainda pretendendo manter o regime forte para se conservar no poder, aquela formulando um projeto de democratização que lhe assegure uma maior autonomia política enquanto classe dominante - a esquerda brasileira deverá ela também passar por uma crise de auto-identificação. Em consequência a esquerda deverá atravessar um período de dúvidas e contradições, que afinal exigirão definições sobre o significado do socialismo, sobre reforma ou revolução, sobre democracia ou autoritarismo, sobre luta de classes ou pacto social, sobre crítica à dependência ou nacionalismo, sobre autogestão ou estatização.

A esquerda no Brasil é constituída hoje por todos aqueles que colocam como seu projeto político o socialismo. Se entendermos a expressão "intelectuais", em um sentido muito amplo, como constituída de todos aqueles que produzem e veiculam ciência e ideologia, a esquerda é constituída fundamentalmente por intelectuais. Sua base social é principalmente burguesa, mas crescentemente

tecnoburocrática. Intelectuais de esquerda de origem trabalhadora constituem ainda exceção. E na burguesia e na tecnoburocracia, duas classes ainda profundamente misturadas e interdependentes na formação social mista, capitalista-tecnoburocrática, brasileira, que a esquerda irá encontrar suas principais bases. A esquerda é constituída principalmente das camadas médias de estudantes, professores, pesquisadores, profissionais liberais, jornalistas, artistas, administradores e planejadores públicos, que pretendem romper, ainda que parcialmente, seus vínculos de classe ou seus compromissos políticos com a burguesia e a tecnoburocracia e adotar a causa da classe trabalhadora e do socialismo.

As limitações e percalços desse tipo de projeto são óbvios. Escapar aos condicionamentos de classe é impossível, mas romper politicamente com a própria classe é teoricamente possível. Na prática é muito difícil. Em consequência o intelectual de esquerda, cujas bases sociais são burguesas ou tecnoburocráticas, vive em permanente conflito pessoal e profissional. Para sobreviver de acordo com os padrões de consumo de sua classe, deve inserir-se

de maneira produtiva na formação social capitalista-tecnoburocrática vigente. Em geral pretende alcançar a coerência ideológica, recusando-se a trabalhar diretamente para as empresas capitalistas e procurando encaixar-se no aparelho do Estado, como professor, pesquisador, planejador ou administrador. Insere-se, assim, na tecnoburocracia estatal e com ela acaba, muitas vezes, por se identificar ideologicamente, embora imaginando continuar fiel a seus ideais de esquerda.

Mas se no plano pessoal e profissional o projeto de autonomia ideológica do intelectual de esquerda é cheio de limitações, no plano político essas limitações são ainda maiores. Imaginando falar em nome do socialismo e dos trabalhadores, acaba muitas vezes falando em nome da burguesia ou então da tecnoburocracia estatal. O nacionalismo industrializante incorporado pela esquerda nos anos cinqüenta, no período do populismo, é um exemplo de cooptação pela burguesia. A proposta insistente de maior estatização e maior planejamento tem uma origem tecnoburocrática clara. O desenvolvimentismo a todo custo foi uma forma por excelência através da qual burguesia e

tecnoburocracia, unidas, buscaram cooptar a esquerda para o projeto nacional-desenvolvimentista.

Durante os anos cinquenta e sessenta a esquerda no Brasil estava apenas surgindo. Não havia um verdadeiro movimento nem um verdadeiro pensamento de esquerda no país. O Partido Comunista, na ilegalidade, ainda constituía-se o núcleo da esquerda. Havia ainda um socialismo democrático ligado ao inexpressivo Partido Socialista e uma social-democracia mal definida no Partido Trabalhista Brasileiro. Já havia também uma série de pequenos grupos radicais.

Nesse quadro, foi fácil à burguesia dominante e à tecnoburocracia emergente - esta muitas vezes falando em nome da esquerda, no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e no Partido Comunista - formularem o pacto social populista e cooptarem a esquerda em nome do industrialismo, do nacionalismo desenvolvimentista e do intervencionismo estatal moderado. No início dos anos sessenta, entretanto, o pacto populista torna-se inviável, na medida em que a burguesia se une definitivamente, sob a liderança não mais de uma

burguesia mercantil, como acontecia antes de 1930, nem de uma burguesia nacional, como pretendia a ideologia nacional-desenvolvimentista, mas sob a liderança de uma burguesia industrial associada às empresas multinacionais. Uma série de fatos novos, ocorridos durante os anos cinquenta - a consolidação do desenvolvimento industrial, a definitiva decadência da burguesia mercantil cafeeira, a penetração em massa das multinacionais manufatureiras, a crescente independência do movimento sindical, a Revolução de Cuba em 1959 -, explica a liquidação do pacto populista. Em consequência desencadeia-se uma crise política, caracterizada por um rápido processo de radicalização de esquerda e de direita e pela efetiva existência de um vácuo político, na medida em que nenhuma classe ou grupo social tinha condições de assumir o poder. A crise culmina com a Revolução de 1964.

Esta revolução constitui-se em uma vitória da burguesia local associada às multinacionais e à emergente tecnoburocracia estatal civil e militar. Para a esquerda representa um profundo golpe e o início

de um período de autocrítica e de profunda transformação.

A autocrítica mais óbvia é a da participação no pacto populista, e esta é feita imediatamente. O nacional-desenvolvimentismo e o seu principal formulador, o ISEB, são repudiados. Mas o PC também estava comprometido com esta posição e é cobrado por isto. Por outro lado, especialmente depois da Primavera de Praga, em 1968, e de sua brutal repressão pela União Soviética, o prestígio do comunismo no seio da esquerda entra em rápido declínio. Alguns setores estritamente minoritários da esquerda radicalizam-se, chegando ao terrorismo do fim dos anos sessenta e início dos anos setenta, enquanto a grande maioria da esquerda brasileira faz uma definitiva opção democrática.

Na verdade, em relação a este aspecto deveríamos falar também em uma autocrítica. No período populista a esquerda não deu suficiente importância à questão democrática. Desenvolvimento, industrialização, socialização tinham precedência sobre a democracia. Esta era denominada depreciativamente de "democracia burguesa", que

poderia ser sacrificada durante um período de "ditadura do proletariado", em nome da democracia socialista plena do futuro. Em consequência, quando a esquerda brasileira se tornou vítima do autoritarismo tecnoburocrático-capitalista, após 1964, encontrava-se despreparada ideologicamente para reagir ao arbítrio. No início dos anos setenta, entretanto, a opção democrática da esquerda já se tornara clara. A democratização do país tornou-se não apenas um meio de combater o autoritarismo do pacto capitalista-tecnoburocrático, mas também um objetivo em si mesmo. Nesse processo em que a esquerda critica o seu próprio autoritarismo e formula um projeto democrático, o papel de alguns intelectuais como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso será fundamental.

Isto não significa que a esquerda esteja hoje unida e solidária. Em relação ao próprio conceito de socialismo há dúvidas profundas. Enquanto desmoraliza-se a idéia que confunde socialização ou caminho para ela com estatização, na medida em que isto significa burocratização, cresce a importância dada à autogestão e à descentralização política. A alternativa revolução ou reforma pende claramente

para a segunda, na medida em que se vai tornando claro que a revolução prematura pode significar o domínio da tecnoburocracia estatal. Em contrapartida, não apenas o pacto populista, mas também a social-democracia são fortemente criticados na medida em que negam a luta de classes. Esta é considerada o motor da história. Nestes termos, a missão da esquerda é dar conteúdo ideológico à luta de classes. O economicismo é repudiado. O socialismo não será alcançado automaticamente, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, mas a partir da vontade consciente dos homens, no processo da luta de classes.

Neste quadro dois velhos dogmas da esquerda radical - a necessidade da revolução violenta e o papel revolucionário da classe operária - entram em declínio. A idéia de revolução não é abandonada, mas identificada com a reforma, desde que rápida, realizada nos quadros da luta de classes. A revolução deve ser democrática, respeitar o sistema parlamentar e a lei. Em outras palavras, a revolução deve ser realizada por via eleitoral e legal. Por outro lado, nesta tarefa, o papel da classe trabalhadora continua decisivo, mas a esquerda conta para seu

projeto socialista com amplas parcelas das camadas médias burguesas e tecnoburocráticas. Em síntese, a tendência central dominante da esquerda afasta-se tanto do extremismo dos pequenos grupos radicais quanto do conservadorismo cooptado pela burguesia da social-democracia e do populismo, que busca esvaziar o conteúdo de classe da luta política.

A cooptação tecnoburocrática, entretanto, continua forte no seio da esquerda. Ela se expressa particularmente na defesa da estatização, em vez de reformas tributárias radicais e da introdução de mecanismos de autogestão, como caminho para o socialismo. Por outro lado, expressa-se em uma forma renovada de nacionalismo, vigente nas áreas da esquerda ainda ligadas política e/ou ideologicamente ao PC e à União Soviética, ou então aos grupos radicais. Segundo essa concepção, dado o domínio do imperialismo sobre o Brasil e a decorrente necessidade de superexploração dos trabalhadores para que uma parte do excedente seja transferido para o exterior e ainda reste uma parcela ponderável do excedente para a burguesia local, as duas únicas alternativas possíveis para o Brasil são o socialismo ou o fascismo, sendo inviável o

estabelecimento de uma democracia burguesa como etapa da democracia socialista. Esta tese, embora conflite com uma análise objetiva do tipo de desempenho econômico das empresas multinacionais e das próprias tendências da sociedade brasileira, é útil para os setores da esquerda ainda cooptada pela tecnoburocracia soviética, para justificar um nacionalismo antiamericano extremado, e para os pequenos grupos radicais, para legitimar uma estratégia de revolução imediata.

A tendência central da esquerda, entretanto, é socialista, democrática, autogestionária, descentralizadora, reformista, tendo como objetivo a revolução, definida esta como transformação radical e paulatina da sociedade. Para alcançar esses objetivos o trabalho ideológico e a luta de classes, nos quadros da democracia parlamentar, da organização sindical livre e da formação de um partido socialista, são as tarefas básicas da esquerda brasileira, cujo papel histórico deverá crescer nos próximos anos, a partir da provável redemocratização do país.

(Folha de S. Paulo, 24 de junho de 1978.)

Os períodos de crise são momentos privilegiados para a análise econômica e política. A desaceleração econômica e a crise política que ocorrem "no Brasil entre 1974 e 1978 constituem uma dessas situações especiais.

Na análise da crise política que domina o período, podemos ver com muito mais clareza como se relacionam as diversas classes sociais na medida em que o modelo político autoritário capitalista-tecnoburocrático entra em colapso. Na verdade assistimos ao colapso de uma aliança de classes, estabelecida em 1964, entre a burguesia local e a tecnoburocracia estatal, ambas associadas às empresas multinacionais.